O HOJE

| ANO 18 | Nº 5.664 | GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | R$ 2,50 | FUNDADO EM 23 DE ABRIL DE 2004 OHOJE.COM

Marconi Perillo diz que não tem medo de enfrentar Caiado

Política 6

ÍNDICE

Goiás tem 7º menor desemprego do País

Goiás registrou no primeiro trimestre de 2022, uma taxa de desemprego de 8,9%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE. O percentual coloca o Estado com a sétima menor taxa de desemprego do Brasil. **Cidades 9**

Pedro Pinheiro

Mais de 6 mil são flagrados bêbados ao volante em Goiás

Os goianienses estão cada vez mais imprudentes no trânsito. Neste ano, 6,2 mil já foram autuados por dirigir sob o efeito de álcool. O número corresponde a mais da metade dos registros feitos em 2021, quando ocorreram 12.183 flagrantes. Os dados são do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO). Somente no último fim de semana, 170 pessoas foram autuadas por embriaguez ao volante durante ações de reforço da Balada Responsável, em Goiânia. Ao todo, 2.080 pessoas foram abordadas pelas equipes de fiscalização e educação. **Cidades 11**

CLAY BRITES

Entendendo o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC)

Opinião 3

Candidaturas isoladas dividem base de Caiado

Entre os pré-candidatos na base de Ronaldo Caiado, há quem comemore a possibilidade, mas também quem prefira um nome de consenso. O deputado federal delegado Waldir Soares considera o relatório da procuradoria mais um passo positivo rumo as candidaturas isoladas. **Política 5**

Indústria tem queda de 46,5 pontos em abril

A produção industrial apresentou queda em abril de 2022 na comparação com março, de acordo com a CNI. Índice da evolução da produção ficou em 46,5 pontos, abaixo dos 50, linha divisória entre queda e crescimento na comparação com mês anterior. **Economia 4**

Pedro Pinheiro

Obra da Marginal Botafogo é entregue sem iluminação

Avaliado em R$ 26 milhões, o Complexo Viário da Avenida Jamel Cecílio teve um custo final de R$ 32,5 milhões. Mas foi inaugurado sem estar completamente finalizado. **Cidades 10**

JAIR VENTURA

fala sobre opção por atacante

Treinador foi simples e objetivo na coletiva após a vitória diante do Santos e explicou o porque de sua preferência por dois jogadores; ele analisou a vitória, a primeira dentro de casa, na Série A.

Esportes 7

COM COMANDO

interino, Atlético entra em campo

Pela quinta rodada da fase de grupos da Copa Sul-Americana, o Rubro-Negro, que será comandado pelo interino Anderson Gomes, auxiliar técnico permanente do clube, encara o Antofagasta, no Antônio Accioly.

Esportes 8

Bar Dodô saiu vencedor do 'Comida di Buteco', que mantém a tradição de raiz

Essência 13

Mídia alternativa se abre a público com deficiência

Essência 14

Novo single de Juliette faz releitura contagiante

Essência 16

Policarpo pode ser articulador de Mendanha

Presidente da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo foi incisivo ao comentar seu destino nas eleições. Apesar de ainda não ter seu papel definido, considerou dois importantes fatores. **Política 2**

LEIA NAS COLUNAS

Xadrez: Marconi Perillo reaparece como pré-candidato ao governo
Política 2

Jurídica: STJ mantém decisão do TJGO e permite queima de palha de cana
Cidades 10

Esplanada: 58% dos internautas são favoráveis à liberação dos jogos de azar no Brasil
Política 6

ISSN 1983-509-4

Dólar: (paralelo) R$ 5,21 | **Dólar:** (comercial) R$ 5,212 | **Euro:** (Comercial) R$ 5,964 | **Boi gordo:** (Média) R$ 221,15 **Poupança:** 0,3715% | **Ouro:** R$ 309,14 | **Bovespa:** -0,11%

Fale O HOJE
Negócios: (62) 3095-8722
Classificados: (62) 3095-8700
Leitor: (62) 3095-8772 | editor@ohoje.com.br

Tempo em Goiânia
Sol com algumas nuvens. Não chove.
31º C
14º C

Fotos: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

"03" aparece em 1º, seguido por deputado do PTB carioca

Eduardo Bolsonaro e Daniel Silveira lideram ranking de denúncias no Conselho de Ética

Um levantamento feito nesta semana na Câmara dos Deputados apontou que Eduardo Bolsonaro (PL), filho "03" do presidente Jair Bolsonaro (PL), é o deputado com maior número de denúncias no Conselho de Ética da Casa. Na atual legislatura (2019-2022), Eduardo já recebeu dez do total de 55 denúncias recebidas.

Em segundo lugar aparece o também bolsonarista Daniel Silveira (PTB-RJ), com 9 denúncias. Silveira chegou a ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 8 anos e 9 meses de prisão por ataques antidemocráticos à corte e a alguns de seus ministros, mas recebeu indulto presidencial pouco tempo depois.

Já entre os partidos com os maiores números de denúncias, o Partido Liberal (PL) aparece, sem surpresas, na primeira colocação. Foram 28 denúncias contra a legenda na atual legislatura. Em segundo lugar aparece o PTB, com dez denúncias, e na sequência o Republicanos, com quatro.

Falta de punições

Embora Eduardo acumule denúncias de quebra de decoro, é raro que as representações contra ele se transformem em processos. Isso porque o Conselho de Ética, órgão encarregado de aplicar penalidades aos deputados que descumprem as normas, é composto por 23 deputados, sendo que a maioria (16) faz parte da base governista. **(Ícaro Gonçalves, especial para O Hoje)**

Xadrez

Yago Sales | (062) 99314-0518 xadrez@ohoje.com.br

Marconi Perillo reaparece como pré-candidato ao governo

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) convocou uma coletiva para, entre os assuntos, esgotar o tema Operação Cash Delivery que o tirou de cena na disputa de 2018. Nenhuma novidade já que o seu aliado e ex-presidente da antiga Agetop, Jayme Rincón havia comentado também em coletiva de imprensa, o assunto. Estrategista e político tarimbado nos embates eleitorais, Perillo aproveitou para reforçar a tese de que o "PSDB terá candidato a governador". Até aí, nada de novo do que ele tem dito em suas aparições midiáticas. A novidade foi admitir que poderá disputar ao Senado ou ao Governo de Goiás, frisando que "dialoga com todas as forças políticas e que tem muito tempo para decidir seu futuro". Pessoas que tem conversado com ele garantem que "nem sob tortura" assume que será candidato. "Marconi espera pacientemente os movimentos do campo de esquerda liderado pelo PT, PSB, PV e PCdoB. Na outra ponta, o crescimento da pré-candidatura de Gustavo Mendanha (Patriota) pode alterar o destino político de Marconi.

Caiado da gente

A corrida pelo apoio de Ronaldo Caiado na chapa majoritária de candidato ao Senado tem movimentado os bastidores da política goiana. O vereador de Goiânia, que sonha voltar à Câmara Federal, Sandes Júnior (PP), defende que o presidente de seu partido, Alexandre Baldy, seja o nome mais preparado para o cargo, entre os que estão na corrida. Sandes acredita que, na hora das convenções, Caiado deve escolher Baldy para caminhar juntos na chapa.

Arruda governador?

Circula no meio político de Brasília a especulação que o ex-governador José Roberto Arruda (PL) tem chances de disputar o governo do Distrito Federal neste ano. Devido ao novo ordenamento jurídico estabelecido pelo Superior Tribunal Federal sobre crimes políticos, devolvendo à justiça eleitoral os processos, Arruda pode ter seus direitos restituídos e disputar o governo do DF.

Discussão

O Papo Xadrez, podcast do jornal O HOJE, apresentado por Felipe Cardoso e este colunista, entrevistou na noite de segunda-feira duas ativistas trans: a psicóloga Beth Fernandes e a advogada Amanda Souto.

Calendário

É que nesta terça-feira, dia 17, é lembrado o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia.

Psiu...

A primeira-dama Gracinha Caiado, entregou, nesta segunda-feira (16/05), cartões do programa Pra Ter Onde Morar – Aluguel Social a 500 famílias de Planaltina de Goiás, no Entorno do Distrito Federal (DF)

Muda tudo

Se realmente houver mudanças no andamento dos processos que responde na justiça, Arruda muda radicalmente a configuração de forças no Distrito Federal. A principal delas é ele ser ungido candidato de Jair Bolsonaro (PL) tendo A ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves (Republicanos) disputando a vaga do Senado.

CURTA

A mulher de Arruda, a também ex-ministra da Casa Civil, Flávia Arruda (PL) disputaria a reeleição como deputada federal.

Patriota pode bancar Policarpo como articulador da chapa mendanhista

Livre trânsito e poder de aglutinação podem levar presidente da Câmara a uma missão que vai além de seu projeto pessoal

Arquivo

Presidente da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo (Patriota) diz ao O Hoje que vai seguir orientação do presidente do partido, mas não sabe se será como candidato nas urnas

Felipe Cardoso

O presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Romário Policarpo (Patriota), foi incisivo ao comentar, em entrevista ao O HOJE, seu destino nas eleições deste ano. Apesar de ainda não ter seu papel definido, considerou, em poucas palavras, dois importantes fatores.

O primeiro deles, que seu caminho será trilhado conforme orientação do presidente da sigla em Goiás, Jorcelino Braga. O segundo, que é certa sua participação nas eleições deste ano. Com um detalhe: não se sabe, ainda, se como candidato.

Isso, aparentemente, não diz muito. Mas a magia da política muitas vezes está nas entrelinhas da conversa. Fontes consultadas pela reportagem estimam que o presidente tenha, nos próximos meses, um papel muito mais importante — leia-se: estratégico — do que se imagina.

Isso porque recentemente Policarpo anunciou oficialmente seu apoio à candidatura do prefeito de Aparecida, Gustavo Mendanha (Patriota) — do seu partido. Os motivos que levaram o chefe do Executivo municipal a optar pelo ex-prefeito de Aparecida ao invés de Caiado passam, segundo ele, por uma fidelidade e coerência partidária.

Pode ser, na verdade — avaliam os mais próximos — que Policarpo seja usado como uma peça estratégica do partido na Câmara e que trabalhe pela atração dos vereadores que, em sua maioria, sinalizam para uma composição com o governador.

Fora alguns nomes mais aguerridos, a verdade é que muitos ainda demonstram certa insegurança em relação ao lado em que estarão na disputa. E mais: parecem tranquilos para mudar de lado caso entendam como necessário.

Caberá a Braga decidir como usar Policarpo. Visando uma guinada na candidatura de Gustavo, que carece do apoio que gostaria, inclusive de membros da própria sigla — como Jânio Darrot e Marden Júnior, por exemplo —. Sendo assim, Policarpo pode ser mais útil no posto de articulador do que na posição de candidato. Isso porque o presidente, além do livre trânsito, tem uma capacidade considerável para aglutinar colegas.

Debandada

Recentemente, Policarpo comentou o fato de Darrot e Marden optarem por apoiar Caiado e não Mendanha, candidato da própria sigla. Para o chefe do Legislativo municipal, a situação soa minimamente "estranha".

Apesar de tratar o assunto como 'superado', o parlamentar disse que seguirá ao lado daquilo que o partido tem, ou seja, um candidato.

As declarações vem na esteira do anúncio do parlamentar de que estaria ao lado de Gustavo Mendanha. "O respeito pelo governador Ronaldo Caiado continua. Mas o partido nos deu liberdade para apoiarmos quem desejássemos e acho que seria estranho não apoiar o nosso próprio candidato", acrescentou ao comentar o assunto.

Quanto ao próprio destino, Romário disse que deverá ser decidido nos próximos dias. "O partido tem uma candidatura ao governo estabelecida e é preciso entender como o Patriota precisa me usar nesse momento. Essa decisão [se será candidato ou não] devo tomar até o fim deste mês. Vou conversar com o presidente [Jorcelino Braga] e aguardá-lo. Deixo essa decisão nas mãos dele, como já faço há algum tempo".

Como mostrado pelo O HOJE, depois de muito dialogar, o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha decidiu se filiar ao Patriota. A decisão foi tomada depois de muitas investidas fracassadas e só foi divulgada — tardiamente, para muitos — no início de Abril. **(Especial para O Hoje)**

Adeus à máscara e à covid

Fernando Rizzolo

Ontem fui à casa de um amigo, pois fui convidado a uma confraternização no salão de festas do seu prédio pela passagem do seu aniversário. São aqueles compromissos aos quais a gente não pode faltar, afinal, são anos de amizade. Já no caminho, a primeira coisa que me veio à mente foi: chego de máscara ou não? E se ninguém estiver de máscara e eu chegar vedado, serei o hipocondríaco da festa? Mas, como não costumo ficar conjecturando no trânsito, preferi conferir no bolso e certificar-me de que minha máscara estava bem ali, ao meu alcance.

Chegando lá, ao abrir a porta do salão, apertei minha máscara no bolso de ansiedade. Dito e feito, eram mais de cem convidados, todos sem proteção e bem à vontade, rindo e bebendo. Obviamente me senti aquele sujeito que no frio resolve entrar numa piscina gelada, mas com aquele ar de segurança de fazer inveja a negacionistas.

Sorri, cumprimentei os que eu conhecia e tentei relaxar, mantendo a calma e respirando o frescor do ar dos sorrisos, dos abraços, das janelas fechadas e da frieza do ar-condicionado. Afinal, pensei naquela velha frase: "Se tiver que pegar, já peguei".

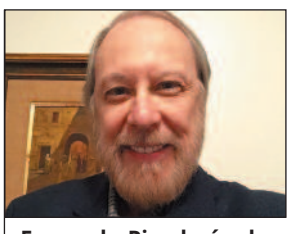
É curioso observar que as pessoas atualmente acreditam que a pandemia de covid é coisa do passado, e que existe no inconsciente coletivo um certo policiamento em observar que quem está de máscara neste momento e em lugar social é quase um mal-educado. Os que tentavam entrar de máscara logo se intimidavam e sutilmente a tiravam e sorriam forçados.

Dizem que "onde há fumaça, há fogo", e não é pra menos que, quando sento na minha velha poltrona e assisto às cenas atuais de "lockdown da China", com todo aquele rigor, desconfio de que algo está errado, e que logo, por aqui e em outros lugares do mundo, outra bomba de vírus surgirá.

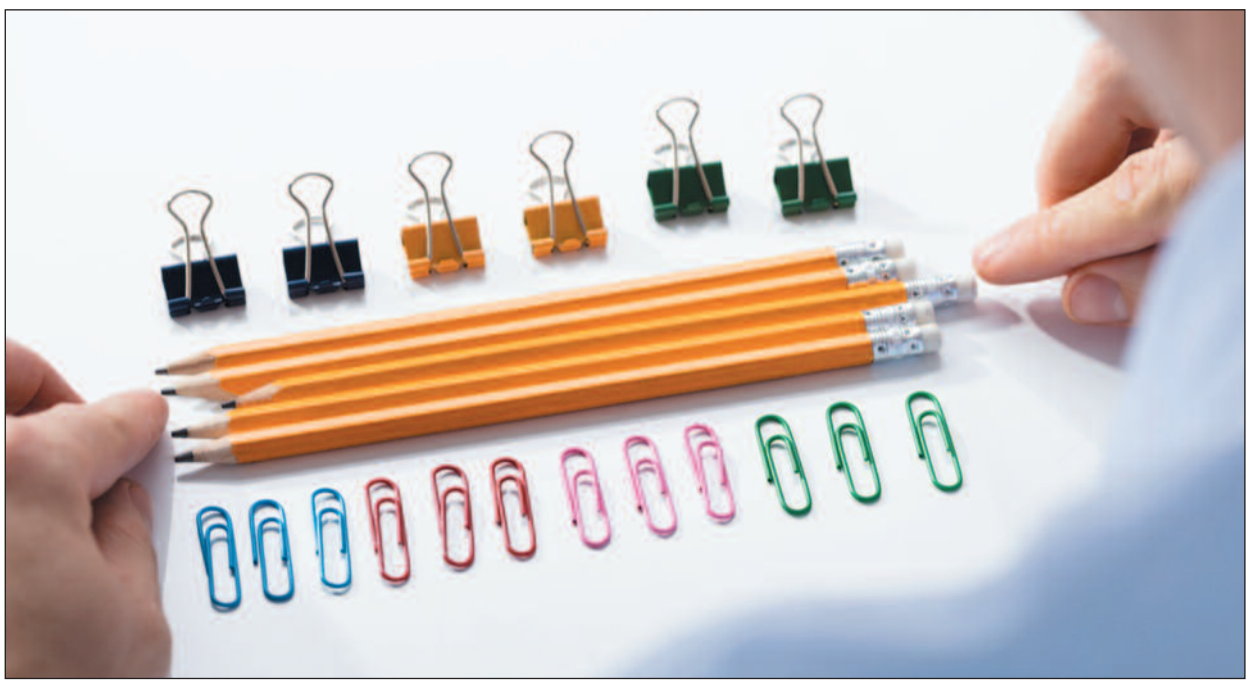
O Brasil registrou um aumento de 29% na média móvel de novos casos de pessoas infectadas pelo Sars-Cov2 em relação a duas semanas atrás. As informações são recolhidas pelo consórcio de veículos de imprensa diariamente com as Secretarias de Saúde estaduais. Já os dados da vacinação contra covid foram afetados pelo ataque hacker ao sistema do Ministério da Saúde, ocorrido em dezembro e que levou à falta de atualização em diversos Estados por longos períodos de tempo. Além disso, uma pesquisa da UFMG mostra subnotificação de casos de covid em 2020 nas cidades de Belo Horizonte, Salvador e Natal.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: Com o novo aumento de casos de covid-19 acima mencionado, que são relativamente consideráveis, e com a ocorrência de subnotificações, agregados ao fato de uma nova pandemia na China, o que têm a dizer aqueles responsáveis pelo poder público e candidatos que aboliram a obrigatoriedade das máscaras? Assim como o governo federal, que aposta no não retorno do vírus em nível pandêmico?

Talvez as cenas de lockdown rigoroso na China estejam nos mandando um sutil recado do ponto de vista sanitário. Mas, em época de eleição, tudo é válido, até confraternizar em aniversários com uma mão na taça e outra no bolso, sentindo uma máscara que implora para ser utilizada, e eu na verdade não vendo a hora de ir embora. Agora só me resta aguardar 10 dias e ver se aqueles "parabéns a você" não me fizeram mal...



Fernando Rizzolo é advogado, jornalista e mestre em Direitos Fundamentais



Entendendo o transtorno obsessivo-compulsivo

Clay Brites

No começo de 2022, pesquisadores da Brown University (EUA) rastrearam sinais cerebrais associados ao transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) pela primeira vez. Esse estudo ainda se encontra em estágios iniciais, mas os especialistas envolvidos relataram que esse é o primeiro passo rumo à compreensão e ao tratamento do transtorno.

O que acontece é que algumas regiões frontais no cérebro de alguém que tem TOC formulam pensamentos que não são a tempo controlados por outras regiões responsáveis por controle de impulsos. Com isso, estes pensamentos acabam sendo julgados como verdadeiros e, sem controle, incentivam a repetição de seus desejos. Evidências de pesquisas mostram pouca ativação destas regiões e estudos de avaliação de espessura cortical demonstram que estas regiões são mais afiladas e finas quando se comparam com cérebros de pessoas sem TOC.

Apesar do TOC ser mais frequente em adultos, a manifestação pode se iniciar na infância. Dados e relatos de pesquisas têm demonstrado que muitos adultos com TOC já apresentavam sinais do transtorno na infância. Por esse motivo, é de extrema importância que pais, avós, cuidadores e até mesmo educadores estejam atentos para saber identificar possíveis sinais do transtorno em idade precoce, ou seja, antes dos cinco anos de vida.

Crianças com TOC apresentam comportamentos que são resultados de pensamentos obsessivos, ou seja, imaginam uma situação anormal onde um fato pode desencadear outro e passam a acreditar que devem acontecer senão algo de muito ruim pode surgir levando a uma enorme ansiedade e sensação constante de insegurança. Há também a presença de ações compulsivas onde elas têm que repetir movimentos ou procedimentos para se sentirem bem e aliviadas.

Costumam ser excessivamente preocupadas, imaginam as coisas de forma pessimista, irritam-se quando a perfeição não se cumpre ou se desfaz, têm mania de organização sem uma finalidade prática, possuem aversão anormal por tipos de vestimentas, comidas, limpeza, disposição de objetos.

O TOC impacta a vida da criança ou jovem por causa das alterações bruscas de humor, teimosia excessiva, crises de medo e insegurança, pensamentos frequentes de morte e de perdas, manias alimentares, de organização e de limpeza excessivas, além da baixa autoestima. Podem assim restringir o contato dos pais com outras pessoas, desestimular visitas em casa, sofrer com o isolamento dos amigos na escola.

Em casos assim, deve ser iniciado o tratamento o quanto antes. Mesmo que a condição seja carregada para a vida toda, este jovem vai sofrer menos ao aprender como lidar mais cedo com o transtorno. O TOC deve ser enfrentado por meio de terapias comportamentais e de manejo parental onde os pais e a escola devem ser orientados como lidar e proceder no cotidiano. Podem ser utilizadas medicações em alguns casos e circunstâncias.

Clay Brites é pediatra e neurologista infantil, doutor em Ciências Médicas pela Unicamp

CARTA DO LEITOR

Feminicídio

Eu tenho observado nos últimos anos a quantidade de mulheres mortas simplesmente por serem mulheres e me policiado para conter meus sentimentos machistas em relação a minha esposa. Não quero virar estatística. Essas mortes completamente evitáveis se tornam uma lição para mim, que é a de que minha mulher não é minha propriedade. Ficaria muito triste se nos separássemos, mas matá-la por não querer que ninguém mais a tenha, seria um absurdo. Uma pena que esses assassinos não pensam assim.

Fabiano Alencar
Goianira

Povo negro

Percorrer a trajetória do povo negro, reconhecer as sequelas provocadas na diáspora, tais como o sequestro da humanidade, os castigos, a impossibilidade de culto aos orixás, o banzo e a morte, é promover o diálogo entre passado e presente, sob as asas do pássaro africano, a fim de buscar o encontro do indivíduo com o coletivo e possibilitar um futuro, sustentado por bases mais justas e equitativas. A estrutura vigente também corrobora para invisibilidade e permanente exclusão da população negra. A abolição da escravatura não garantiu de fato a liberdade. É preciso conhecer e combater qualquer medida que impeça o negro de sonhar, de respirar, de viver.

Sandro Antunes
Firminópolis

CONTA PONTO

"Em seis meses, foram mais de R$ 376 milhões que o goiano deixou de pagar de ICMS. Essa é a realidade que temos neste momento. Com as fake news, hoje em dia, os mentirosos têm lugar para falar. Mas os homens de bem também têm e nós vamos transmitir"

Ronaldo Caiado (UB), governador de Goiás, falou em entrevista a respeito do congelamento da base de cálculo do ICMS sobre os combustíveis, que seria a mesma desde 1º de novembro de 2021.

INTERAJA CONOSCO

@jornalohoje
A vereadora Gabriela Rodart (PTB) protocolou um projeto de resolução que cria a medalha Olavo de Carvalho. A comenda que leva o nome do autor de livros como 'O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota' e guru bolsonarista seria entregue a filósofos, intelectuais da capital, além de educadores. "Um grande epidemiologista", ironizou o leitor.

Ranier Gonçalves

@ohoje
No primeiro dia útil após as mudanças no trânsito do Setor Jardim América, em Goiânia, na manhã desta segunda-feira (16/05), dois veículos se envolveram em uma acidente no cruzamento entre a avenida T-63 e a rua C-148. Segundo informações de pessoas que estavam no local, apenas a passageira sofreu ferimentos leves. "E o que tem de gente entrando na contramão não é brincadeira", afirmou internauta.

Marcelo Vicentini (@marcelo.af.vicentini)

@jornalohoje
A vereadora Sabrina Garcez (Republicanos) protocolou na Câmara Municipal de Goiânia um projeto de lei para criação de uma Arena Sertaneja na capital. A ideia é de que o espaço cultural centralize a promoção de eventos festivos e de atrações sertanejas em Goiânia. "Desnecessário no atual momento", opinou o leitor.

Fred (@fred130186)

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com.** São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

O HOJE
Grupo O Hoje de comunicação
Fundado em 23 de Abril de 2004
Presidente Gean Alaesse Cordeiro
Bancas: R$ 2,50
Redação: (62) 3095-8737 editor@hojenoticia.com.br | **O Hoje.com:** (62) 3095-8700 / 42 WhatsApp (62) 99968-8702
Comercial: (62) 3095-8722 / 29 (62) 99224-7064 comercial1@ohoje.com.br | **Circulação:** Capital (62) 3095-8727 e Interior (62) 3095-8772 admin.financeiro@ohoje.com.br | **Endereço:** Rua 132-A nº 124, Setor Sul, CEP 74093-220 - Goiânia/GO

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Foram entrevistadas 1.839 empresas de 2 a 10 de maio, diz CNI

Índice que mede produção industrial teve queda de 46,5 pontos em abril

A produção industrial apresentou queda em abril de 2022 na comparação com março, informou ontem (16) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo boletim divulgado pela entidade, o índice que mede a evolução da produção ficou em 46,5 pontos, ficando abaixo dos 50 pontos, linha divisória entre queda e crescimento da produção na comparação com o mês anterior, quando fechou em 54,5 pontos.

As informações fazem parte do boletim Sondagem Industrial, que também traz informações a respeito da evolução da produção, do número de empregos, dos estoques, entre outros indicadores. Para a realização da pesquisa foram entrevistadas 1.839 empresas, sendo 740 de pequeno porte, 641 de médio porte e 458 de grande porte, no período de 2 a 10 de maio.

Os índices avaliados pela CNI apresentam variação de 0 a 10. Valores acima de 50 indicam aumento do emprego da produção, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual. Valores abaixo de 50, indicam que o nível de atividade está abaixo do usual.

A CNI disse que o comportamento para o mês já era esperado e que o resultado está dentro do padrão histórico para meses de abril, desconsiderando abril de 2020, quando a produção foi profundamente afetada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O boletim mostra que o emprego industrial também sofreu um recuo em abril na comparação com março. O índice de evolução do número de empregados ficou em 49,5 pontos, pouco abaixo da linha divisória. Em março de 2022, o índice ficou exatamente na linha divisória, em 50 pontos.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) das indústrias fechou em 69% em abril, na comparação com março. Segundo a entidade, o percentual é um ponto superior à média histórica registrada para o mês, medida desde 2011.

De acordo com a CNI, apesar de a UCI estar um ponto mais alta, o aumento não se traduziu na alta da produção industrial, em razão da baixa produtividade da indústria.

Um dos fatores é a desorganização das cadeias globais de valor, em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19), que foi acentuada pela guerra entre a Rússia e Ucrânia. Este fato tem ocasionado incertezas em relação a aquisição de matérias-primas, com atrasos nas entregas e elevação dos custos.

"Ao permanecer próximo dos 50 pontos, o índice mostra que os estoques seguem relativamente ajustados. Não obstante, o resultado revela frustração dos empresários, pois o nível de estoques se afastou do planejado", disse a CNI.

O índice de utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual registrou 43,3 pontos em abril, uma queda de 2,4 pontos em relação ao mês anterior. Esse resultado indica que o índice permanece menor que o usual para o mês. **(ABr)**

Econômica

Lauro Veiga Filho
| economica@ohoje.com.br

Obstáculos e equívocos tendem a reduzir produção de biodiesel

Depois de oscilar entre 13% e 10% ao longo de 2021, a mistura de biodiesel ao diesel terminou fixada em 10% para 2022, afetando um setor que havia se programado para atender a uma demanda baseada na adição de 14% ao combustível fóssil. Mantida nos níveis estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), projeta André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a produção de biodiesel tende a cair para 6,2 bilhões de litros neste ano, frente a 6,758 bilhões no ano passado.

"Sob qualquer ponto de vista que se analise a situação, a decisão representa um enorme equívoco", critica Francisco Turra, presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio). Em sua opinião, ao manter o teor da mistura em 10% neste ano, "o governo penaliza o setor, gera desemprego em toda a cadeia do agronegócio, promove desinvestimento, causa mais poluição, afetando a saúde da população, além de descaracterizar a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)". Mais grave, acrescenta Turra, é que a redução do volume de biodiesel disponível no mercado doméstico corresponderá a um aumento no consumo do combustível fóssil, resultando em alta nas importações de diesel, já que o país importa o equivalente a 30% de seu consumo. A liberação de importações de biodiesel a partir de 1º de janeiro de 2023 igualmente não é bem vista pela associação. "O biodiesel importado não traz à economia brasileira todos os benefícios do produto nacional, deixando grande parte de suas externalidades no país de origem", afirma Turra.

Etanol de milho

A produção de etanol a partir do milho consolidou-se como solução estratégica para o setor sucroenergético, diante de seu potencial para agregar segurança na oferta e estabilidade de preços ao longo de todo o ano, avalia Guilherme Nolasco, presidente executivo da União Nacional do Etanol de Milho (Unem). Entre as 17 usinas atualmente em operação, com produção estimada em torno de 3,40 bilhões de litros na safra 2021/22, dez delas são plantas flexíveis, que produzem etanol de cana nos meses de safra, entre abril e novembro, e utilizam milho na entressafra, de novembro a março.Outras 10 usinas já receberam autorização para construção pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), estimando-se uma capacidade total para 2,05 bilhões de litros, conforme Nolasco. Três delas deverão entrar em operação entre este e o próximo ano, somando investimentos próximos a R$ 6,0 bilhões, considerando nesta soma as ampliações de plantas já em operação, num total aproximado de 500,0 milhões de litros. Entre os ciclos de 2019/20 e 2021/22, lembra o executivo, a produção do setor dobrou e tenderá a atingir algo próximo a 10,0 bilhões de litros por volta da safra de 2030/31, o que corresponderia a 20% do mercado total de etanol.

BALANÇO

A indústria do biodiesel, retomaTurra, realizou investimentos superiores a R$ 10,0 bilhões na última década e meia, instalando um parque atualmente com 53 usinas. Mais 12 plantas encontram-se em fase de construção, enquanto outras cinco vinham em processo de ampliação da produção. Mas o ritmo de construção de novas plantas foi reduzido sensivelmente, conforme Nassar. Para Turra, "inequivocamente, o biodiesel tem sido um vetor de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e de interiorização do crescimento, com inclusão direta de quase 300 mil pessoas ligadas à agricultura familiar". Em 2020, conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mencionados por Turra, mais de 74,2 mil famílias movimentaram R$ 5,9 bilhões com a venda de matéria prima para a produção de biodiesel, "promovendo uma inclusão produtiva por meio do Selo Biocombustível Social".

Num trabalho conjunto desenvolvido pela Abiove e o Cepea, o setor de fabricação de biodiesel empregou em torno de 19,0 mil trabalhadores e produziu um PIB de R$ 10,5 bilhões no ano passado, respondendo por 2,0% de toda a agroindústria e gerando uma movimentação a jusante, no setor de serviços associados à cadeia, perto de R$ 20,3 bilhões. O trabalho estima que o biodiesel agregue à economia como um todo em torno de R$ 4,40 a cada um real acrescido na ponta da produção. Com 97,0% de ocupados formais, a indústria consegue abrir 33 novos empregos a cada real investido na produção.

Neste ano, acrescenta Nassar, o mercado passou a operar pela primeira vez sem os leilões de venda de biodiesel, com as usinas negociando entregas diretamente com distribuidoras de combustíveis, num setor dominado por três grupos privados. Entre outros parâmetros fixados pela ANP para regular o mercado e preservar o abastecimento, detalha Nassar, usinas e distribuidoras estão obrigadas a contratar, a cada bimestre, volumes equivalentes a 80% daqueles negociados em igual período do ano anterior. Os demais 20% passam a ser negociados no mercado spot.

Maior produtor de biodiesel do país, com participação de 13,2% no mercado brasileiro e um faturamento consolidado de R$ 8,8 bilhões no ano passado, a BSBios, empresa do grupo ECB, registrou aumento de 18,5% na produção de biodiesel, para 895,46 milhões de litros em 2021, ampliando ainda em 13,0% sua capacidade de produção, alcançando 936,0 milhões de litros por ano. Embora a demanda tenha sido menor do que a esperada, a empresa conseguiu atingir a produção prevista, segundo Erasmo Carlos Battistella, CEO da BSBios, "mantendo em andamento projetos importantes, em especial aqueles na área de internacionalização de sua operação, replicando sua experiência no Paraguai e na Suíça".A mudança na mistura de biodiesel levou o empresário a adiar os planos de investir no Brasil em torno de R$ 1,0 bilhão nos próximos dois anos.

Contas públicas ficam positivas em R$ 4,3 bi em março

As contas públicas do setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram superávit primário de R$ 4,3 bilhões, ante superávit de R$ 5 bilhões em março de 2021, informou hoje (16) o Banco Central (BC). Apesar do resultado, as contas do Governo Central, que reúne Previdência, Banco Central e o Tesouro Nacional, ficaram deficitárias em R$ 7,8 bilhões no mês. Já os governos regionais e as empresas estatais registraram, na ordem, superávits de R$ 11,9 bilhões e R$ 242 milhões no mês.

As informações contam do relatório de estatísticas fiscais divulgado nesta segunda-feira pelo BC. De acordo com o documento, nos 12 meses encerrados em março, o superávit primário do setor público consolidado atingiu R$ 122,8 bilhões, equivalente a 1,37% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

O resultado primário é formado pelas receitas menos os gastos com juros, sem considerar o pagamento de juros da dívida pública. Assim, quando as receitas superam as despesas, há superávit primário.

Juros

Os gastos com juros nominais do setor público consolidado atingiram R$ 30,8 bilhões em março de 2022, frente a R$ 49,5 bilhões em março de 2021. De acordo com o BC, o resultado das operações de swap cambial contribuiu para essa redução, "mais do que compensando os aumentos da taxa Selic e do IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo] no período".

O swap cambial é a venda de dólares no mercado futuro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas.

Essas operações registraram perda de R$ 16,6 bilhões em março de 2021 e ganho de R$ 40,3 bilhões em março de 2022. No acumulado em 12 meses até março deste ano, os juros nominais somam R$ 403,8 bilhões (4,52% do PIB), comparativamente a R$ 309,9 bilhões (4,03% do PIB) nos 12 meses até março de 2021.

O BC informou que o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$ 26,5 bilhões em março. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R$ 281,1 bilhões, o equivalente a 3,15% do Produto Interno Bruto (PIB), reduzindo-se 0,24 ponto percentual em relação ao déficit acumulado até fevereiro de 2022.

Dívida Pública

A Dívida Líquida do Setor Público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) fechou o mês de março em R$ 5,2 trilhões, o que corresponde a 58,2% do PIB, elevando-se 1,1 ponto percentual do PIB no mês. **(ABr)**

Parecer por candidatos isolados ao Senado divide base de Caiado

Favoráveis falam em reforço à democracia, enquanto outros defendem nome de consenso

Marcos Oliveira/Agência Senado

A Procuradoria-Geral Eleitoral emitiu parecer favorável à possibilidade de lançar candidaturas separadas de senador nas eleições de 2022

Francisco Costa

Na última semana, a Procuradoria-Geral Eleitoral deu parecer favorável sobre a possibilidade de candidaturas isoladas ao Senado. O texto, todavia, aguarda validação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para ser efetivo nas eleições deste ano.

Entre os muitos pré-candidatos na base de Ronaldo Caiado (União Brasil), há quem comemore a possibilidade, mas também quem prefira um nome de consenso. O deputado federal delegado Waldir Soares (União Brasil) considera o relatório da procuradoria mais um passo positivo rumo as candidaturas isoladas ao Senado.

Waldir, que é pré-candidato ao Senado na base de Caiado, vê a possibilidade de múltiplas candidaturas fazendo palanque ao governador. "O parecer avança nesse cenário, no qual o governador pode ter uma coligação, digamos, de 15 partidos e cada partido dessa coligação pode ter um candidato", avalia.

Ele acredita que o TSE definirá em plenário por efetivar esse parecer, uma vez que já há decisão favorável, também, por parte da assessoria do tribunal. "Então, esse é o cenário que vai acontecer. Penso que fortalece a democracia e a possibilidade do eleitor escolher dentre vários nomes a senador de Goiás."

Além de Waldir, também fazem parte dos pré-candidatos ao Senado pela base caiadista: Alexandre Baldy (Progressistas), Lissauer Vieira (PSD), Luiz Carlos do Carmo (PSC) e Zacharias Calil (União Brasil). João Campos (Republicanos) é uma possibilidade, mas também negocia com o pré-candidato do governo Gustavo Mendanha (Patriota).

Contrários

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira, e o senador Luiz do Carmo são contrários às candidaturas isoladas. Eles defendem um nome de consenso, pois acreditam que o volume de postulantes favoreça os candidatos da oposição.

Para Luiz, com o montante entrando no pleito, ninguém será eleito pelo grupo. "Entendo que a candidatura isolada ao Senado, no cenário político atual é nociva para a base do Governo. Esse tipo de movimentação enfraquece a base e favorece a outros candidatos.

A única certeza que tenho é que esse caminho irá garantir que nenhum candidato da base tenha chances reais ao Senado, além de passar a impressão de que houve um racha na base", destacou.

João Campos

Ao O Hoje, Campos já disse não ver diferença em ocupar um lugar na chapa do governador Ronaldo Caiado ou de Gustavo Mendanha. "Do ponto de vista ideológico, Mendanha e Caiado são iguais", acredita.

Ele afirma que as negociações seguem abertas com ambos os pré-candidatos, porém, se não houver acordo, lançará uma candidatura realmente isolada. "Sem estar vinculado a nenhum candidato ao governo", explica.

Sobre os apoios do partido, João Campos, que também é o presidente estadual, afirma que os deputados e prefeitos estão liberados. "Partido não terá candidato ao governo, então não há porque exigir apoio. Todos têm liberdade."

Isolada ou avulsa?

Comumente, as candidaturas isoladas são chamadas de avulsas. O advogado eleitoral Danúbio Cardoso Remy revela que existe um equívoco e informa a diferença. Segundo ele, o termo candidatura avulsa "se dá pela desassociação de partidos políticos, ou seja, a existência de candidatos a cargos eletivos sem a necessidade de filiação a um partido".

Assim, ele afirma que o termo inexiste no mundo eleitoral. "As candidaturas avulsas, independentes, são proibidas no Brasil. Na prática, um indivíduo não pode se candidatar a qualquer cargo eletivo caso não esteja filiado a um partido político, pois a Constituição Federal resguarda o pluripartidarismo, bem como exige como condição de elegibilidade, dentre outras, a filiação ao partido político", explica o jurista.

Para ele, inclusive, o termo mais adequado seria a possibilidade do lançamento de "candidaturas duplas" ao Senado – ou múltiplas. "Nas eleições deste ano, cada Estado elegerá apenas um senador, que terá mandato até fevereiro de 2030. Por esse motivo, as alianças são feitas com base na necessidade de construir uma única candidatura para o Senado. Apesar disso, o ponto positivo da consulta é acerca da possibilidade de que a coligação para o governo não precise reproduzir a disputa do Senado. Isso é o que se deu o nome de 'candidatura isolada'", argumenta. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE
PUBLICIDADE LEGAL

Somente os Diários Oficiais têm validade para comprovantes digitais.

Fora disso, pode ocorrer improbidade administrativa para mandatários públicos.

O HOJE
Depto comercial: (062) 3095-8700
e-mail: comercial1@ohoje.com.br

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Isac Nóbrega/Presidência da República

Bolsonaro diz que é "obrigado a mexer nas peças do tabuleiro"

Em São Paulo, presidente critica Petrobras e diz "lamentar" preço do diesel

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou ontem (16) a criticar a Petrobras pelas sucessivas altas nos preços dos combustíveis e disse que lamenta o atual preço do diesel.

O mandatário reclamou que a Petrobras busca o lucro máximo. "Em vez de fazer como as petrolíferas do mundo todo fizeram, que reduziram suas margens de lucro", disparou.

"Nada contra a empresa ter lucro, tem que ter lucro. De outro lado, a gente sabe que não dá certo, e vê-se obrigado a mexer nas peças do tabuleiro", acrescentou o presidente. "A gente lamenta o preço do diesel altíssimo", afirmou.

As declarações foram dadas durante a abertura de uma feira de negócios organizada pela Associação Paulista de Supermercados, que ocorre na zona norte da capital paulista.

Também estiveram presentes os ministros Paulo Guedes (Economia) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), bem como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. O ex-ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes (Republicanos), também discursou na abertura do evento. Ele é pré-candidato ao governo de São Paulo. **(ABr)**

Esplanada

Leandro Mazzini e Walmor Parente |
reportagem@colunaesplanada.com.br

Legalização dos jogos

Enquanto o projeto que legaliza os jogos de azar aguarda votação no Senado Federal, uma pesquisa realizada pelo instituto da Casa (DataSenado) revela que 58% dos internautas são favoráveis à liberação de cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas esportivas. Na avaliação dos cidadãos que participaram da enquete – que contou com 806 participantes e ficou disponível no Portal do DataSenado de 07 de março a 02 de maio de 2022 -, a exploração de jogos teria efeito positivo na arrecadação de impostos no Brasil. A grande maioria (61%) acredita que aumentaria a receita tributária brasileira.

Empregos

Para 57% dos participantes, conforme a pesquisa, a exploração dos jogos de azar por resorts terá como consequência o aumento dos empregos.

Turismo

Quando questionados se a liberação dos jogos seria positivo para o crescimento do turismo no Brasil, 58% disseram acreditar que "sim" e 40%, "não".

Tom

Ciro Gomes (PDT-CE) não esconde a irritação com a ala do partido que tem se aproximado do ex-presidente Lula. Em resposta, elevará o tom de críticas aos governos petistas. Já iniciou alardeando que Lula e Bolsonaro são "farinha do mesmo saco".

FNDE

Depois do escândalo envolvendo o suposto favorecimento de pastores com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deputados da Comissão de Educação entregaram ao ministro Victor Godoy um projeto para tornar mais rígidas as regras de transparência do órgão.

Sabatina

Na proposta de alteração da Lei de Constituição do FNDE, os deputados Professor Israel Batista (PSB-DF), Bira do Pindaré (MA) e Tabata Amaral (PSB-SP)definem"como fundamental que os cotados para assumir a diretoria ou a presidência tenham conhecimentos compatíveis com o cargo". Prevê também a realização de sabatina para esses cargos e a aprovação dos nomes pelo Senado Federal.

Revoada

Reflexo da autofagia, o PSDB vê quadros históricos embarcando na pré-campanha do ex-presidente Lula. Alckmin voou para o PSB e será vice do petista. Outros nomes, como o ex-chanceler Aloysio Nunes, podem até ocupar uma pasta na Esplanada após verbalizar que vai apoiar – quem diria – Lula no 1º turno.

Extradição

A Embaixada do Brasil em Portugal, por meio da Procuradoria-Geral da República, formalizou o pedido de extradição de Nelma Kodama - doleira da Lava Jato acusada de ser integrante de uma quadrilha de tráfico internacional de drogas. Ela foi presa em um hotel de luxo em Portugalno âmbito da Operação Descobrimento, deflagrada pela Polícia Federal.

Delay

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve a condenação por improbidade administrativa de sete pessoas que fraudaram benefícios previdenciários em Foz do Iguaçu (PR). A quadrilha, formada por ex-servidores do INSS e agenciadores, terá que ressarcir aos cofres públicos mais de R$ 1,7 milhão. A punição veio com 17 anos de atraso, já que o grupo foi descoberto em 2005 pela Operação Quati, deflagrada pela Polícia Federal.

Desmonte

Parlamentares que visitaram Roraima na última semana para averiguar denúncias de violência contra indígenas concluíram o seguinte: a total desarticulação das ações em defesa dos povos ianomâmi. E que o Governo não tem interesse em sanar conflitos em terras indígenas, tampouco garantir a proteção aos povos originários. As conclusões da diligência serão compiladas num relatório.

Marconi Perillo diz que não teme enfrentar Caiado

Tucano falou sobre fim da Operação Cash Delivery e futuro na política

Thauany Melo

Em coletiva de imprensa realizada na segunda-feira (16), o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular as denúncias feitas no âmbito da Operação Cash Delivery e falou sobre o seu futuro na política.

Assim como o também acusado ex-presidente da antiga Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Agetop), Jayme Eduardo Rincón, Perillo afirmou que pretende entrar com ação contra os promotores que o "perseguiram ao longo dos últimos anos", em razão de "vinculações políticas" e "falta de isenção". Além disso, o tucano afirmou que a "Operação Cash Delivery está morta".

"Houve uma sórdida armação política com um único objetivo, que era me derrotar como candidato ao Senado", disse.

O ex-governador ressaltou que o prazo para recorrer da decisão do STF já foi encerrado e, com isso, o caso retorna à Justiça Eleitoral. "Vai começar uma nova investigação e nós vamos nos defender", disse. O político também relembrou que, em 2021, o processo da operação foi arquivado no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO).

Política

Sobre a possibilidade de concorrer ao Governo de Goiás, Perillo afirmou que "está disposto a participar efetivamente do processo eleitoral de 2022". No entanto, ele ainda não confirmou a pré-candidatura."Por parte de 80% a 90% das lideranças há o desejo que eu seja candidato ao governo do Estado. Uma parte gostaria que disputasse ao Senado e outra parte pequena à Câmara Federal", disse.

Questionado sobre enfrentar o atual governador do estado, Ronaldo Caiado (UB), Marconi Perillo afirmou que já enfrentou "máquinas fortes" e venceu. "Se tem uma pessoa que não teme adversidades, enfrentar máquinas poderosas, sou eu", disse. O ex-governador também teceu críticas a Caiado (UB) e chegou a dizer que "ele é o pior governador da história de Goiás".

Operação Cash Delivery

As investigações da Cash Delivery tiveram início em 2018 mirando o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e o ex-presidente da Agetop Jayme Rincón. A apuração, feita a partir de delações de ex-executivos da Odebrecht, envolvia suposta corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Em 2018, Rincón e Perillo chegaram a ser presos. Já em agosto de 2021, o processo da operação foi arquivado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e seguiu na Justiça Federal.

No dia 28 de abril, Gilmar Mendes assinou a decisão em que acatou o pedido de habeas corpus dos advogados do ex-presidente da Agetop, orientou o retorno do processo à Justiça Eleitoral e afirmou que, além de fragmentação do processo, também houve utilização de "instrumentos de bypass processual", ou seja, o desvio estratégico da ação para uma competência indevida.

"No caso em análise, entendo que houve duas violações à garantia do juiz natural, tendo em vista: a) o indevido fracionamento do feito perante o STJ, com a artificiosa divisão dos processos relativos às infrações penais eleitorais e aos crimes comuns; b) a atuação dos órgãos de primeira instância, que se utilizaram de instrumentos de bypass processual para tentar modificar o juiz competente para processar e julgar os fatos investigados", afirmou o documento. **(Especial para O Hoje)**

Divulgação

"Houve uma sórdida armação política com um objetivo único, que era me derrotar como candidato ao Senado", disse o ex-governador Marconi Perillo sobre a deflagração da Operação Cash Delivery durante a campanha de 2018

OPÇÃO do treinador

Jair Ventura comemora três jogos de invencibilidade e explica opção por jogadores: "Convicções do treinador"

Rosiron Rodrigues / Goiás EC

Treinador já vê melhora em equipe e que mesmo com 'sofrimento', Goiás tem conseguido os resultados

Victor Pimenta

O Goiás começou a semana com seu torcedor feliz, ainda mais pela vitória na noite do último domingo (15), vencendo o Santos por 1 a 0 e subindo na classificação da Série A. O time esmeraldino venceu com gol de Élvis e conseguiu sua segunda vitória seguida na competição.

Agora a fase esmeraldina parece que começou a melhorar. O clube vinha numa maré de azar e chegou a ficar oito jogos sem vencer, tendo sido a último no Goianão. Após o empatem em 2 a 2 com o Atlético Mineiro em casa, já são duas vitórias e um empate e o treinador falou sobre essa última, diante do Santos.

"A gente vinha de um momento muito ruim, de oito jogos sem vencer e agora já são três sem perder. É muito importante essa vitória, mas que fique bem claro que lógico que para você não perder, você não tem que levar gols, mas você pode levar um gol e ganhar de 2 a 1. Logo nos jogos que paramos de sofrer gols, conseguimos as vitórias e vale ressaltar que desde quando nós chegamos, todos os jogos fizemos gols, nos empates e nas derrotas, conseguimos criar e o mais importante no momento era a gente conseguir sair da zona do rebaixamento, quando a gente onde estávamos e hoje a gente consegue andar mais três casas dentro da tabela", disse Jair Ventura.

Apesar dos dois últimos resultados positivos, terminando com duas vitórias por 1 a 0, o time esmeraldino tem sofrido com inúmeros ataques e graças ao posicionamento defensivo e ainda com a ajuda de Tadeu embaixo das traves, o time vem sofrendo para conseguir segurar os placares em vantagem e Jair falou sobre.

"Um treinador quer performance e resultado, então hoje estamos conseguindo o resultado e isso não tem como questionar, mas agora é trabalhar para que a gente possa encher os olhos e possa vencer e convencer e isso que nós queremos sim. Lógico que a gente quer melhorar, não queremos sofrer, por muitas vezes não dá, mas por muitas vezes estamos três jogos sem perder", ressaltou o treinador.

Artilheiro do Goiás na temporada, o atacante Nicolas perdeu seu espaço no clube após voltar de lesão após o fim do estadual. Nas últimas quatro partidas, o jogador iniciou no banco de reservas, entrando no decorrer de todas elas. No empate diante do Atlético Mineiro, Jair Ventura falou sobre ele não estar 100% fisicamente e hoje foi preciso quando perguntado sobre essa disputa com Pedro Raúl.

"Opção do treinador", afirmou

Outro detalhe importante observar que sempre quando Élvis começa de titular, Fellipe Bastos é banco de reservas. O que no ano passado isso não acontecia, nesse, foram poucas vezes os dois jogando juntos nem que fossem quarenta e cinco minutos. Então, o treinador voltou a explicar o porquê das suas escolhas.

"Pode tudo no futebol. Pode jogar sim o Élvis com o Fellipe Bastos e isso vai depender do que o jogo me entrega, do jogo que eu preciso, da leitura do jogo. São as convicções do treinador e as vezes a gente passa como teimoso ou alguma coisa assim, mas pode ter certeza que enquanto eu estiver aqui, eu não faço nada para contrariar ninguém, mas sim para trazer o melhor para o Goiás e fico feliz que nos últimos três jogos a gente fez o melhor para a equipe do Goiás", concluiu o técnico esmeraldino.

A equipe esmeraldina volta a campo agora somente no próximo sábado (21), quando visitam o Flamengo, pela sétima rodada do Brasileirão Série A. A partida acontecerá no Maracanã, às 16h30, horário de Brasília. **(Especial para O Hoje)**

FUTEBOL NACIONAL

Clubes catarinenses acertam as contratações de ex-treinadores de equipes goianas

Um final de semana de muita movimentação no mundo do futebol, principalmente na área técnica. Se no sábado, Umberto Louzer deixou o Atlético, no domingo, o Vila Nova confirmou a saída de Higo e chegada de Dado Cavalcanti, em dois times de Santa Catarina, dois ex-treinadores "goianos" foram anunciados para dar sequência na temporada.

Brusque

O time catarinense acertou a chegada de Luan Carlos para a disputa da Série B. Após a demissão de Waguinho Dias depois da derrota para o Londrina, o clube buscou prontamente o técnico que estava por último no Caxias do Sul, desde o início de abril.

Goiano de Ipameri, Luan Carlos treinou equipes goianas como Grêmio Anápolis, Novo Horizonte e fez sucesso no Goianésia, levando a equipe a ser vice-campeã goiana em 2020. Ainda teve excelentes trabalhos por Atlético Cearense, Floresta, Brasiliense e Camboriú, onde foi recentemente vice-campeão do Catarinense.

O Brusque atualmente ocupa a 14ª colocação da Série B. Já são sete pontos em sete jogos e enfrenta a Tombense na próxima sexta, no Augusto Bauer.

Juventus SC

Ainda sem vencer no Brasileiro da Série D, o moleque travesso anunciou a chegada de seu mais novo treinador, William de Mattia. Natural de Criciúma, o técnico de 39 anos será o responsável por buscar uma recuperação na equipe na sequência da competição nacional.

O treinador treinou por três anos o Nova Mutum, sendo campeão com o clube da segunda e primeira divisão estadual. Recentemente, William estava no Grêmio Anápolis, ainda no início da temporada.

O novo treinador do Moleque Travesso chegou em Jaraguá do Sul ainda nesta segunda-feira (16) e já iniciou preparação para o jogo do próximo sábado (21), contra o FC Cascavel, no Estádio João Marcatto, pela sexta rodada da Série D. **(Victor Pimenta, especial para O Hoje)**

COLORADO

Vila Nova apresenta Dado Cavalcanti, seu novo treinador

Começou a era Dado Cavalcanti no Vila Nova. Um dia após a demissão de Higo Magalhães, o novo comandante colorado foi apresentado e até já comandou seu primeiro treinamento pelo novo clube. Em suas primeiras palavras como treinador do Colorado, o profissional falou sobre o confronto contra a Chapecoense, que acontece já na próxima quinta-feira, às 19h, no Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga.

Para Dado Cavalcanti, seu maior desafio neste começo de trabalho é entender e saber como é a realidade atual do elenco vilanovense, que vem em uma sequência grande de jogos. De acordo com ele, alguns apresentam um nível elevado de desgaste físico e podem dar espaço a outros atletas, mas que isso não significa que as mudanças serão definitivas.

"Para o jogo de quinta-feira (19), serão apenas três sessões de treinos, onde eu terei um contato com os atletas, para tentar fazer alguma modificação em cima do que eu visualizo da nossa equipe e do adversário. Não necessariamente, serão feitas mudanças para o campeonato inteiro. O Vila Nova vem numa sequência muito grande de jogos. Eu venho com uma disposição muito grande, mas preciso entender a realidade que o grupo de jogadores vive. Pela sequência de jogos, alguns jogadores já estão um pouco desgastados. Então, esse vai ser o meu maior desafio. Me enquadrar nesse processo inicial. Vamos buscar o resultado positivo e uma recuperação imediata já nesta quinta-feira (19)", disse Dado Cavalcanti.

Matheus Alves/Vila Nova FC

Dado Cavalcanti foi oficialmente apresentado pelo Vila Nova

Antes de Dado Cavalcanti, quem esteve com a palavra foi o presidente colorado Hugo Jorge Bravo, que explicou a mudança no comando técnico da equipe. Segundo ele, seu perfil é de dar continuidade ao trabalho das pessoas, porém, o de Higo Magalhães havia chegado em um ponto onde era necessário ser trocado.

"Chegou-se em um momento onde a mudança era inevitável. Não é algo que achamos bom, mas também é natural no futebol. É uma política nossa do departamento de futebol de dar longevidade e continuidade ao trabalho, seja de jogadores, de funcionários e treinadores. Eu só tenho gratidão pelo que o Higo (Magalhães) e a sua comissão fizeram, mas chegou num ponto onde era necessária a mudança. E assim foi feito", explicou Hugo Jorge Bravo. **(Breno Modesto, especial para O Hoje)**

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Diante do Antofagasta, do Chile, o interino Anderson Gomes será o comandante atleticano

Bruno Corsino/Atlético-GO

PRÓXIMO da classificação

Líder de seu grupo, Atlético recebe o Antofagasta e tenta encaminhar classificação às oitavas

Breno Modesto

Ainda sem vencer no Campeonato Brasileiro, onde foi derrotado pelo Atlético Mineiro, no sábado (14), pela sexta rodada da competição nacional, o Atlético Goianiense "vira a chave" e muda o foco para a Copa Sul-Americana, onde tem um compromisso nesta terça-feira (17). O último como mandante na primeira fase do torneio. Às 21h30, no Estádio Antônio Accioly, o Dragão encara o Antofagasta, do Chile.

Sem o técnico Umberto Louzer, demitido após o revés diante do Galo, e sem Jorginho, anunciado como novo treinador do clube, o Rubro-Negro terá à beira do gramado o auxiliar Anderson Gomes, que faz parte da comissão técnica permanante do clube e que tem a missão de fechar com chave de ouro a participação atleticana como mandante na fase de grupos da Sul-Americana e encaminhar a classificação da equipe para as oitavas de finais.

Prestes a fazer sua estreia no comando técnico, o interino Anderson Gomes classifica a oportunidade como um feito na carreira, que ainda está no início. Para ele, a partida é muito importante, pois o Atlético pode dar um passo grande rumo às oitavas.

"É uma honra. Como iniciante na carreira (de treinador), é um feito dirigir um time como o Atlético Goianiense, com a grandeza que ele tem e em uma competição tão importante como é a Sul-Americana, onde nós podemos dar um passo bem grande para estarmos próximos da classificação (às oitavas de finais)", disse Anderson.

Com apenas um trabalho para montar o time, Anderson Gomes cita que o foco de sua preparação foi em cima dos jogadores que estão jogando há algum tempo e que estão com altos níveis de desgaste físico. De acordo com ele, o Dragão vem atuando muito bem e, por isso, deve ter poucas mudanças.

"Pelo curto tempo que nós tivemos, podemos fazer poucas alterações em relação ao esquema tático, até porque, daqui a pouco, o Atlético terá um novo treinador. E a equipe tem jogado bem, as ideias muito bem definidas. O Atlético tem apenas uma dificuldade ali no último terço do campo. Mas o que nós vamos tentar fazer é manter o mesmo padrão. Devido ao desgaste físico, vejo um pouco da necessidade de "rodar" o elenco. Então, a ideia para esse jogo, é ver fazer alguma intervenção em relação aos jogadores mais desgastados", finalizou Anderson Gomes.

Histórico

Esta será a segunda partida entre Atlético Goianiense e Antofagasta. A primeira, há 20 dias atrás, terminou com vitória dos chilenos. No Estádio Bicentenário Regional, na cidade de Antofagasta, no Chile, os donos da casa bateram o Dragão, de virada, por 2 a 1. Na ocasião, o zagueiro Gabriel Noga, estreante da noite, marcou o gol atleticano. O resultado negativo foi o único do Rubro-Negro na atual edição da Sul-Americana. **(Especial para O Hoje)**

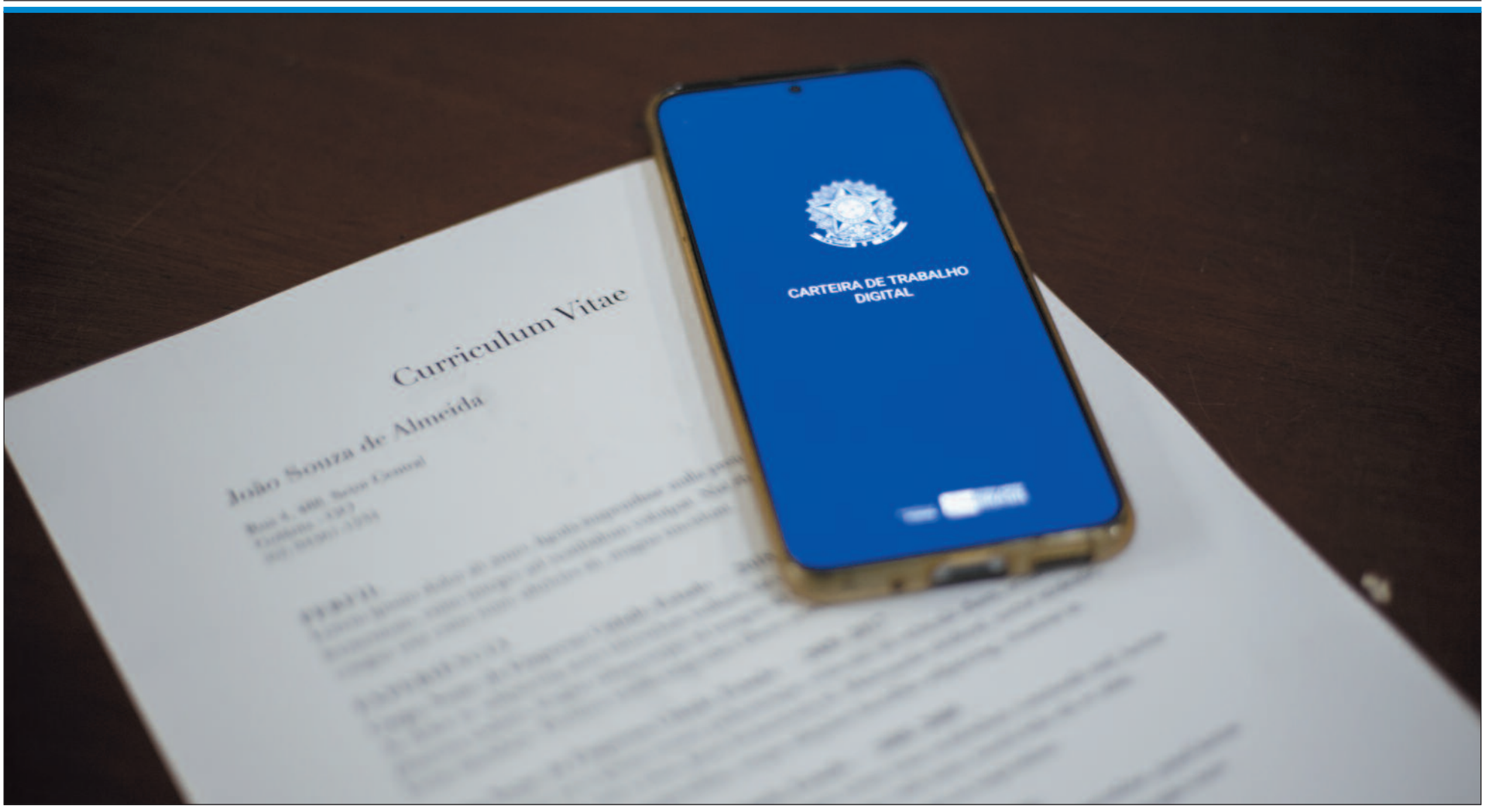
FICHA TÉCNICA

Atlético-GO x **Antofagasta**

Data: 17 de maio de 2022. **Horário:** 21h30. **Local:** Estádio Antônio Accioly, em Goiânia (GO). **Árbitro:** Gery Vargas (BOL). **Assistentes:** Ariel Guizada (BOL) e Carlos Tapia (BOL)

Atlético-GO: Ronaldo; Hayner, Wanderson, Édson (Gabriel Noga) e Arthur Henrique; Baralhas, Edson Fernando e Jorginho; Airton, Diego Churin e Léo Pereira.
Técnico: Anderson Gomes

Antofagasta: Ignacio González; Byron Nieto, Andrés Robles, Leandro Vega e Juan Cornejo; Federico Bravo, Marco Collao, Diego Orellana (Andrés Souper) e Jason Flores; Manuel López e Gabriel Torres.
Técnico: Juan Tolisano



Indicadores do primeiro trimestre do ano de 2022 mostram um cenário de estabilidade em relação aos último três meses de 2021, quando o Estado alcançou taxa de 8,7%

Goiás ocupa a 7ª menor taxa de desemprego do País

Já o índice verificado no Brasil ficou em 11,1% no primeiro trimestre deste ano

Ítallo Antkiewicz

Goiás registrou no primeiro trimestre de 2022, uma taxa de desemprego de 8,9%, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual coloca o Estado com a sétima menor taxa de desemprego do Brasil. Na comparação dos três primeiros meses do ano com igual período de 2021 (13,9%), houve queda de quatro pontos percentuais, o que corresponde a um recuo de 36%.

Os indicadores do primeiro trimestre de 2022 mostram cenário de estabilidade em relação ao último trimestre de 2021, quando o Estado alcançou taxa de 8,7%. De acordo com o IBGE, a população desocupada no Estado, em números absolutos, foi estimada em 343 mil pessoas. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (505 mil pessoas), houve redução de 162 mil pessoas desocupadas.

Já a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,1% no 1° trimestre deste ano, mesmo percentual registrado no 4º trimestre de 2021 e queda de 3,8 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2021, quando atingiu 14,9%. Com esses números, o país tem 11,9 milhões de pessoas sem emprego.

O titular da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SIC), Joel Sant'Anna ressalta que os números sobre desemprego, medidos pelo IBGE, guardam simetria com os indicadores do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mostram avanço nos empregos com carteira assinada.

Pedro Pinheiro

A renda média do trabalhador goiana ficou estável em relação ao último trimestre analisado em 2021

"Por um lado, temos crescimento dos empregos formais, com carteira assinada. Por outro temos queda nos indicadores de desemprego. Nada disso é fruto do acaso. Temos em Goiás ajuste nos gastos, investimentos em áreas essenciais, equilíbrio das contas públicas, bem como reestruturação do Estado", pontuou o secretário.

Carteira assinada

De acordo com o IBGE, Goiás contava com 3,9 milhões de pessoas trabalhando no primeiro trimestre deste ano, o que representa incremento de 2,1% (79 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. Por outro lado, a taxa de informalidade passou de 41%, no quarto trimestre de 2021, para 39,8% no primeiro trimestre de 2022, queda de 14 mil pessoas, mas dentro da margem de estabilidade.

O número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada apresentou variação positiva no primeiro trimestre deste ano em Goiás, saindo de 1,2 milhão para 1,3 milhão, variação de 4,9%. Conforme o IBGE, os empregados do setor privado sem carteira assinada chegam a 506 mil; os trabalhadores domésticos com carteira são 77 mil e os sem carteira, 185 mil.

No primeiro trimestre de 2022, a pesquisa estimou que o rendimento médio real dos trabalhadores em Goiás foi de R$2.477, o que representa estabilidade em relação ao quarto trimestre do ano passado (R$2.466) e em relação ao primeiro trimestre de 2021 (R$2.538). Há três anos, no primeiro trimestre de 2019, o rendimento médio era de R$2.625.

Informalidade

Goiás tinha 3,9 milhões de pessoas na força de trabalho no primeiro trimestre deste ano, aumento de 2,1% (79 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. A taxa de informalidade passou de 41%, no quarto trimestre de 2021, para 39,8% no primeiro trimestre de 2022. Apesar da queda de 14 mil pessoas, esse índice ficou estável.

A única classe que apresentou variação significativa no primeiro trimestre deste ano em Goiás foi a dos trabalhadores no setor privado com carteira assinada, saindo de 1,2 milhão para 1,3 milhão, variação de 4,9%.

Conforme o IBGE, os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada chegam a 506 mil; os trabalhadores domésticos com carteira são 77 mil e os sem carteira são 185 mil. Goiás tem 409 mil trabalhadores no setor público. Já os empregadores com CNPJ são 128 mil e sem CNPJ chegam a 34 mil. Os trabalhadores por conta própria com CNPJ são 212 mil e sem CNPJ, 651 mil. Enquanto os trabalhadores familiares auxiliares são 27 mil pessoas.

Renda média

No primeiro trimestre de 2022, estima-se que o rendimento médio real dos trabalhadores em Goiás foi de R$2.477, o que representa estabilidade em relação ao quarto trimestre (R$2.466) e em relação ao primeiro trimestre de 2021 (R$2.538). O rendimento médio já foi de R$2.625 no primeiro trimestre de 2019.

Evolução da taxa de desempregados

A estabilidade da taxa indica um movimento de maior normalidade do mercado de trabalho, que desde o 3º trimestre de 2021 apresenta índices de desocupação menores que pouco antes da pandemia. A taxa de trabalhadores na informalidade também teve uma ligeira queda para 39,8% nos primeiros três meses deste ano

O chefe do IBGE em Goiás, Edson Roberto Vieira, pontua que os números sugerem uma certa volta da normalidade da movimentação no mercado de trabalho. "A grande elevação do desemprego na pandemia resultou numa recuperação mais acelerada em 2021, o que pode ser atribuído à retomada total das atividades econômicas, que elevou a demanda por mão de obra. Porém, a melhor perspectiva de crescimento econômico e as mudanças no índice de desocupação ainda não foram suficientes para mudar a dinâmica da economia e do próprio mercado de trabalho", afirma.

Vieira ressalta que a taxa de subutilização da força de trabalho (pessoas subocupadas por insuficiência de horas, desocupadas, indisponíveis ou desalentadas) ainda estava em 15,7%, o equivalente a 631 mil trabalhadores, mais que a população de Aparecida de Goiânia. "O Rendimento Médio Real de Todos os Trabalhos também ficou praticamente estável em relação ao quarto trimestre de 2021 e foi até menor que no início de 2021 (R$2.538). Além disso, o desemprego no quarto trimestre de 2019 era de 3,9%", pontua.

Para Davi Lelis, sócio e especialista da Valor Investimentos, historicamente Goiás apresenta níveis de desemprego menores do que a média nacional. "Apesar disso, nos últimos anos, o cenário de contratações e desligamentos foi desafiador para empregados e patrões. Agora, a redução na taxa de desocupação na comparação com o primeiro trimestre de 2021 mostra uma retomada do emprego formal", afirma.

Lelis ressalta que o desafio é global, não apenas de Goiás ou do Brasil. Com a pandemia, houve uma grande quebra das cadeias produtivas. Diminuindo a quantidade de vagas de trabalho, estressou a inflação e mudou a forma como as pessoas se relacionam com o trabalho. "Apesar do cenário desafiador, o Estado tem conseguido manter certa estabilidade, tendo no restante de 2022 a expectativa de retomada e continuidade na geração de vagas formais e na produção, que já se aproxima de níveis pré-pandemia", completou. **(Especial para O Hoje)**

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Pedro Pinheiro

Fiação para postes de energia elétrica começa a ser instalada após a entrega de obras na Marginal Botafogo

Obra da marginal é entregue sem iluminação

Sabrina Vilela

A obra foi iniciada em setembro de 2019 - durante a gestão de Íris Rezende - com entrega prevista para o final do ano de 2020, a prefeitura de Goiânia levou mais de 2 anos para entregar o Complexo Viário da Avenida Jamel Cecílio, no Jardim Goiás. Avaliada em R$ 26 milhões, a estrutura teve um custo final de R$ 32,5 milhões. No local, mais de 200 mil veículos circulam por dia. Mas, ainda o trecho não está completamente finalizado porque os postes ainda não estão com a fiação e iluminação.

Ao passar na parte da manhã desta segunda-feira (16) uma parte da segunda radial estava começando a colocar os fios de energia pela Enel. A reportagem entrou em contato com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra) que respondeu por meio de nota que a obra de extensão da rede de iluminação no trecho em questão, da Marginal Botafogo, é de responsabilidade da Enel. A obra compreende implantação de postes e fiação, dentre outros serviços. A previsão dada pela empresa para a Seinfra é de conclusão desse trabalho nesta quarta-feira (18). A partir do momento em que a Enel entregar os trechos já trabalhados para a Seinfra, a equipe instalará as luminárias, e a via ficará totalmente iluminada. A pasta reforça ainda que a população pode sempre encaminhar reclamações e solicitações pelo aplicativo Prefeitura 24hrs.

Já a Enel informou que "iluminação pública é responsabilidade da prefeitura". A Seplanh já afirmou que a Secretaria Municipal de Mobilidade (SMM) teria mais informações, porém até o fechamento desta edição não obtivemos resposta.

O objetivo da obra entregue é gerar mais fluidez ao trânsito que segue em direção à BR-153, GO-020 e condomínios residenciais do Jardim Goiás e vai fluir com mais tranquilidade. Por se tratar de uma via rápida, o tráfego da Marginal seguirá sem interferência semafórica da Avenida Goiás, no Setor Crimeia Oeste, até a Avenida 2ª Radial, no Setor Pedro Ludovico, e vice-versa.

O motorista que desce pela Alameda Leopoldo de Bulhões poderá acessar o Jardim Goiás pela direita, o Setor Sul pela esquerda, a Marginal Botafogo pelos dois lados, ou voltar para a Alameda, caso queira fazer o retorno. No nível intermediário, há 1,1 mil metros quadrados de calçadas acessíveis para que pedestres e pessoas com deficiência se locomovam com segurança. O complexo é todo sinalizado, com placas de trânsito e faixas de pedestre.

A estrutura é composta pelo Viaduto da Avenida Deputado Jamel Cecílio, Rotatória que faz ligação da Alameda Leopoldo de Bulhões até a Marginal e a Trincheira da Marginal Botafogo.

A obra era para ser concluída em 15 meses, mas passaram mais de 2 anos. De acordo com a prefeitura de Goiânia, o atraso da obra foi por conta de inúmeros fatores, como a troca de gestão no início de 2021, a pandemia de Covid-19 e o período de chuva. Já o valor maior que o previsto, é justificado pelo aumento dos preços que atinge o setor de engenharia.

A obra da Jamel Cecílio presta homenagem ao cantor goiano Leandro, irmão de Leonardo, morto em 1998, vítima de câncer. O viaduto conta com 192 metros de comprimento e 282 no total, incluindo as duas rampas dos encabeçamentos, 13,8 metros de largura, duas pistas de 6,50 m, contendo quatro pistas de rolamento e guarda-rodas com 0,40 m.

Já a rotatória, tem diâmetro interno de 27,9 m, e externo de 40,6 m. A trincheira, por sua vez, na pista Sul/Norte tem 8,5 m e mais 8,5 m na pista Norte/Sul. O canal conta com 10 metros de largura e 284 m de comprimento, com altura de 3 metros. **(Especial para O Hoje)**

Jurídica

Manoel L. Bezerra Rocha | juridica@ohoje.com.br

STJ mantém decisão do TJGO e permite queima de palha de cana

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é possível – na vigência do antigo Código Florestal (Lei 4.771/1965) – que a administração pública autorize a queima da palha de cana-de-açúcar em atividades agrícolas industriais, com permissão específica, precedida de estudo de impacto ambiental e de licenciamento, além da adoção de medidas para amenizar os danos e recuperar o meio ambiente. Com esse entendimento, o colegiado confirmou acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) que não considerou ilegal a autorização dada a empresas do setor agroindustrial para se valerem da queima da palha da cana como ato preparatório para o cultivo e a colheita nos canaviais. Segundo o processo, o Ministério Público de Goiás ajuizou ação civil pública questionando a legalidade de empresas realizarem a queima da palha, pois essa atividade resultou na liberação de resíduos sólidos que poluíram o meio ambiente e causaram danos à população local. O relator do caso, ministro Benedito Gonçalves, explicou que – sob a vigência do Decreto 2.661/1998 – a Primeira Seção do STJ se manifestou sobre a interpretação do parágrafo único do artigo 27 da Lei 4.771/1965 e a respeito do Decreto Federal 2.661/1998. Segundo o magistrado, os ministros entenderam que, não obstante os prejuízos inequívocos à qualidade do meio ambiente, é lícita a queima da palha de cana-de-açúcar, desde que devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente e com a observância da responsabilidade civil por eventuais danos de qualquer natureza causados ao meio ambiente ou a terceiros.

Estabilidade de gestantes

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho invalidou cláusula de acordo coletivo que estabelecia "condições especiais" em relação à estabilidade provisória das empregadas gestantes do setor de vestuário Segundo o colegiado, normas que imponham restrições à estabilidade constitucionalmente garantida são inconstitucionais. A relatora do recurso, ministra Kátia Arruda, destacou que o STF decidiu que é inconstitucional cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que imponha restrições à estabilidade assegurada na Constituição.

Saúde do Policial Federal

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1080/21, que amplia as finalidades de uso dos recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) para permitir o financiamento de um plano de saúde e o pagamento de uma indenização por tempo de disponibilidade. O texto será enviado ao Senado. Originalmente, a MP permitia apenas o uso de até 30% dos recursos do Funapol para o pagamento de despesas com saúde e custeio de transporte, hospedagem e alimentação de servidores em missões ou operações de natureza oficial.

PL da Alego pretende coibir eventos com erotização de crianças

Tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o projeto de lei 2202/22, que propõe proibir a utilização de verba pública em eventos e serviços que promovam de forma direta ou indireta a erotização e a sexualização de crianças e adolescentes. O projeto discorre que, em caso de descumprimento, o infrator estará sujeito a uma multa que poderá variar entre R$ 20 mil a R$ 500.

TRF1 mantém condenação de empresa por apropriação previdenciária

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a condenação de um sócio e administrador de uma empresa que descontou contribuições sociais previdenciárias devidas pelos seus empregados e contribuintes individuais incidentes sobre as remunerações mensais, sem repassá-las à da Previdência Social no prazo legal. Os débitos apurados originaram valores de R$ 118.766,63, crimes previstos no art. 168-A e 337-A, III, do Código Penal – apropriação indébita e sonegação previdenciária. O réu teria ainda suprimido contribuição social previdenciária patronal, por meio da omissão de informações em guias de recolhimento, de modo a ocultar fatos geradores relacionados a remunerações pagas a empregados e contribuintes individuais. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Néviton Guedes, destacou o que, muito embora o apelante tenha alegado em juízo suposta inviabilidade financeira, a jurisprudência do Tribunal tem entendido que dificuldades inerentes à atividade empresarial não são suficientes para justificar a inexigibilidade de conduta diversa.

RÁPIDAS

Informativo 734, STJ – O reconhecimento da continuidade delitiva não importa na obrigatoriedade de redução da pena definitiva fixada em cúmulo material, porquanto há possibilidade de aumento do delito m ais gravoso em até o triplo, nos termos do art. 71, parágrafo único, in fine, do Código Penal.

MEIs têm programação especial para eles que vai até sexta-feira

A Semana do Microempreendedor Individual (MEI) teve início ontem (16) e acontece até esta sexta-feira (20), a expectativa é que cerca de 4.500 pessoas participem do evento. A programação será realizada em 43 municípios goianos com programação que contará com capacitações presenciais de oficinas, palestras, cursos, consultorias, ações de acesso a crédito. A Semana do Microempreendedor Individual (MEI) é um evento promovido pelo Sistema Sebrae, todos os anos com atividades serão oferecidas gratuitamente. Para o empreendedor que deseja participar deve acessar o site vitrine.sebraego.com.br.

Atualmente o Brasil conta com um pouco mais de 13,8 milhões de donos de pequenos negócios formalizados como MEI por todo o país. Em Goiás existem 386.052 MEIs. O Microempresário pode também participar da oficina 'Descomplica MEI" que também é sem custo e é feita pelo whatsapp para agendar atendimento e fazer inscrições na programação.

Os temas que serão abordados são inspiração, oportunidades de negócios, comece certo, cuide do dinheiro e hora de vender. A cada dia durante a semana será abordado um tema que pode servir de inspiração e auxílio para empresários como soft skills, negociação para mulheres, uso do WhatsApp, modelos de negócios canvas, entre outros. **(Sabrina Vilela, especial para O Hoje)**

Mais de 6 mil foram autuados por embriaguez ao volante

O motorista flagrado dirigindo sob o efeito de álcool pode pagar multa no valor de R$ 2.934,70

Somente no último fim de semana, 170 pessoas foram autuadas durante as blitz da Balada Responsável

Daniell Alves

Os goianienses estão cada vez mais imprudentes no trânsito. Neste ano, 6,2 mil já foram autuados por dirigir sob o efeito de álcool. O número corresponde a mais da metade dos registros feitos em 2021, quando ocorreram 12.183 flagrantes. Os dados são do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO).

Somente no último fim de semana, 170 pessoas foram autuadas por embriaguez ao volante durante ações de reforço da Balada Responsável, em Goiânia. Ao todo, 2.080 pessoas foram abordadas pelas equipes de fiscalização e educação.

O etilômetro utilizado pelo Detran-GO possui bocal descartável com a tecnologia "one way", o que elimina o risco de contaminação. Esse modelo não deixa o ar retornar ao bocal, evitando que o condutor aspire qualquer partícula presente no aparelho, que é higienizado a cada teste.

Segundo o levantamento do órgão, as principais infrações detectadas foram dirigir sob a influência de álcool ou outro psicoativo e recusa a realizar o teste do bafômetro (170) e condutores sem habilitação ou permissão de dirigir (19). Dos abordados, 137 condutores foram liberados após sanar as irregularidades. No total, 804 pessoas foram abordadas apenas durante as fiscalizações do programa Balada Responsável.

O programa tem o objetivo de sensibilizar os condutores para a adoção de comportamentos seguros no trânsito e de coibir a circulação de condutores embriagados, contribuindo para a segurança no trânsito.

Tolerância zero

O condutor flagrado dirigindo sob o efeito de álcool ou que se nega a fazer o teste do bafômetro é autuado administrativamente. Terá que pagar multa no valor de R$ 2.934,70 (podendo dobrar em caso de reincidência) e responderá processo que pode resultar na suspensão de 12 meses do direito de dirigir. O veículo também fica retido até que seja apresentado um outro motorista habilitado.

Caso seja constatada a embriaguez, quando o bafômetro acusar valor igual ou superior a 0,34 miligramas por litro de ar (descontada a margem de erro) ou se o exame de sangue marcar resultado igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue (6 dg/L), o motorista é enquadrado em crime de trânsito. Além das punições administrativas, ele é preso em flagrante.

Maio Amarelo

A campanha Maio Amarelo neste ano tem como slogan "Juntos Salvamos Vidas". A proposta remete à reflexão sobre o papel de cada um para a redução dos índices de acidentes de trânsito. As ações programadas pelo Detran-GO buscam suscitar junto a pedestres, ciclistas, motociclistas e condutores a ideia de que pequenos gestos como o uso correto dos equipamentos de segurança ou a observância das regras de circulação podem contribuir para melhoria do trânsito.

No último fim de semana, as ações se concentraram em Goiânia, e abordaram mais de 2 mil pessoas com o objetivo de estimular debate sobre a necessidade de construção de um trânsito mais seguro. As ações foram realizadas em conjunto com a equipe de fiscalização para intensificar práticas positivas de conscientização no trânsito.

Os educadores distribuíram material informativo e conversam com os usuários da via sobre a importância do respeito à leis de trânsito. As abordagens focam os riscos da combinação de álcool e direção e do excesso de velocidade. Também são pontuadas as necessidades do uso do cinto e do transporte correto das crianças.

Em Goiânia, por exemplo, somente neste ano, foram registradas 45 vítimas fatais em acidentes de trânsito, conforme mostrado pelo O Hoje. Ainda que não haja números oficiais mais recentes pelo Ministério da Saúde (MS), o movimento aponta que órgãos locais já divulgaram seus dados, e que a tendência é de aumento no índice de vítimas fatais no biênio mais recente. **(Especial para O Hoje)**

DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

Saúde alerta para maior circulação dos vírus

Com a chegada de uma frente fria nesta semana, a Saúde alerta para maior circulação de vírus causadores de doenças respiratórias e, consequentemente, o números de casos. A orientação é para que as pessoas que integram os grupos de risco e que ainda não se vacinaram contra a Influenza e contra a Covid-19 procurem os postos de saúde o mais breve possível para se protegerem contra os vírus que podem causar doenças graves.

Segundo a superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES), Flúvia Amorim, a imunização é necessária para a proteção das pessoas, principalmente, com a proximidade do inverno, quando há queda nas temperaturas. "A população tem a vacina ao alcance de suas mãos. É imprescindível que os cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade, tanto idosos quanto imunossuprimidos, procurem os centros de saúde para se imunizarem. A vacina salva vidas", pontua.

Reprodução

A imunização é necessária para proteger contra doenças graves, principalmente com a queda das temperaturas

Nesta semana, as temperaturas devem baixar consideravelmente. Conforme previsões do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas do Estado de Goiás (Cimehgo), a chegada de uma frente fria de origem polar deve atingir a Região Centro-Sul do País. A temperatura poderá chegar a até 5 graus Celsius em Goiânia e ficar abaixo de zero em municípios do Sul do Estado, entre eles Jataí e Mineiros. Já nos municípios do Norte, como Porangatu, onde faz calor na maior parte do ano, a temperatura deve cair para 9 graus.

Baixa cobertura vacinal

A Secretaria de Saúde tem disponibilizado vacinas contra a Influenza e contra a Covid-19 em todos os municípios do Estado, em centros de saúde localizados em pontos estratégicos e de fácil acesso. Apesar disso, os índices de vacinação contra a gripe permanecem bem abaixo da meta preconizada pelo Ministério da Saúde, que é de 95%.

Os dados da SES revelam que a cobertura vacinal da Influenza nos idosos está em 37%; nas crianças de 6 meses a menores de 5 anos alcança apenas 16% e nas gestantes, 13%. A campanha de vacinação teve início em 4 de abril e prossegue até 3 de junho com o propósito de imunizar contra a doença todas as pessoas que compõem os grupos prioritários.

Outra situação que preocupa as autoridades de saúde é a baixa adesão à segunda dose de reforço (DR2) contra a Covid-19. Essa dose, que garante uma proteção maior, é indicada para pessoas com 60 anos ou mais e as que são imunossuprimidas.

De acordo com os dados da SES, a DR2 foi aplicada em 152.694 pessoas. Já em relação à primeira dose de reforço, a quantidade de pessoas que ainda estão em atraso é de 2.678.917 pessoas. Flúvia Amorim relata que a aplicação da segunda dose de reforço contra a Covid é fundamental para garantir a proteção das complicações relacionadas à doença nas pessoas que integram os grupos de risco. "Buscar um posto de vacinação é fundamental neste momento. Quem tem direito à vacina deve se imunizar", reforça. **(Daniell Alves, especial para O Hoje)**

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Contra-ataque ucraniano chega à fronteira com a Rússia

"Senhor presidente, conseguimos!", diz unidade militar da Ucrânia em vídeo divulgado pelo Ministério de Defesa

Autoridades ucranianas disseram na semana passada que estavam libertando vilarejos nos arredores da cidade de Kharkiv do "inimigo"

Uma unidade militar ucraniana lutando ao norte de Kharkiv diz que chegou à fronteira russa, com a mensagem: "Senhor presidente, conseguimos!". Vídeo enviado pela unidade e divulgado pelo Ministério de Defesa da Ucrânia mostra um pequeno grupo carregando uma estaca azul e amarela até a linha de fronteira com a Rússia.

Os militares ucranianos disseram nesta segunda-feira (16) que em torno de Kharkiv "o inimigo está concentrando seus principais esforços em manter suas posições e impedir o avanço de nossas tropas" em direção à fronteira.

Nos últimos dias, as forças ucranianas avançaram em direção à fronteira em vários lugares ao norte e leste de Kharkiv, a segunda maior cidade do país antes do início da invasão, com a retirada das forças russas.

Autoridades ucranianas disseram na semana passada que estavam libertando vilarejos nos arredores da cidade.

Os avanços ucranianos ameaçam uma humilhação simbólica de expulsão das forças do Kremlin de volta para sua própria fronteira enquanto ampliam a possibilidade estratégica de cortar as linhas de abastecimento da Rússia com suas forças na região de Donbass, mais ao sul.

CHINA

Economia chinesa se retrai com novos lockdowns

A atividade varejista e industrial da China caiu bruscamente em abril, uma vez que os lockdowns contra a covid-19 confinaram trabalhadores e consumidores em suas casas e afetaram gravemente as cadeias de abastecimento, lançando uma sombra sobre as perspectivas para a segunda maior economia do mundo.

Em março e abril, foram impostos lockdowns totais ou parciais nos principais centros do país, incluindo Xangai, atingindo a produção e o consumo e aumentando os riscos para aquelas partes da economia global fortemente dependentes da China.

As vendas no varejo despencaram 11,1% em abril em relação ao ano anterior, a maior contração desde março de 2020, mostraram dados da Agência Nacional de Estatísticas nesta segunda-feira (16), um declínio mais acentuado do que o previsto em pesquisa.

Produção em queda

A produção das fábricas caiu 2,9% em relação ao ano anterior, contrariando expectativa de aumento e marcando o maior declínio desde fevereiro de 2020, já que as medidas contra o vírus afetaram as cadeias de abastecimento e paralisaram a distribuição.

Analistas agora advertem que a atual retração da China pode ser mais difícil de ser superada do que a observada durante o início da pandemia do coronavírus no começo de 2020, sendo improvável que as exportações aumentem e com as autoridades limitadas em suas opções de estímulo. **(ABr)**

EUA

Atirador matou 13 pessoas em supermercado, sendo 11 das vítimas pessoas negras, no oeste de Nova York

Investigação sobre tiroteio em Buffalo analisa sinais de alerta

Uma investigação sobre o tiroteio no fim de semana em um supermercado no oeste de Nova York se voltará, nesta segunda-feira (16), para saber se as autoridades não perceberam sinais indicadores e bandeiras vermelhas deixados pelo atirador adolescente antes de sua matança racista.

Autoridades disseram que Payton Gendron, de 18 anos, realizou um ato de "extremismo violento com motivação racial" quando abriu fogo com um rifle semiautomático no Tops Friendly Market em Buffalo, onde 11 dos 13 mortos eram negros.

"As evidências que descobrimos até agora não são enganosas. Este é um crime de ódio absolutamente racista que será processado como crime de ódio", disse o comissário de polícia de Buffalo, Joseph Gramaglia, a repórteres no domingo (15).

Além de buscar uma compreensão mais clara dos motivos do ataque de Gendron, as autoridades se concentrarão no que poderia ter sido feito para detê-lo, à medida que surgem detalhes do comportamento preocupante do adolescente no ensino médio e na sua atuação online.

Gendron figurou no radar da polícia local em junho passado, quando a polícia o deteve depois que ele fez uma ameaça "generalizada" em sua escola, disse Gramaglia. Depois de uma avaliação de saúde mental na época, ele foi liberado após um dia e meio.

Um manifesto de 180 páginas que circulou na internet - e que pode ter sido de autoria de Gendron -, delineava a Grande Teoria da Substituição, uma teoria de conspiração racista de que os brancos estavam sendo substituídos por minorias nos Estados Unidos e em outros lugares.

Um porta-voz da promotoria do condado de Erie se recusou a comentar os documentos. Gendron se rendeu à polícia após o tiroteio. **(ABr)**

ITAKAIU AGROPASTORIL S.A.
CNPJ/MF nº 02.395.432/0001-74
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA VIRTUAL GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Virtual Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia **23 de maio de 2022**, às **15h 00 min**, mediante Vídeo Conferência, na plataforma Google Meet, **(LINK:https://meet.google.com/zkm-ohxr-eix?hs=122&authuser= 1)**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I – Prestação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; II – Destinação e distribuição de lucros de 2021;III - Alteração do tipo societário de sociedade anonima para sociedade limitada.** Os Acionistas poderão optar por participar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, desde que munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade; e se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, o qual deverá ser acionista da sociedade, diretor da sociedade ou advogado, outorgado na forma da lei, há menos de um ano. Vale ressaltar que, os documentos descritos ou suas cópias autenticadas deverão ser depositados na sede da Companhia ou encaminhados ao e-mail: **juridico.go@jorlan.com**, com antecedência mínima de 30 minutos da realização da AGO. Será considerado ausente o Acionista que não se fizer presente na sala de reunião até 15 minutos após do horário de abertura dos trabalhos e/ou que não apresentar os documentos exigidos neste edital. Goiânia, 11 de maio de 2022. Por: **Orlando Carlos da Silva Júnior** (Diretor Presidente) e L**uís Fernando Machado e Silva** (Diretor Comercial).

MADEIRAMADEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A
CNPJ 10.490.181/0100-17

MADEIRAMADEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A, inscrita no CNPJ 10.490.181/0100-17, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a licença ambiental simplificada, para a atividade de Comércio varejista por meio eletrônico de materiais de construção; Comércio atacadista por meio eletrônico de materiais de construção; Comércio varejista por meio eletrônico de tintas e materiais para pintura; Comércio atacadista por meio eletrônico de material elétrico; Comércio varejista por meio eletrônico de vidros; Comércio atacadista por meio eletrônico de vidros; Comércio varejista por meio eletrônico de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista por meio eletrônico de ferragens e ferramentas; Comércio varejista por meio eletrônico de materiais hidráulicos; Comércio atacadista por meio eletrônico de materiais hidráulicos; Comércio varejista por meio eletrônico de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio atacadista por meio eletrônico de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio varejista por meio eletrônico de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio atacadista por meio eletrônico de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista por meio eletrônico de móveis; Comércio atacadista por meio eletrônico de móveis; Comércio varejista por meio eletrônico de artigos de colchoaria; Comércio atacadista por meio eletrônico de artigos de colchoaria; Comércio atacadista por meio eletrônico de artigos de iluminação; Comercio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos de cama, mesa e banho; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de brinquedos e artigos recreativos; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos esportivos; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de equipamentos e suprimentos de informática; Desenvolvimento e licenciamento de software customizáveis e não customizáveis; Consultoria e assessoria de software; Holdings de instituições não financeiras; Serviços de escritório e apoio administrativo; Depósitos de mercadorias para terceiros; Serviços de coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de cargas. Situada à Avenida da Igualdade, S/N, Quadra 114, Lote 18 – Bairro Setor Garavelo – Aparecida de Goiânia - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

MADEIRAMADEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A
CNPJ 10.490.181/0099-49

MADEIRAMADEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A, inscrita no CNPJ 10.490.181/0099-49, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a licença ambiental simplificada, para a atividade de Comércio varejista por meio eletrônico de materiais de construção; Comércio atacadista por meio eletrônico de materiais de construção; Comércio varejista por meio eletrônico de tintas e materiais para pintura; Comércio atacadista por meio eletrônico de material elétrico; Comércio varejista por meio eletrônico de vidros; Comércio atacadista por meio eletrônico de vidros; Comércio varejista por meio eletrônico de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista por meio eletrônico de ferragens e ferramentas; Comércio varejista por meio eletrônico de materiais hidráulicos; Comércio atacadista por meio eletrônico de materiais hidráulicos; Comércio varejista por meio eletrônico de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio atacadista por meio eletrônico de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Comércio varejista por meio eletrônico de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio atacadista por meio eletrônico de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista por meio eletrônico de móveis; Comércio atacadista por meio eletrônico de móveis; Comércio varejista por meio eletrônico de artigos de colchoaria; Comércio atacadista por meio eletrônico de artigos de colchoaria; Comércio atacadista por meio eletrônico de artigos de iluminação; Comercio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos de cama, mesa e banho; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de brinquedos e artigos recreativos; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de artigos esportivos; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios; Comércio varejista e atacadista por meio eletrônico de equipamentos e suprimentos de informática; Desenvolvimento e licenciamento de software customizáveis e não customizáveis; Consultoria e assessoria de software; Holdings de instituições não financeiras; Serviços de escritório e apoio administrativo; Depósitos de mercadorias para terceiros; Serviços de coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de cargas. Situada à Avenida Independência, S/N, Quadra 18, Lote 13 – Bairro Jardim Monte Cristo – Aparecida de Goiânia - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

Essência

BOTECO, extensão da sua casa

Bar Dodô saiu vencedor do concurso que foca em manter a tradição de transformar vidas através da cozinha de raiz, promovendo a valorização da cultura do botequim

Lanna Oliveira

Se eu perguntar algo que você considera a cara de Goiás, o que responderia prontamente? Talvez a comida típica, ou o sertanejo, a temporada do Rio Araguaia, a lista é grande, mas com certeza os botecos estariam entre as primeiras opções. A capital goiana é conhecida por oferecer os melhores estabelecimentos para aquele bom e velho happy hour. Para celebrar os bares que que acompanham a história da nossa cidade, o evento Comida di Buteco premia os melhores estabelecimentos há 14 edições e 2022 já tem o seu vencedor.

O Bar Dodô é o grande campeão do Comida di Buteco 2022. O anúncio foi realizado em um encontro que reuniu todos os 48 estabelecimentos participantes da edição deste ano. O boteco vencedor ofereceu ao seu público o petisco 'Bem Bolado de Rabada'. Em segundo lugar ficou o Dom Cirus, com o petisco 'Sim'Pracidade'. Já em terceiro lugar aparece o Retrô Bar, com o petisco 'Bolinho Retrô', seguido pelo Bar Via 70 com o petisco 'Copa 70', em quarto lugar; e o Vila Rica Bar e Restaurante, com o petisco 'Mini Disco com Provolone', na quinta posição.

Rogério Porto

O bar foi campeão com o petisco 'Bem Bolado de Rabada', pensado especialmente para o concurso

Com o foco em transformar vidas, o concurso seleciona apenas negócios familiares, não contemplando redes e nem franquias. Isso para que haja incentivo por parte de patrocinadores, poder público e dos clientes no fortalecimento da economia local, do turismo e das tradições gastronômicas. O concurso alavanca, de forma poderosa, toda a cadeia na qual o boteco está inserido e já tornou-se tradição em Goiânia e Aparecida de Goiânia.

@bardodogoiania

Além do petisco e atendimento, o bar foi elogiado pelos bons drinques, feitos na temperatura ideal para o calor de Goiânia

Criou-se a cultura do tour de boteco em boteco para experimentar as deliciosas experiências concorrentes.

Iniciado em 2000, na cidade de Belo Horizonte, o Comida di Buteco hoje cobre todo o País. São 21 circuitos espalhados por 12 estados e o Distrito Federal, envolvendo 40 cidades brasileiras. Com 480 botecos participantes em 2021, o concurso ampliou a presença de estabelecimentos em 2022, chegando a 800 botecos de Norte a Sul do Brasil. Um dos motivos para essa ampliação é a busca pela retomada e o fortalecimento do segmento de bares e restaurantes, que está entre os que mais sofreram com a pandemia da Covid-19.

Por ser um concurso e não um festival, o Comida di Buteco elege o 'Melhor Buteco' de cada circuito e não o melhor petisco. O público e um corpo de jurados visitaram, votaram e elegeram o campeão, avaliando quatro categorias: petisco, atendimento, higiene e temperatura da bebida. Na segunda etapa, em junho, uma nova comissão de jurados, visita os campeões de cada cidade, avaliando a performance nas mesmas quatro categorias. Elege-se aí o 'Melhor Buteco do Brasil', que será conhecido e premiado em julho de 2022.

Agora o Bar Dodô, considerado pela terceira vez o melhor boteco do Estado, parte com o seu petisco 'Bem Bolado de Rabada', sua cerveja gelada e seu bom atendimento para a competição nacional. Localizado no Setor Aeroviário, ele é um dos botecos mais tradicionais de Goiânia, está no mercado desde 1967. O estabelecimento ficou conhecido por ganhar a 1ª Edição do Comida di Buteco e desde então a casa tem se destacado cada vez mais. Com um cardápio de petiscos de encher os olhos, a casa oferece um ambiente descontraído e tem suas mesas disputadas.

"O Comida di Buteco continua firme no seu propósito e buscou mais 'butecos' para fazerem parte do concurso neste ano e valorizar estes pequenos negócios e empreendedores, mostrando seu trabalho e criatividade", afirma Maria Eulália Araújo, sócia-fundadora do evento. Ela enfatiza que a edição deste ano é especial, porque tem significado de retomada. "O concurso trouxe esperança para os bares de poder retomar mais forte suas atividades. É motivo de alegria para os donos dos botecos e clientes", informa. **(Especial para O Hoje)**

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Déia Freitas é contadora de histórias e idealizadora do podcast

Cultura para todos

Mídia alternativa se abre para público com deficiência e podcasts disponibilizam audiodescrição ou tradução em Libras

Elysia Cardoso

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde, cerca de 25 milhões de brasileiros possuem perda auditiva ou algum tipo de deficiência auditiva. Isso equivale a cerca de 10% da população. Ainda assim, boa parte dos produtos de Comunicação no país, sejam TV aberta ou serviços de streaming, vídeos no Youtube e podcasts não possuem tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras). E nem sempre os motivos para isso são financeiros.

"Normalmente as pessoas pensam que o público com deficiência auditiva é pouco. Já prospectamos clientes em vários podcasts e muitos declinam educadamente, dizendo que não há interesse", explica Danilo Souza, Diretor de Operações da Open Senses, empresa especializada em audiodescrição e tradução em Libras.

Segundo Danilo, pela natureza da mídia, existe um grande público que a consome e ela abrange conteúdos muito mais plurais do que os formatos tradicionais. "Seria socialmente muito importante e daria uma visibilidade enorme para esse público. Gostaria de ver os grandes podcasts, que lideram as estatísticas, terem essa preocupação. E mesmo os produtores independentes traçarem estratégias para fazer isso acontecer".

Dentro desse cenário, o 'Não Inviabilize', podcast que traz histórias de diversos tipos enviadas por ouvintes e que atualmente possui mais de 72 milhões de reproduções e mais de 100 mil reproduções por episódio, se destaca ao disponibilizar as histórias em Libras no seu canal do Youtube.

O Não Inviabilize oferece acesso a mais de 400 histórias traduzidas em Libras. De acordo com a contadora de histórias e idealizadora do podcast, Déia Freitas, o objetivo é que, num futuro próximo, as histórias saiam no Youtube em Libras e nos agregadores de podcast simultaneamente. "Eu sempre quis que o meu conteúdo fosse o mais acessível possível, pensei que só com a transcrição dos episódios eu teria cumprido com o item de acessibilidade. Conversando com algumas pessoas com deficiência auditiva, descobri a necessidade do conteúdo em Libras", explicou.

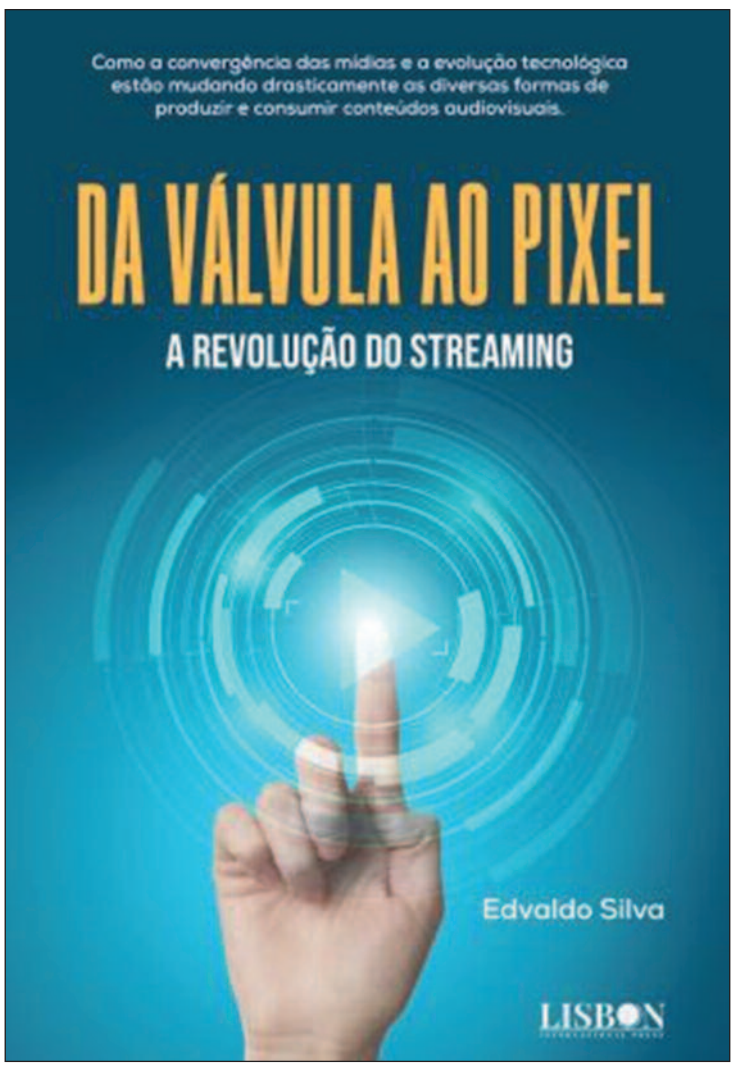
Para Souza, a iniciativa do Não Inviabilize foi pioneira, na medida em que ela propôs que todo o conteúdo fosse traduzido para Libras de uma vez. "O maior desafio foi o volume de material. São dois anos de produção, que resultaram em dois meses de gravação, 93 horas de mídia. Esse foi o maior projeto que já fizemos de uma tacada só. Eu não sei de nenhuma iniciativa semelhante e ela é o maior podcast do país a fazer isso", afirmou.

No entanto, o Diretor de Operações da Open Senses tem um conselho para podcasters independentes interessados em buscar a tradução em Libras ou a audiodescrição. "Se aproxima da comunidade para a qual você quer que o seu conteúdo seja acessível. Nas redes sociais, tem muitas pessoas com deficiência auditiva. Tenta entender como a comunidade se organiza. Se aproxima dessas pessoas e dialoga, até porque não adianta nada só pagar pra fazer, sem esse diálogo seu conteúdo não vai ser consumido, mesmo que traduzido. Penso que o começo de tudo é a aproximação, porque aí a acessibilidade acontecerá, sendo uma consequência desse processo", finaliza. **(Especial para O Hoje)**

LIVRARIA

Indústria do streaming

Primeiro livro nacional sobre o tema é escrito por Edvaldo Silva, diretor da ZEFR na América Latina



"A revolução do streaming mudou o consumo do entretenimento como um todo e eu vou te contar como chegamos até esse cenário no mundo e no Brasil, além do que você precisa levar em consideração para não deixar novas oportunidades passarem." É o que afirma Edvaldo Silva, mestre em Artes e Multimeios pela Unicamp, na introdução de 'Da válvula ao pixel – A revolução do streaming'.

Com 20 anos de experiência no universo das mídias digitais, o escritor é diretor da ZEFR na América Latina, empresa líder global em Brand Suitability e Brand Safety nas principais plataformas de vídeo do planeta como TikTok, YouTube e Facebook.

Com o apoio de Henry Jenkins e Lúcia Santaella, Edvaldo aprofunda o contexto que abriu espaço para revolução do conteúdo audiovisual e, consequentemente, o surgimento de empresas como a Netflix. 'Da válvula ao pixel' ganha ainda mais força e credibilidade com a experiência única do escritor no universo das mídias digitais: ele começou em 1998 na Editora Peixes (empresa parte do Grupo Abril), época em que foi responsável pelo lançamento de todas as revistas da editora na UOL, maior portal de internet da América Latina.

Netflix, Amazon Prime, HBO, Disney+... para os interessados em saber a origem dos streamings mais queridinhos da modernidade e também para estudantes e profissionais da comunicação: 'Da válvula ao pixel' é registro da transformação digital. Ainda no meio literário, Edvaldo também é coautor de Mídia Programática, primeiro livro sobre o tema no Brasil e colaborador do livro Avanca Cinema 2011, com as principais teses sobre o setor audiovisual.

Sobre o autor

Edvaldo Silva é mestre em Artes e Multimeios pela UNICAMP, pós-graduado em Publicidade e Propaganda pela ECA/USP, professor do MBA da Business School São Paulo/Laureate International. Ocupou cargos de liderança em empresas como FOX TV (hoje Disney), Grupo Abril e atualmente lidera a Zefr na América Latina. A Zefr é uma empresa com sede em Los Angeles/California, líder em Brand Suitability nas maiores plataformas de vídeo do planeta como Tik Tok, Facebook e Youtube.

Edvaldo Silva é mestre em Artes e Multimeios e atualmente lidera a Zefr na América Latina

RESUMO DE NOVELAS

O Clone

Jade e Khadija vendem artesanato na rua. Ali anuncia que vai se casar de novo. Os homens de Said vasculham a Medina e correm atrás de Jade e da menina. Ambas se escondem. Aurélio avisa que já levantou todos os bens de Alicinha e que ela terá de dividir tudo com ele, já que são casados em regime de comunhão de bens. Mel pede aos pais que a internem. Maysa se muda para uma nova casa. Edna procura a imprensa com a ideia de denunciar Albieri. Rogê demite Alicinha. Ali avisa que vai se casar com Zoraide.

Quanto Mais Vida, Melhor

Paula pensa em contar a verdade para Flávia. Juca exige que Odete devolva todos os itens que pegou de Paula. Neném tem uma ideia para voltar a jogar no Flamengo. Guilherme esconde sua preocupação de Flávia e conversa com um neurologista. Paula e Carmem pensam no que irão fazer para vencer aposta. Um vídeo de Neném jogando bola com crianças no Flamengo se torna um sucesso na internet. Paula vai atrás de Neném. Rose procura Guilherme. Juca tenta falar com Flávia sobre Eliete. Rose flagra Paula com Neném.

Amanhã é para sempre

Gonçalo fica chocado com a notícia e diz para Camilo que escolheu o pior momento para anunciar seu compromisso, pois ficou claro que ele não se importa com o que está acontecendo com sua irmã. Aníbal conta ao pai que, embora pareça impossível, Camilo está se sacrificando pelos Elizalde e que se não aceitar se casar com Lovely eles perderão a parceira com a Power Milk e o apoio de Franco Santoro para resgatar Liliana. Bárbara crítica Camilo por ter se envolvido com pessoas ligadas a Franco Santoro.

Mar de Amor

Estrela se oferece para ficar no lugar de Maria do Mar. Assim Leon poderá devolver a criança. Como ele prontamente se nega, Estrela lhe oferece todo o seu dinheiro em troca da pequena. Coral recebe a visita do comandante de polícia, que a pergunta onde está Inês. Coral o informa que ela disse que iria viver em Los Angeles, onde se casaria posteriormente. Victor Manuel não abandona a ideia de escapar da penitenciaria. Luciana vai até a cadeia exigir a Victor Manuel que convoque uma coletiva de imprensa.

Pantanal

Madeleine acusa Gustavo de tê-la traído. Irma não acredita quando Madeleine diz à irmã que vai reconquistar José Leôncio. Levi confronta Muda. Filó flagra Levi com Muda e manda a moça se decidir entre o peão e Tibério. Madeleine e Irma discutem. Juma pede a Jove que não fale mais em ir embora. José Lucas está disposto a encontrar seu caminhão e fazer justiça. Muda deixa claro para Tibério que não gosta do peão da forma como ele gostaria. Muda beija Levi e revela ao peão o seu objetivo de vingança.

AGENDA CULTURAL

EVENTOS

MasterChef Brasil

Começa a contagem regressiva para a estreia da nova temporada do MasterChef Brasil. Na próxima terça-feira (17), às 22h30, a cozinha mais famosa do país retorna à tela da Band para continuar fazendo história na gastronomia brasileira. Do programa, já saíram chefs que estão levando a culinária a outros patamares. Essa edição tem tudo para adicionar mais nomes à lista. Na prova de abertura, os 16 cozinheiros enfrentarão uma Caixa Misteriosa diferente. Quando: terça-feira (17). Onde: TV Band. Horário: 22h30.

Oficina de confeitaria ancestral

Projeto 'Regenera Vera' realiza nesta terça-feira (17), às 14h30 a oficina de confeitaria ancestral e regenerativa para o público adulto e melhor idade com a instrutora Michelle Bueno. Atividades culturais com ampla diversidade de linguagem são focadas na participação de artistas da região do Conjunto Vera Cruz, com programação online. O projeto foi contemplado pelo Edital de Dinamização de Espaços Culturais do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás. Quando: terça-feira (17). Onde: Youtube: (www.youtube.com/c/NossoVeraJornal). Horário: 14h30.

Estão abertas até o dia 10 de junho as inscrições para o projeto 'Balé em Foco', com 30 vagas, nos perfis existentes nas redes

Simpósio de Enfermagem

O Senac Goiás vai realizar, de forma online e presencial, seu III Simpósio de Enfermagem. As atividades presenciais serão realizadas no auditório do Sesc Cidadania e as atividades online serão transmitidas pelo canal da instituição no YouTube. A programação segue até 18 de maio, das 19h às 22h. Este ano, o tema escolhido foi Respeito e Segurança do Cuidado em todo o Ciclo Vital. Quando: até 18 de maio. Onde: (www.youtube.com/user/senacgoias). Horário: das 19h às 22h.

INSCRIÇÕES

Projeto de dança

Estão abertas as inscrições para o projeto 'Balé em Foco'. Ele tem como foco práticas somáticas, aspectos historiográficos e processos culturais e de criação artística do balé. Trata-se de uma oportunidade de encontro entre pesquisadores, docentes e artistas interessados no tema enquanto campo de discussão social e da cena, ressaltando pesquisas contemporâneas e debates relacionados ao balé em seus aspectos estéticos, gramaticais, conceituais e subversivos. Há 30 vagas disponíveis e os interessados devem se inscrever preenchendo formulário disponível na bio do Instagram e no perfil do Facebook. Quando: Até 10 de junho. Onde: @bale_em_foco e (facebook.com/BaléemFoc).

Goiânia Noise Festival está de volta após dois anos de suspensão

O Goiânia Noise Festival, um dos festivais de música alternativa mais significativos do país, acontece entre os dias 16 e 22 de maio com ações de formação e qualificação profissional nas áreas de produção e música, palestras e oficinas no Instituto Gustav Ritter e shows no Centro Cultural Oscar Niemeyer.

O evento conta com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura (Secult/Goiás), por meio do Fundo de Arte e Cultura e também do Governo Federal (através da Funarte) e da Prefeitura de Goiânia, através da Lei de Incentivo à Cultura.

A programação deste ano apresenta grandes nomes como Terno Rei, Ratos de Porão, Casa das Máquinas, Carne Doce, Assucena, Viper, Black Pantera e Far From Alaska. Ao todo, serão 38 bandas que irão se revezar em shows ininterruptos nos dois palcos montados no Palácio da Música do CCON.

Programação deste ano apresenta grandes nomes como a banda Carne Doce (foto), Ratos de Porão, Black Pantera e Assucena

São artistas de todas as regiões do Brasil e de várias gerações, linguagens e estilos que garantem um panorama do atual cenário do rock independente do país. O festival contará ainda com um terceiro palco, que será montado na Esplanada do CCON, e que terá seu line-up divulgado nos próximos dias. Nesse palco, bandas novas irão se revezar e gravar suas apresentações. O chamado Estúdio Noise é mais uma ação que busca valorizar e fomentar a produção musical goiana. Todas as gravações serão depois disponibilizadas nas plataformas digitais.

SERVIÇO
26º Goiânia Noise Festival
Quando: De 20 a 22 de maio
Onde: Centro Cultural Oscar Niemeyer (GO-020, Km 0)
Mais informações: www.goianianoisefestival.com.br

CELEBRIDADES

Fátima Bernardes negocia nova proposta salarial com a Globo e não aceita oferta inicial

Fátima Bernardes segue negociando seu novo contrato com a TV Globo depois de anunciar sua saída do 'Encontro'. Após a confirmação da redução salarial, a jornalista ainda não teria chegado a um acordo com a emissora. Segundo o colunista Alessandro Lo Bianco, do portal 'IG', Fátima teve seu contrato fixo renovado com a Globo no ano passado pautado justamente no comando do matinal. No entanto, após sua migração para o 'The Voice Brasil', seu vínculo estaria passando por uma nova revisão. À frente do 'The Voice Brasil' Fátima trabalharia apenas quatro meses por ano, no momento atual, a emissora paga em torno de R$ 2,4 milhões pela apresentação do programa. Como ela renovou seu contrato fixo recentemente com a empresa para trabalhar de segunda a sexta, passaria a receber mensalmente R$ 200 mil, valor equivalente ao comando do reality diluído em prestações. Atualmente Fátima Bernardes ganha cerca de R$ 500 mil comandando o 'Encontro'. Esse valor pode chegar até os sete dígitos por conta de publicidades e outros anunciantes do programa. (Patrícia Dias, Purepeople)

Joelma expõe ex-marido, Ximbinha, após separação turbulenta do guitarrista

Joelma contou detalhes do divórcio e do tumultuado casamento que teve com Ximbinha. Dentre as revelações feitas ao colunista Leo Dias, Joelma relatou que Ximbinha não paga mais a pensão acordada na Justiça durante a separação. Joelma e Ximbinha anunciaram o rompimento em agosto de 2015 e, desde então, tornaram público quase tudo sobre a separação. Brigaram, xingaram, choraram, ameaçaram. Em entrevista anterior, Joelma relembrou os tempos turbulentos que viveu. "Foi um momento muito difícil, onde eu não aguentava mais carregar aquele fardo. Eu aguentei até o último segundo por causa dos meus filhos, por um trabalho todo que eu construí, porque 90% de tudo era eu que fazia", afirmou. "Teve traição, teve violência, teve tudo, e você tem que tomar uma decisão. Eu precisava sair daquela situação para ontem, porque eu não ia suportar", revelou. (Patrícia Dias, Purepeople)

O que José Loreto fala sobre polêmica com Marina Ruy Barbosa que gerou sua separação?

José Loreto comentou a polêmica na qual se envolveu em 2019. Na época, ele foi acusado de viver um affair com Marina Ruy Barbosa e terminou o casamento com a então mulher, Débora Nascimento, mãe de sua filha. "Foi uma ruptura muito grande, teve muito bafafá, muita polêmica. Todos os envolvidos poderiam ter resolvido a situação de forma mais prática e simples. Mas várias fofocas foram criadas. Hoje prefiro não botar mais madeira nesse fogo", declarou ao jornal 'Extra'. José Loreto disse que a carreira ficou manchada após boatos com Marina. (Patrícia Dias, Purepeople)

Wanessa Camargo e Dado Dolabella: encontro secreto vaza na web e detalhes são revelados

Wanessa Camargo e Dado Dolabella passaram mais um final de semana juntos. Dessa vez, o encontro aconteceu em São Paulo, em um apartamento alugado pelo ator dias antes de a cantora assinar o divórcio com Marcus Buaiz. Horas depois da audiência de divórcio, Wanessa já estava entrando no prédio, onde chegou com a maior discrição possível. De acordo com informações de Léo Dias, colunista do portal 'Metrópoles', o flat fica no bairro Jardins. Dado e Wanessa, que chegaram a passar a Páscoa juntos, permaneceram no imóvel até sábado (14), quando partiram para a cidade de Brotas, que fica a duas horas da Capital, ainda pela manhã. A viagem foi feita com o carro da cantora, um Jeep Comander na cor prata. Os dois voltaram ao fim do dia para São Paulo. (Igraínne Marques, Purepeople)

HORÓSCOPO

ÁRIES
(21/3 - 20/4)
O dia pode trazer uma iniciativa frustrada ou um obstáculo difícil de ser superado. Cuide para não ficar sustentando uma atitude infantil e busque ter mais sabedoria e clareza da situação. Tome cuidado com a dificuldade de seguir uma ideia ou direção.

TOURO
(21/4 - 20/5)
Sua energia pode estar baixa hoje, então tome cuidado com a dificuldade de se manter alegre. Podem surgir gastos extras, que não estavam nos planos. Tome cuidado ao escolher as pessoas com quem você se associa. Saiba ser mais criterioso com as pessoas.

GÊMEOS
(21/5 - 20/6)
O dia pede que você consiga olhar para as situações com mais abertura mental e emocional: livre-se dos preconceitos. Muitos diálogos podem acontecer hoje. Cuide para que você não entre numa tentativa de ter razão sempre. É importante desapegar da mente alheia.

CÂNCER
(21/6 - 21/7)
O dia traz muito trabalho e vai exigir de você certo poder de liderança ou uma inteligência acima da média. O excesso de emotividade pode te prejudicar hoje, porque você vai ter o desafio de se manter mais imparcial e equilibrado. Tome cuidado para não se isolar.

LEÃO
(22/7 - 22/8)
Existe muito potencial em suas ideias, porém tome cuidado com a negligência a respeito da sua energia criativa: planeje mais e se dedique ainda mais para que suas ideias se realizem. Tome cuidado com comportamentos infantis, que podem causar brigas.

VIRGEM
(23/8 - 22/9)
Tome cuidado com a teimosia. Desapegue de insistências passadas e mude hábitos ou atitudes para ter resultados diferentes. Hoje pode ser um bom dia para cuidar mais da saúde e tomar decisões radicais e definitivas. Pode ser um dia desafiador.

LIBRA
(23/9 - 22/10)
É importante diversificar ideias ou caminhos, senão seu dia acaba emperrado, com nada fluindo. Tome cuidado com brigas por causa de ideias diferentes e saiba dialogar. Se conseguir se manter equilibrado, pode ser um dia cheio de harmonia com as pessoas à sua volta.

ESCORPIÃO
(23/10 - 21/11)
O dia pede paciência e tolerância. Pode ser um dia difícil no trabalho ou podem surgir gastos inesperados. Saiba trazer mais leveza e verdade ao seu dia, o que pode ser desafiador, porque suas emoções podem ser pesadas. Tome cuidado com falação em excesso.

SAGITÁRIO
(22/11 - 21/12)
O dia traz a coragem de romper com coisas que te limitam. Além disso, você pode conseguir expor suas necessidades com bastante facilidade se conseguir se mostrar frágil, sem medo. Além disso, você conseguirá defender seu espaço de invasões externas.

CAPRICÓRNIO
(22/12 - 20/1)
Você pode se sentir invadido hoje, como se em nenhum lugar houvesse fato privacidade, e isso pode mexer com seus nervos. Busque ter calma ao lidar com as pessoas. Além disso, tome cuidado com confusões que, de pequenas, passam a caóticas e exaustivas.

AQUÁRIO
(21/1 - 19/2)
Seu dia traz progresso e avanço. Sua comunicação está positiva e você pode conquistar as pessoas à sua volta. Tome cuidado para não usar o seu conhecimento para manipular as pessoas. Os amigos podem ser grandes aliados. O dia é positivo para planejar.

PEIXES
(20/2 - 20/3)
O dia pode te levar a novos lugares, portanto viagens ou passeios podem acontecer, trazendo bem-estar. Você pode ficar mentalmente esgotado e precisar de um momento de paz e harmonia. Uma mensagem ou convites que vão te animar bastante surgem.

ohoje.com
GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022 | O HOJE

Releitura CONTAGIANTE

Audiovisual faz analogia com a história da cantora e recria looks que marcaram sua trajetória

Elysia Cardoso

Já está entre nós o audiovisual de 'Cansar de Dançar', último single de Juliette, que ela mesma co-escreveu. O videoclipe chegou ao YouTube e conta a história de uma pessoa que está cansada, entediada e se sente silenciada e que vê no ator de sair para dançar uma forma de se libertar e de extravasar.

"O roteiro do clipe de 'Cansar de Dançar' foi nascendo na minha cabeça já durante a gravação da música. Fui fazendo a música e pensando nele. O diretor acrescentou ideias e chegamos na ideia final", conta Juliette.

A moda do clipe é composta por algumas releituras de roupas que marcaram a história de sua intérprete. O 'look da Juliette', por exemplo, que consiste em uma camisa social branca e a sobreposição de um top preto junto com uma bota da mesma cor, é uma das roupas com as quais vemos a paraibana. Além dele, um terninho preto e um vestido fazem parte da história.

Sobre o clipe, Juliette comenta: "Criamos uma analogia com a minha história. Minha personagem usa, no início, as roupas que eu usava quando trabalhava em escritórios e os dois looks que uso depois são roupas importantes na minha trajetória, que representam momentos em que me reconectei comigo mesma e que mostram algumas das minhas diferentes faces".

No elenco do clipe vemos amigos e amigas da cantora e uma narrativa positiva, que acompanha a mensagem da música. "O vídeo passa uma mensagem forte e que eu gosto muito: de que quero sempre estar conectada comigo mesma, independente do julgamento dos outros (que não veem tudo está acontecendo comigo)", revela.

No clipe vemos amigos e amigas da cantora e uma narrativa positiva, que acompanha a mensagem da música

Essa faixa é composta por Juliette e é marcada por elementos do bregafunk e do pisêro. Foi produzida por HITMAKER dupla de produtores responsáveis por trabalhos de grandes nomes, como Anitta, Luísa Sonza, Marina Sena e Jão e por Juzé, que participou do EP 'Juliette'. Mais solta e dançante, aqui a artista canta sobre querer se jogar na pista, sem amarras ou medo de ser quem é. A mensagem é ditada por versos como: "Entender quem sou / Qual o meu valor / Aonde eu quero ir / Vou me libertar".

"Gosto muito de trabalhar sons e elementos que me fazem bem, que eu mesma gostaria de ouvir. É desse desejo que nasceu 'Cansar de Dançar'. É uma música cheia de leveza, bom-humor, uma novidade no meu repertório. Espero de verdade atingir um efeito positivo nas pessoas", diz.

A estreia da carreira musical de Juliette veio em setembro de 2021, com o seu EP homônimo, que até hoje mantém o recorde de maior número de pré-saves da história do Spotify Brasil e segunda maior estreia de um álbum ou EP brasileiro na plataforma. Desde então, a cantora vem fazendo parcerias de sucesso na música, como suas colaborações com Alok, Luis Fonsi, Lunay e Lenny Tavárez (em 'Un Ratito') e Israel & Rodolffo (em 'Sobre'). A paraibana também se apresentou no Prêmio Multishow de 2021. **(Especial para O Hoje)**

CINEMA

ESTREIAS

O Homem do Norte (The Northman, 2022, EUA). Duração: 2h17min. Direção: Robert Eggers. Elenco: Alexander Skarsgård, Nicole Kidman, Claes Bang. Gênero: Ação, histórico. Baseado na obra de Shakespeare, Hamelt e a lenda viking de Amelth, 'O Homem do Norte' segue uma história de vingança e loucura de um príncipe. Se passando no ápice da Landnámsöld, no ano de 914, o príncipe Amleth está prestes atingir maioridade e ocupar o espaço de seu pai, o rei Horvendill que acaba sendo brutalmente assassinado. Cinemark Flamboyant: 15h50, 19h, 22h. Kinoplex Goiânia: 15h20, 18h10, 21h. Cineflix Aparecida: 16h20, 19h05, 21h50. Cineflix Butiti: 16h, 18h45, 21h30.

O Peso do Talento (The Unbearable Weight Of Massive Talent, 2022, EUA). Duração: 1h48min. Direção: Tom Gormican. Elenco: Nicolas Cage, Demi Moore, Pedro Pascal. Gênero: Ação, comédia. Sofrendo por não conseguir mais papéis como antes, não ter mais a fama como antes, estando insatisfeito com a vida e prestes a pedir falência, Nicolas Cage chega no fundo do poço e se mete em uma aventura que ultrapassa os seus papéis feitos. Cinemark Passeio das Águas: 19h, 22h. Cineflix Aparecida: 16h55, 19h15, 21h55. Cineflix Butiti: 15h10, 19h10.

Crocodilos - A Morte Te Espera (Black Water: Abyss, 2022, EUA). Duração: 1h38min. Direção: Andrew Traucki. Elenco: Jessica McNamee, Luke Mitchell. Gênero: Ação, terror. Em Crocodilos - A Morte Te Espera, acompanhamos um casal aventureiro que convence seus amigos a explorar um remoto sistema de cavernas nas florestas do norte da Austrália. Cineflix Butiti: 17h20, 21h45.

'Doutor Estranho no Multiverso da Loucura' segue em cartaz com Wanda Maximoff, a Feiticeira Escarlate

EM CARTAZ

Meu Amigãozão: O Filme (Meu Amigãozão: O Filme, 2022, Brasil). Duração: 1h17min. Direção: Andrés Lieban. Gênero: Família, animação e aventura. Yuri, Lili e Matt se preparam pra um dia especial e muito aguardado. Mas os sonhos da turma vão por água abaixo quando descobrem que os pais mudaram os planos e agora vão juntos para uma mesma colônia de férias, com várias crianças que eles nunca viram. Cinemark Flamboyant: 14h10, 16h20. Cineflix Butiti: 14h40.

Jujutsu Kaisen 0 (Gekijouban Jujutsu Kaisen 0, 2022, Japão). Duração: 1h45min. Direção: Sunghoo Park. Elenco: Megumi Ogata, Kana Hanazawa, Mikako Komatsu. Gênero: Animação, ação, drama, fantasia. Yuuta Okkotsu está assombrada. Desde que sua amiga de infância Rika morreu em um acidente de trânsito, seu fantasma ficou preso com ele. Mas seu espírito não aparece como a doce menina que Yuuta conheceu. Em vez disso, ela se manifesta como uma entidade monstruosa e poderosa que o protege ferozmente. Cinemark Flamboyant: 12h30.

Doutor Estranho no Multiverso da Loucura (Doctor Strange in the Multiverse of Madness, 2022, EUA). Duração: 2h06min. Direção: Sam Raimi. ELenco: Benedict Cumberbatch, Elizabeth Olsen, Rachel McAdams. Gênero: Fantasia, ação, aventura. Após derrotar Dormammu e enfrentar Thanos nos eventos de Vingadores: Ultimato, o Mago Supremo, Stephen Strange, e seu parceiro Wong, continuam suas pesquisas sobre a Joia do Tempo. Mas um velho amigo que virou inimigo coloca um ponto final nos seus planos e faz com que Strange desencadeie um mal indescritível, o obrigando a enfrentar uma nova e poderosa ameaça. Cinemark Flamboyant: 13h10, 13h40, 14h, 14h20, 14h50, 15h20, 15h40, 16h, 16h30, 16h50, 17h10, 17h40, 18h10, 18h30, 18h50, 19h20, 19h40, 20h, 20h30, 21h, 21h20, 21h40, 22h10, 22h30, 23h20. Cinemark Passeio das Águas: 12h10, 12h40, 13h10, 13h40, 14h, 14h20, 15h, 15h30, 16h, 16h30, 16h50, 17h10, 17h50, 18h20, 18h50, 19h20, 19h40, 20h40, 21h10, 21h40, 22h10, 22h30, 23h30. Kinoplex Goiânia: 14h30, 15h, 15h50, 16h20, 17h10, 17h40, 18h, 18h30, 19h, 19h50, 20h20, 20h40, 21h10, 21h40. Cineflix Aparecida: 14h, 15h30, 16h, 16h35, 16h20, 18h40, 19h, 19h10, 21h20, 21h40, 21h50. Cineflix Butiti: 15h, 16h20, 16h30, 17h40, 19h, 19h30, 20h20, 21h20, 21h40.

Detetives do Prédio Azul 3 - Uma Aventura no Fim do Mundo (Detetives do Prédio Azul 3 - Uma Aventura no Fim do Mundo, 2022, Brasil). Duração: 1h45min. Direção: Mauro Lima. Elenco: Pedro Henriques Motta, Letícia Braga, Anderson Lima. Gênero: Aventura, família. Pippo, Bento e Sol se veem em apuros quando Severino encontra um objeto em meio aos escombros de um avião. O que parecia uma inofensiva relíquia em formato de colar, era, na verdade, uma das metades do valioso 'Medalhão de Uzur', responsável por controlar e manipular toda a magia existente no mundo. Cinemark Flamboyant: 12h50, 13h05.

Negócios

Os cartões de débito foram responsáveis por R$ 235,4 bilhões em pagamentos, um aumento de 15,2%

Pagamentos com cartões de crédito crescem mais de 42%

Os gastos no exterior, impulsionados pelas viagens, aumentaram 107,9%.

Rodrigo Melo

No primeiro trimestre deste ano, os pagamentos com cartões de crédito cresceram 42,4% em comparação com o período de janeiro a março de 2021. Os dados são do balanço divulgado na última terça-feira (10) pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). De acordo com a associação, foram movimentados R$ 478,5 bilhões em pagamentos com cartões de crédito nos três primeiros meses do ano, enquanto que o mesmo recorte de 2021 foi de R$ 335,9 bilhões.

O mês de março apresentou o maior índice de pagamentos por crédito (R$ 172 bilhões) desde que o estudo foi iniciado em 2016, chegando a ultrapassar dezembro de 2021 (R$ 171,9 bilhões), período em que as vendas são alavancadas pelas festas de fim de ano como o Natal.

Compras online

O crescimento das transações de cartões de crédito está relacionado, segundo a Abecs, à expansão do comércio online e ao controle da disseminação da Covid-19 no País. "A própria [variante] Ômicron, quando teve uma melhora, a partir de fevereiro, os números passaram a acompanhar o que seria uma normalidade da vida urbana", ressaltou o presidente da associação, Rogério Panca.

As compras pela internet tiveram alta de 35,2% de janeiro a março em relação ao primeiro trimestre de 2021, totalizando R$ 162,4 bilhões. Do montante, R$ 157,9 bilhões foram movimentados com cartão de crédito, alta de 35,4%.

Panca destacou ainda que o percentual de crescimento é muito alto devido à base baixa de comparação, que foi o início de 2021, quando a quarentena contra a pandemia de Covid-19 provocava diversas restrições à atividade econômica.

Gastos no exterior

Com a reabertura, os gastos no exterior, impulsionados pelas viagens, também cresceram. No primeiro trimestre do ano, os brasileiros gastaram com cartão de crédito fora do País US$ 849,7 milhões, uma alta de 107,9%. Os gastos de estrangeiros no Brasil, também com cartões de crédito, ficaram em US$ 665,5 milhões, um aumento de 64,5% em relação aos três primeiros meses de 2021.

Os pagamentos por aproximação cresceram 455,9% nos primeiros três meses do ano, respondendo pelo movimento de R$ 103,2 bilhões, sendo R$ 58,1 bilhões por cartão de crédito, R$ 28,4 bilhões por cartão de débito e R$ 16,7 bilhões por cartão pré-pago.

Facilidade de acesso

Atualmente, o usuário de cartão de crédito ou débito não precisa ter necessariamente um cartão. Grande parte dos smartphones, e até alguns smartwatches (relógio inteligente), disponibiliza a tecnologia NFC, que proporciona pagamento por aproximação. Eles já são responsáveis por cerca de 36% dos pagamentos dos brasileiros, segundo indica a pesquisa Mobile Time/Opinion Box, publicada em setembro do ano passado. Dois anos antes, esse número era de 17%.

Para o economista Luiz Carlos Ongaratto, o comportamento do consumidor mudou porque as pessoas estão saindo mais, e com isso, utilizando intensamente o cartão de crédito por ser uma forma de "acesso ao dinheiro desburocratizada". Além disso, o economista informa que "os jovens estão comprando mais no exterior" e que a facilidade de criar uma conta no banco ou agências de pagamento colaborou para que um maior número de consumidores possua cartão de crédito, contas digitais, contas tradicionais, poupança, entre outros.

Às flexibilizações de viagens internacionais, que estavam restritas devido à pandemia de Covid-19, colaboram para o aumento de gastos no exterior por turistas brasileiros, que é "majoritariamente feito em cartão de crédito", concluiu o especialista.

Débito

Os cartões de débito foram responsáveis por R$ 235,4 bilhões em pagamentos no primeiro trimestre, um aumento de 15,2% em relação ao mesmo período do ano passado. As transações com cartões pré-pagos somaram R$ 44,6 bilhões de janeiro a março, alta de 148,4% em comparação com o primeiro trimestre de 2021.

Transporte coletivo

Desde que a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) implementou o pagamento da passagem com cartão de crédito ou débito em dezembro do ano passado, as validações do uso do serviço cresceram no transporte coletivo de Goiânia. Segundo dados da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), a modalidade já representa 4,8% do total.

Nos últimos dias, o número bruto de validações via cartão de débito ou crédito foi de 18 mil, de um total de 370 mil validações diárias. "Com o aumento da demanda de passageiros, o uso do cartão de crédito ou débito deve se fortalecer ainda mais", afirma Tarcísio Abreu, presidente da CMTC. **(Especial para O Hoje)**

6
EDITAIS

BAIXE O APLICATIVO O HOJE NAS PLATAFORMAS IOS E ANDROID LEIA TAMBÉM NO www.ohoje.com

bradesco

LEILÃO SOMENTE ONLINE 22 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 26/05/2022 a partir das 10h30

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

Imóveis localizados: BA CE GO MG PA PR RJ RS SP

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 04 - GOIÂNIA/GO - CASA
Rua JI-2 (Lt. 13 da qd. 04) - LOTEAMENTO JD. IPÊ
Área Terreno: 360,00m²
Área Construída: 294,56m²
(estimada no local 374,56m²)
LANCE MÍNIMO: R$ 389.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: www.banco.bradesco/leiloes

(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

www.freitasleiloeiro.com.br

República Federativa do Brasil
Estado de Goiás
Comarca da Capital

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA

Av. T-9, esquina com R. C-211, n. 2322, Edifício Inove Inteligent Place, Térreo, Salas 5,6 e 7 Jardim América, Goiânia-GO CEP 74.255-220.
E-mail: contato@1rigo.com.br
Telefone: (62) 3956-7600
IGOR FRANÇA GUEDES - OFICIAL DE REGISTRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

IGOR FRANÇA GUEDES, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE GOIÂNIA, CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NA FORMA DA LEI, ETC...

Pelo presente edital, por não ter sido encontrado nos endereços fornecidos, nos termos do § 4º do art. 26 da Lei nº 9.514/97, **INTIMA o Sr. VALTEIR CARNEIRO DA SILVA, inscrito sob o CPF: nº 115.654.537-43, e a Sra. ANA PAULA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA, inscrita sob o CPF nº 015.794.566-93**, à comparecerem a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Avenida T-9, esquina com R. C-211, nº 2.322, Edifício Inove Inteligent Place, Térreo, Salas 5, 6 e 7, no Jardim América, nesta Capital, **no prazo de quinze (15) dias**, a contar da data da última publicação do presente edital, para satisfazer as prestações vencidas e as que vencerem até a data do efetivo pagamento com os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, além das despesas de cobrança e de intimação, referente ao Instrumento Particular n. 071759230014467 - Sistema Financeiro da Habitação, com Alienação Fiduciária, do Apartamento n. 1701-A, localizado no Bloco C - ALA AMARILLO,com direito ao Boxe de garagem n. 20/20A - SS 01, todos no CONDOMÍNIO TERRA MUNDI PARQUE CASCAVEL, situado na Avenida Copacabana, Quadra 145, Área 1, Jardim Atlântico, nesta capital., o qual encontra-se alienado fiduciariamente ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A ,** consoante aos registros R-8 e R-9 da matrícula n. 300.994. O valor do débito até 16/05/2022 era de R$24.504,36 (vinte e quatro mil quinhentos e quatro reais e trinta e seis centavos), acrescidas dos encargos contratuais até a data da elaboração desta intimação.

Laís Romualdo Silva
Escrevente Autorizada

15513

Estado de Goiás - Prefeitura Municipal de Morrinhos
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022 SRP

Empresas vencedoras: **CAFE CASEIRO IND E COMERCIO LTDA**, lotes: 46, 25, 7, 34, 10, 20 e 36, **LC DA SILVA ARRUDA HIGICOM COMERCIO E LICITACOES**, lotes: 42, 40, 31, 55, 41 e 56, **ZOOM COMERCIAL EIRELI**, lotes: 49 e 39, **UP DENT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMERCIAL LTDA**, lote: 65, **GSI COMERCIO E SOLUÇÕES LTDA**, lote: 50 **PARANA MED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MEDICO E HOSPITALAR EIRELI**, lote: 67, **VERTENTE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**, lotes: 44, 45, 43 e 48, **WELLINTON JOSE DE SOUZA TOM**, lotes: 37, 32, 11, 3, 47, 58, 59, 9, 60, 61, 69, 38, 68, 51, 57 e 64, **VIRTUE COMERCIO LTDA**, lotes: 33, 15 e 18, **COMECIAL MONTEIRO EIRELLI**, lotes: 4, 6, 1, 2, 23, 19, 5, 28, 26, 22, 8, 63, 52, 29, 21, 70, 62, 73, 24, 71, 27 e 72, **GROW COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI**, lotes: 13, 12 e 30, **COOPERQUÍMICA INDUSTRIAL LTDA**, lotes: 17 e 54, **CAMARGO NOGUEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, lotes: 53, 35 e 66, **JRM MERCANTIL COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA** lotes: 16 e 14..

Morrinhos, 16 de maio de 2022.
ANA PAULA AMARO DA SILVA
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2022

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO-GO, por intermédio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICO que receberá propostas que visem a **Aquisição eventual, futura e parcelada de gêneros alimentícios, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I. DATA: 30 (trinta) de maio de 2022**, HORÁRIO: às 09h00min, no Portal de Compras https://licitanet.com.br/ a íntegra do edital poderá ser obtido pelos interessados através dos "sites" https://saosimao.go.leg.com.br/portal/licitacoes/ e https://licitanet.com.br/. Maiores informações pelo e-mail: camara@saosimao.go.leg.br, ou pelo Telefone: (64) 3658-1272. São Simão-GO, 17 de maio de 2022.

Adriano Rezende de Oliveira
Presidente da CPL

15486

MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2022 – UASG 989677

A Pregoeira do Município de Santo Antônio do Descoberto-GO, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 014/2022,** no dia **30 de maio de 2022**, às **09h00min** do tipo menor preço por item, no endereço eletrônico https://www.comprasgovernamentais.gov.br/, tendo por objeto o registro de preços para fornecimento de gás oxigênio medicinal, para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária de Santo Antônio do Descoberto – GO. Demais informações assim como a cópia do edital poderão ser obtidas no portal eletrônico www.santoantoniododescoberto.go.gov.br ou pelo e-mail licitasadgo@gmail.com entre 08h00 às 14h00 de segunda a sexta-feira. Santo Antônio do Descoberto-GO, 13 de maio de 2022. FLAVIA DE JESUS SANTOS VIEIRA – Pregoeira.

15489

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE-GO
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022
TIPO: Menor Preço
JULGAMENTO: Menor Preço por Lote
OBJETO: Aquisição de capas de colete e kits de cintos táticos para atender as necessidades da Guarda Civil Municipal de Rio Verde – GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo, do Edital.
DATA/HORÁRIO: 31 de maio de 2022 às 09h00min.
SISTEMA: COMPRASNET – UASG 989571
MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, e Sala de Licitação – situada a Av. Presidente Vargas, nº 3215, Vila Maria, CEP: 75905-900, Rio Verde – GO. Fone 64-3602-8021/8070, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 16 de maio de 2022.
ANA KARINA NUNES LOPES
PREGOEIRA

15508

Município de Marzagão - Goiás
RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022

Empresas Inabilitadas: Visão Serviços Ltda. por não cumprir o item 4.1.5.3, OM Engenharia e Construções Ltda. por não cumprir os itens 4.1.5.3, 4.1.6, 4.1.2.6 e 4.1.5.1 e Mileng Milênio Engenharia e Construções Ltda. por não cumprir o item 4.1.2.6 e 4.1.5.1 do edital. Empresas habilitadas: Construtora e Incorporadora Sartor Engenharia Ltda, Focco Engenharia e Consultoria Eireli EPP. e M2 Construtora e Incorporadora Ltda. Comunica, outrossim, caso não haja interposição de recurso, que a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços de todos os licitantes habilitados dar-se-á no dia 24 de maio de 2022, às 14:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura. A Ata da sessão do julgamento encontra-se à disposição dos interessados, no site www.marzagao.go.gov.br e no placar da Prefeitura. Marzagão, 16/05/2022. INÊS MARQUES DA SILVA - Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA ALTA/GO
Aviso de Licitação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2022

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA ALTA/GO, CNPJ n° **08.288.700/0001-35**. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 05/2022. **Tipo:** Menor Preço. **Regime:** Menor Preço por item. **Data/Horário de Abertura:** 01/06/2022 às 08:30h (horário de Brasília). **Objeto:** Aquisição de veículo para melhor acesso e Resolutividade dos Serviços de Atenção Básica de Saúde, Convênio nº 202100010009563. **Local**: www.licitanet.com.br, CEP 75.870-000, sala da CPL. Mais Informações: (64) 3654–1417, e-mail: avancalicitacao@gmail.com

AMANDA PAULA GOMES DE FREITAS
Pregoeira Oficial

15500

Prefeitura Municipal de São João da Paraúna
Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Edital N° 03/2022

O Município de São João da Paraúna-Go torna público estar realizando licitação, Ata de Registro de Preços do tipo menor preço por item, para aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada (CAMINHÃO EQUIPADO COM CAÇAMBA), conforme termo de referencia, nos termos do convênio/proposta N° **032385/2021**, firmado com MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, condições, e exigências estabelecidas no **Edital 03/2022**. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08h00min do dia 27/05/2022. Data e horário do início da disputa: 13h00min do dia 27/05/2022. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico **www.bll.org.br e http://saojoaodaparauna.go.gov.br/.** 16 de MAIO de 2022.Jocsley Alves de Souza Pregoeiro.

15493

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBA DE GOIAS
AVISO DE LICITACAO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2022

O Fundo Municipal de Saúde de Corumbá/GO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na Sec. de Administração, a R. Francisco Miranda nº 23, Q. 13, Lt. 1, Centro, em sessão pública, na forma das Leis n° 10.520/02, 8.666/93 e LC nº. 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, a seguinte licitação: **Modalidade:** Pregão Presencial n. 023/22; Tipo Menor Preço por Item, **Data e Horário:** 30/05/22 as 09h00min; destinado EXCLUSIVAMENTE a microempresas e empresas de pequeno porte, art. 47 da Lei nº 147/2014, **Objeto:** Locação de espaço para prestação de serviços em fisioterapia e hidroterapia, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Corumbá de Goiás. Cópia do Edital e informações no endereço acima ou pelo telefone (062) 3338-1576 ou no site http://www.corumbadegoias.go.gov.br/. Corumbá de Goiás/GO, 16 de maio de 2022.

Greice de O. F. Costa - Pregoeiro

Comissão Permanente de Licitação - Aviso de Licitação - Edital nº 006/2022 Modalidade: pregão presencial - registro de preços 006/2022 - Objeto: registro de preços para aquisições futuras de materiais elétricos - tipo: menor preço por item - abertura da licitação: 30/05/2022 – 09:00 horas -local de abertura: sede da prefeitura municipal. Informações complementares: o edital e seus anexos poderão ser obtidos em horário comercial na prefeitura, com sede à Praça dos Três Poderes, nº 07, Centro, Fone 0800 0000 182 Sancler-lândia – GO, 18 de março de 2022. Jovair Mendonça Vieira – Pregoeiro/Itamar Leão do Amaral – Prefeito Municipal

15515

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2022

O Município de Itapaci, Estado de Goiás, torna público que o Pregão Presencial **029/2022**, do tipo menor preço por item, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA ATENDER OS MANDADOS JUDICIAIS E OFÍCIOS DE RECOMENDAÇÃO DO MINISTERIO PUBLICO, **para o Município de Itapaci - GO,** será realizado às **09:00** horas do dia **31 de Maio de 2022**. Comunica, portanto que o edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura Municipal de Itapaci. (62) 3361-1099.

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Morrinhos - Estado de Goiás
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022

Empresa vencedora: Lázaro Eurípedes De Oliveira.

Morrinhos, 16 de maio de 2022.
Iluska Luiza de Oliveira
Pregoeira

LAVAJATO DO MINHOCA, CNPJ 27.980.794/0001-53, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente - AMMA, a licença Ambiental de Instalação e Operação, para atividade de Serviços de Lavagem, Lubrificação E Polimento De Veículos Automotores, empresa estabelecida na RUA R 54 QD 57 LT 01 – CEP: 74.690-790 – VILA ITATIAIA Município: Goiânia UF:GO.

15477

LAURA MARIA DE QUEIROZ OLIVEIRA, processo nº 2021019975 torna público que RECEBEU da Secretaria do Meio Ambiente (SEMMA), a renovação da LICENÇA AMBIENTAL (LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA) de número 015/2022 para a atividade de AVICULTURA – CRIAÇÃO DE AVES PARA CORTE, situada na Fazenda Rio Verde e Três Barras LD; Recanto das Oliveiras, Zona Rural., no município de Mineiros. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

15495

Prefeitura Municipal de Morrinhos - Estado de Goiás
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

OBJETO: Aquisição de Materiais para Demarcação Viária Horizontal. **DATA DE ABERTURA:** 30/05/2022; HORÁRIO: 08h; **LOCAL: www.bnc.org.br. RETIRADA DO EDITAL:** no endereço acima, na sede da Prefeitura ou no site: *www.morrinhos.go.gov.br* . Morrinhos, 17 de maio de 2022.

JOÃO BATISTA LOPES JUNIOR - *Pregoeiro*

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS
AVISO DE EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2022.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Quirinópolis, Estado de Goiás, por meio da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia **30 de maio de 2022, às 09h00m,** no sítio eletrônico: http://bnc.org.br/, **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando a aquisição **de equipamentos para lavanderia industrial (lavadora extratora automática e calandra industrial) para atender as necessidades do Abrigo Municipal de Idosos José Leandro Chaves, sob supervisão do Fundo Municipal de Assistência Social de Quirinópolis - FMAS, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo do Edital** do Pregão Eletrônico nº **065/2022**. Os interessados poderão obter o Edital no seguintes endereços eletrônicos: http://www.quirinopolis.go.gov.br e http://bnc.org.br/.

Quirinópolis – GO, aos 13 dias do mês de maio de 2022.
FILLIPE EMANUEL SICUPIRA MARTO
Pregoeiro

15488

MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA-GO RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 004/2022 – Republicação o município de Nova América, Goiás, torna público que a chamada pública N° público n.° 004/2022 - republicação, referente à Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar - PNAE teve como credenciadas as pessoas físicas: Valter Gonçalves, CPF n° 397.676.471-04, cujo valor total estimado da contratação será a ordem de R$ 80.911,80 (oitenta mil e novecentos e onze reais e oitenta centavos); Gabriel Arriel de Freitas, CPF n° 052.341.841-88, cujo valor total estimado da contratação será a ordem de R$ 39.502,80 (trinta e nove mil e quinhentos e dois reais e oitenta centavos); Wilson Provasio Neto, CPF n° 025.210.961-99, cujo valor total estimado da contratação será a ordem de R$ 2.663,50 (dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos); Marley Queiroz Arriel Freitas, CPF n° 945.696.061-72, cujo valor total estimado da contratação será a ordem de R$ 38.745,40 (trinta e oito mil e setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), resultado encontra-se publicado na integra no site www.novaamerica.go.gov.br. Nova América-GO, 16 de maio de 2022. Eduarda Gomes Lourdes Presidente CPL

15503

COOTEGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ/MF: 05.820.858/0001-16

Os cooperados da Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás – COOTEGO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 31, parágrafo 1º, do Estatuto Social e artigo 43-A da Lei 5.764/71, CONVOCA os senhores cooperados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada à sede da Cooperativa, localizada na Rua Ricardo César, 281, Quadra CH, Lote 23 e 24 , Setor Chácara Botafogo, na cidade de Goiânia/GO, CEP: 74.711-170, no dia 28/05/2022, às 07:00h em primeira convocação com a presença de 2/3 dos Cooperados, às 08:00h em segunda convocação com a presença de metade mais um dos cooperados, ou ainda às 09:00h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I – Revisão da Medida Disciplinar Administrativa do Cooperado Valterci;
II – Alteração/Extinção da função advocatícia interna;
III – Assuntos Financeiros;
Notas:
1 – O número de Cooperados aptos a votar nesta data, para efeito de cálculo de quórum é de 262.
3 – Os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia acima descrito estão disponíveis para visualização na Sede da Cooperativa – COOTEGO.

Goiânia/GO, 17/05/2022.
Eliosmar Alves da Silva
COOPERADO
Rubens Calixto de Oliveira
COOPERADO
Mauricio Dias de Souza
COOPERADO
Fabio André Lopes Vieira
COOPERADO
Divassi Dias de Souza
COOPERADO

15504

MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA-GO RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2022 o município de Nova América, Goiás, torna público que a pregão eletrônico N° 002/2022, referente à contratação aquisição e instalação de equipamentos para academia ao ar livre na Av. Tancredo Neves, Praça da Bíblia, Setor Jardim Baunilha, Cidade de Nova América, Estado de Goiás, proposta 026502/2021 do Ministério da Cidadania, conforme discriminado no termo de referência – anexo I, teve como vencedora e contratada do certame licitatório a empresa sigmetal industria e comercio de moveis ltda - me, CNPJ n° 26.576.226/0001-29, resultando no contrato n.° 290/2022 contratante: o municipio de Nova América, CNPJ. 01.135.409/0001-88; Contratado: sigmetal industria e comercio de moveis ltda - me, CNPJ n° 26.576.226/0001-29, objeto: aquisição e instalação de equipamentos para academia ao ar livre na Av. Tancredo Neves, Praça da Bíblia, Setor Jardim Baunilha, Cidade de Nova América, Estado de Goiás, proposta 026502/2021 do Ministério da Cidadania, vigência: 16/05/2022 até 31/12/2022; valor: R$ 41.980,00 (quarenta e um mil e novecentos e oitenta reais). Resultado encontra-se publicado na integra no site www.novaamerica.go.gov.br. Nova América/GO, aos 16 dias do mês de maio de 2022. Eduarda Gomes Lourdes Pregoeira

15510

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2022

O Município de Quirinópolis, Estado de Goiás, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia **27 de maio de 2022, às 09h00m,** no Auditório da Prefeitura Municipal, **Pregão Presencial** para **a Contratação de empresa especializada promotora de eventos para realização do RODEIO e MONTARIAS durante a 41º EXPOAQUI de Quirinópolis - GO, fornecimento e montagem de estrutura específica para a realização do evento, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo, do Edital**, referente ao Pregão Presencial nº 066/2022. Os interessados poderão obter o Edital no site: https://quirinopolis.go.gov.br/.

Quirinópolis - GO, aos 16 dias do mês de maio de 2022.
FILLIPE EMANUEL SICUPIRA MARTO
Pregoeiro

15511

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2022

O Município de Porangatu, através do Ordenador de Despesas, torna público o resultado do Processo Licitatório nº 67048/2022, Pregão Eletrônico 014/2022, objetivando a Constituição de Sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem e paisagismo com fornecimento de mão de obra não exclusiva, matéria e insumos, a fim de atender as necessidades do Município de Porangatu, declaro e HOMOLOGO vencedora do processo licitatório a seguinte empresa: **VIVEIRO TUDO VERDE E FLORICULTURA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 03.763.900/0001-89, no valor global de R$ 94.294,02 (noventa e quatro mil duzentos e noventa e quatro reais e dois centavos).

Porangatu - GO, 04 de maio de 2022.
Onésimo Pereira de Alcântara
Gestor do Município de Porangatu - GO

15512

EXTRATO DE ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS - PP Nº 12/2022

Contratante: Município de Marzagão-GO, FMS, FMAS. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (carnes). Empresas registradas: Ata 14: MATHEUS FERRAZ TELES 02744250171, valor total de R$ 317.395,00. Ata 15: ROSILENE SOUZA GAIA COELHO 00260942154, valor total de R$ 157.183,50. Os preços registrados estão disponíveis no site www.marzagao.go.gov.br. Vigência da ata: 11/05/2023. Assinatura: 12/05/2022. Marzagão, 12/05/2022. Inês Marques da Silva, Pregoeira.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO BRASIL SA INDÚSTRIA LTDA, INSCRITO NO CNPJ SOB O N° 45.051.819/0001-16, TORNA-SE PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À AMMA – AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, A LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), E LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) PARA A ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE TECIDOS ESPECIAIS, INCLUSIVE ARTEFATOS – CNAE: 13.54-5-00 SITO À RUA DOS CRAVOS, N° 178, QUADRA 03 LOTE 27/28, PARQUE OESTE INDUTRIAL, NA CIDADE DE GOIÂNIA – ESTADO DE GOIÁS.

15519

WAM Incorporação S.A.
CNPJ - 29.855.842.0001/07

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	828	1.504	1.280	1.679
Aplicações financeiras	5	1.974	2.540	10.623	2.540
Contas a receber	6	-	-	26.361	6.555
Estoques	7	-	-	105.982	13.474
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	128
Dividendos a receber	8	14.847	1.651	294	1.216
Depósitos restritos	9	-	-	7.525	-
Mutuo com partes relacionadas	10.d	-	-	1.993	-
Despesas antecipadas		-	-	4	-
Outros créditos	11	154	159	9.880	413
Total ativo circulante		**17.802**	**5.854**	**163.943**	**26.005**
Não circulante					
Realizavel a longo prazo					
Contas a receber	6	-	-	103.622	-
Mútuo a receber com partes relacionadas	10.d	6.600	9.659	49.690	9.623
Outros créditos	11	-	-	583	403
Investimentos	12	137.908	77.429	61.215	67.929
Outros investimentos		-	-	700	-
Imobilizado	13	-	-	1.475	2.482
Intangível		-	-	-	174
Total do ativo		**162.310**	**92.942**	**381.228**	**106.616**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	6.027	3.710	125.232	4.330
Fornecedores	15	57	-	9.049	869
Obrigações trabalhistas	16	-	-	738	316
Obrigações tributárias	17	47	2	1.287	357
Mútuos a pagar com partes relacionadas	10.d	15.088	100	9.690	100
Adiantamento de clientes	18	-	-	-	579
Reservas a repassar		-	-	-	1.662
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	23.199	21.201	23.199	22.037
Dividendos a pagar	8	-	-	4.851	34
Obrigações de aquisição de ativo	21	1.486	-	1.486	-
Outros passivos	20	-	-	10.286	451
Total passivo circulante		**45.904**	**25.013**	**185.818**	**30.735**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.513	8.125	5.513	9.051
Obrigações tributárias	17	-	-	1.954	-
Tributos diferidos	19	-	-	5.174	327
Obrigações de aquisição de ativo	21	10.838	13.993	10.838	13.993
Mútuos a pagar com partes relacionadas	10b	-	204	3.289	1.248
Adiantamento de clientes	18	-	-	8.944	838
Provisão para garantia		-	-	987	-
Provisão para demandas judiciais		-	-	216	-
Outros passivos	20	-	-	29.524	1.376
Total passivo não circulante		**16.351**	**22.322**	**66.439**	**26.833**
Patrimônio líquido	**23**				
Capital social		28.248	90	28.248	90
Reserva legal		3.031	697	3.031	697
Reserva de lucros		68.775	44.820	68.775	44.820
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**100.054**	**45.607**	**100.054**	**45.607**
Participação de não controladores		-	-	28.917	3.441
Total patrimônio líquido		**100.054**	**45.607**	**128.971**	**49.048**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**162.310**	**92.942**	**381.228**	**106.616**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	24	-	-	126.843	11.095
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(23.031)	(472)
Lucro bruto		**-**	**-**	**103.813**	**10.623**
Despesas administrativas e gerais	26	(1.358)	(292)	(6.519)	(4.157)
Despesas comerciais	27	-	-	(19.799)	(2.068)
Despesas tributárias		-	-	(93)	-
Equivalência patrimonial	12d	69.634	41.405	25.754	41.036
Outras despesas operacionais	28	(5.646)	(3.769)	(5.652)	(3.802)
Outras receitas não operacionais	28	-	-	173	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**62.630**	**37.344**	**97.677**	**41.632**
Receitas financeiras		140	38	4.269	40
Despesas financeiras		(2.108)	(1.271)	(22.668)	(1.773)
Resultado financeiro líquido	**29**	**(1.969)**	**(1.234)**	**(18.399)**	**(1.733)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**60.661**	**36.111**	**79.278**	**39.899**
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	(36)	(7)	(946)	(927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-	(7)	(1.757)	(335)
Lucro líquido do exercício		**60.625**	**36.103**	**76.575**	**38.637**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				60.625	36.103
Acionistas não contoladores				15.950	2.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**60.625**	**36.103**	**76.575**	**38.637**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**60.625**	**36.103**	**76.575**	**38.637**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores			60.625	36.103
Acionistas não contoladores			15.950	2.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Sub Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**100**	**-**	**697**	**35.740**	**677**	**36.538**	**985**	**37.523**
Cisão patrimonial	2	-	-	-	(19.827)	-	(19.827)	-	(19.827)
Capital social	19.a	(10)	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	36.103	36.103	2.534	38.637
Destinações do lucro do exercício:									
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(7.196)	(7.196)	-	(7.196)
Transação de capital		-	-	-	-	-	-	(78)	-
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	29.584	(29.584)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**90**	**-**	**697**	**45.497**	**-**	**45.607**	**3.441**	**49.048**
Aumento de capital	23.a	28.158	-	-	-	-	28.158	-	28.158
Resultado do exercício	23.c	-	-	-	-	60.625	60.625	15.950	76.575
Minoritários na aquisição de controle de investidas	12	-	-	-	-	-	-	12.466	12.466
Destinações do lucro do exercício:		-							
Distribuição de dividendos	23.c	-	-	-	-	(19.681)	(19.681)	-	(19.681)
Transação de capital	23.f	-	-	-	-	(14.655)	(14.655)	(2.940)	(17.595)
Constituição de reserva legal	23.b	-	-	2.334	-	(2.334)	-	-	-
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	23.955	(23.955)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**28.248**	**-**	**3.031**	**69.452**	**-**	**100.054**	**28.917**	**128.971**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		**60.625**	**36.103**	**76.575**	**38.637**
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		-	-	178	8.503
Baixa de imobilizado		-	-	-	431
Impostos diferidos		-	3	1.757	335
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	12d	(69.634)	(41.405)	(25.754)	(41.036)
Juros provisionados		1.225	835	29.246	835
Outros		(179)	(589)	-	(2.170)
Baixa de investimentos		-			
Amortização de mais valia		3.220	(370)	3.220	(370)
Perdas em investimentos		-	2.807	-	2.807
		(4.743)	(2.616)	82.889	7.972
Redução (aumento) nos ativos					
(Aumento) redução em contas a receber		-	-	(123.429)	(6.456)
(Aumento) redução em despesas antecipadas		-	-	123	(22)
(Aumento) redução em outros créditos		572	(2.553)	(25.956)	(3.302)
(Aumento) redução em estoques		-	-	(92.507)	(13.192)
Aumento (redução) em fornecedores		57	-	8.180	719
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas		-	-	422	266
Aumento (redução) em obrigações tributárias		45	4	6.567	1.625
Aumento (redução) em outras contas a pagar		328	(1.306)	42.179	(5.245)
Aumento (redução) em débitos diversos		-	-	1.203	3.052
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(524)	(658)	(8.828)	(714)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3)	(594)	(1.281)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		**(4.265)**	**(7.132)**	**(109.751)**	**(16.578)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Venda de controlada		8.000	-	8.000	-
Aquisição de controlada		-	(98)	-	(98)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(6.137)	(13.221)	-	(1.361)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		-	-	1.003	(2.684)
Distribuição de lucro		-	6.021	-	3.314
Dividendos recebidos		7.928	501	4.817	329
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		**9.791**	**(6.797)**	**13.820**	**(500)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		-	17.911	-	18.747
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas		(5.184)	(22.795)	(8.809)	(22.795)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		3.040	14.766	3.040	15.534
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas		11.507	1.085	29.684	1.085
Empréstimos, financiamentos - captação		371	14.229	106.225	15.831
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal		(1.367)	(2.571)	(9.279)	(2.571)
Dividendos pagos		(14.570)	(7.196)	(25.330)	(7.196)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		**(6.203)**	**15.429**	**95.532**	**18.635**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(677)**	**1.500**	**(399)**	**1.557**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		828	1.504	1.280	122
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.504	4	1.679	1.679
Fluxo de caixa líquido do exercício		**(677)**	**1.500**	**(399)**	**1.557**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Frederico Rezende Palmerston Xavier	**Charles Garcia Kriunas**	**Andreia Karita Oliveira Pimenta**
Diretor	Diretor	Contador
CPF: 026.717.761-62	CPF: 324.143.231-91	Contador CRC-GO n°023654/0-2

VAGAS DE EMPREGO DO SINE GOIÁS

O Sine Estadual disponibiliza vagas de emprego em diversas áreas. Interessados comparecer nos locais de atendimento do SINE em Goiânia e Região Metropolitana, instalados nas Unidades Vapt Vupt ou em outros postos, munidos da carteira de trabalho, documentos pessoais e comprovante de endereço.

VAGAS

Costureira de máquinas industriais
Enfermeiro - Para atuar em centro cirúrgico e central de materiais e esterilização.
Manicure - Que tenha pratica em unhas de gel e que saiba desenhar.
Maquiador
Mecânico de automóvel - Para trabalhar em autorizada de ar condicionado (veículos leves e pesados) como consultor técnico.
Motorista de caminhão - CNH - D ou E. para trabalhar em obra de terraplenagem fora de Goiânia.
Vendedor interno - para trabalhar em empresa de móveis planejados
Vendedor pracista - para trabalhar em vidraçaria. Conhecimento em ramo de engenharia civil ou com vidro temperado
Auxiliar de produção farmacêutica - Vaga exclusiva para PCD

HTTP://maisemprego.mte.gov.br

SINE Sistema Nacional de Emprego

LOCAIS DE ATENDIMENTO:
SINE GOIÁS
Central de Vagas
Vapt Vupt -Shopping Passeio das Águas
Av. Perimetral Norte, 8303 - Fazenda Caveiras,
Goiânia - GO, 74573-260

- Portal MTE Mais emprego

ESTADO DE GOIÁS
AVISO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2022

O **Gestor do Fundo Municipal de Educação**, **RESOLVE**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nas disposições do art. 4, inciso XXI, da Lei nº. 10.520/2002, **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório realizado na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2022**, objetivando Futura e eventual aquisição de brinquedos, jogos educativos e materiais paradidáticos, a fim de dar suporte pedagógico e psicopedagógico realizado pelo Centro de Atendimento Especializado – Equipe de multiprofissionais da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Descoberto - GO, para atender a Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Descoberto-GO, constante do processo administrativo nº. 77765/2021, às empresas **IGUATEMI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI-** CNPJ nº. 14.420.347/0001-06, que apresentou propostas para os itens 1,2,8,11,15,21,22,23,25,26,30,33,39,40,41,42,44,45,46,76,77,78,79,80,81,83,86,87,88,89,90,91,101,107,109,110,111,117,120 e 126, no valor total de **R$ 506.957,10** (Quinhentos e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos), **MULTICODI DISTRIBUIDORA LTDA** – CNPJ nº. 03.298.936/0001-39, que apresentou as propostas para os itens 4 e 7, no valor total de **R$ 17.032,00** (Dezessete mil e trinta e dois reais), **PATRICIA C R MUCEDULA BRINQUEDOS PEDAGOGICOS -** CNPJ nº. 09.335.657/0001-84, que apresentou as propostas para os itens 84,85 e 116 no valor total de **R$ 100.800,00** (Cem mil e oitocentos reais), **R.M COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP -** CNPJ nº. 02.084.021/0001-68, que apresentou propostas para os itens 29,49,50,60,61,62,63,64,66,67,68,69,70,74,92,93,94,95,97,98, 99,100 e 102 no valor total de **R$ 592.231,76** (Quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), **T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI -** CNPJ nº. 18.912.500/0001-65, que apresentou as propostas para os itens 28 e 53 no valor total de **R$ 12.732,95** (Doze mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), **PONTO DO ARTESÃO COM E DISTRIBUIÇÃO LTDA -** CNPJ nº. 01.299.218/0001-51, que apresentou as propostas para os itens 12,31,37,43,47,48,75,103,108,114,119 e 121 no valor total de **R$ 123.691,16** (Cento e vinte e três mil, seiscentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), **JVC ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA -** CNPJ nº. 31.512.534/0001-20, que apresentou as propostas para os itens 6 e 14 no valor total de **R$ 48.370,20** (Quarenta e oito mil, trezentos e setenta reais e vinte centavos) **CASA DO PSICOPEDAGOGO LTDA -** CNPJ nº. 96.479.787/0001-95, que apresentou as propostas para os itens 3,5,9,13,16,18,20,24,32,38,72,82,96 e 113 no valor total de **R$ 203.891,90** (Duzentos e três mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos), **E CAMPREGUER COMEX LTDA -** CNPJ nº. 43.287.805/0001-70, que apresentou as propostas para os itens 56 e 57 no valor total de **R$ 72.520,00** (Setenta e dois mil e quinhentos e vinte reais), **PRODUTOS E SERVIÇOS ASAN LTDA -** CNPJ nº. 19.093.284/0001-36, que apresentou as propostas para os itens 10,17,19,27,65,73,104,105,112,118,123,124 e 125 no valor total de **R$ 257.899,50** (Duzentos e cinquenta e sete mil).

Santo Antônio do Descoberto em 16 de maio de 2022. EMERSON DE SOUZA PEREIRA – Gestor do Fundo Municipal de Educação.

15502

JARDINS BOLONHA
EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

Dia: **02/06/2022** às **16:00** horas. Local: Rua Jaó, nº 81, Setor Santa Genoveva, Goiânia – GO – CEP: 74670-460. Segundo Leilão, se necessário, dia **03/06/2022** às **16:00**, no mesmo local. Ambos os leilões acontecerão também na modalidade eletrônica, na homepage: *www.ubaldoleiloes.com.br*. Ressalta-se que os leilões somente ocorrerão de forma presencial caso o Decreto Municipal relacionado à pandemia do COVID-19, vigente à época da realização do leilão, permita tal ato. Ivana Abranches Jordão Costa, Leiloeira Público Oficial, inscrita na JUCEG/GO sob o nº 024/2001, fone (62) 3204-2030 / (62) 3204-4247, faz saber que devidamente autorizado pela vendedora ou fiduciária, designada por **FGR URBANISMO MATA DO ALGODÃO LTDA,** CNPJ nº 18.212.918/0001-60, venderá em: Primeiro Público Leilão Extrajudicial, o imóvel identificado a seguir, no dia, hora e local acima referidos, em consonância com o que dispõe o art. 27 da Lei nº 9.514 de 20/11/97. Imóvel do leilão: "Um lote de terras de número 28 (vinte e oito), da quadra 22 (vinte e dois), situado na Rua das Aroeiras, no loteamento denominado "**JARDINS BOLONHA**", localizado em Senador Canedo-GO, com a área de 427,18 m² (quatrocentos e vinte e sete metros quadrados e dezoito decímetros quadrados) devidamente registrado sob o **nº 33.759** da Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Senador Canedo-GO. O lance mínimo para venda em Primeiro Público Leilão terá lance inicial equivalente ao valor de mercado do imóvel: **R$384.462,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais)**, sujeito à atualização em até 24 horas antes da realização da praça. Caso não ocorra venda, um Segundo Público Leilão será realizado pelo valor da dívida e despesas: **R$308.720,13 (trezentos e oito mil, setecentos e vinte reais e treze centavos)** a venda será feita mediante pagamento à vista do valor do imóvel, a ser realizado por transferência eletrônica ou depósito na conta a ser fornecida pela credora. As despesas relativas à comissão do leiloeiro, à razão de 5% sobre o valor da arrematação, registro, impostos, rateios e quaisquer outras taxas que recaiam sobre a transferência do imóvel, correrão por conta do arrematante, bem como a eventual desocupação do imóvel. **Caso o arrematante, por qualquer razão, não honre com o pagamento do valor da arrematação e/ou comissão do leiloeiro, será considerado vencedor o maior lance anterior, até que o pagamento seja efetivado**. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ivana Abranches Jordão Costa
Leiloeira Pública Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS-GO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 050/2022

A Prefeitura Municipal de Quirinópolis-GO, torna público o resultado Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada em realização de eventos para prestar serviços de montagem, desmontagem e locação de materiais de estrutura em geral, para atender as necessidades dos Fundos e Secretarias do município de Quirinópolis-Goiás, conforme especificações e quantidades estabelecidas constantes no Termo de Referência – Anexo do Edital. O resultado assim se mostrou:

Empresa: MAGNUS COMERCIO LTDA. CNPJ: 44.873.146/0001-17, com valor de R$ 515.107,00.
Empresa: WFC GOIAS SERVICOS E PRESTAÇOES EIRELI. CNPJ: 28.352.922/0001-87, com valor de R$ 247.691,00.
Empresa: WILLIAN JOSE SIQUEIRA. CNPJ: 07.033.321/0001-31, com valor de R$ 343.001,00.

A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Maiores informações: https://quirinopolis.go.gov.br/ e Sala de Licitação – situada à Praça dos Três Poderes, nº 88, Centro, CEP: 75860-000, Quirinópolis-GO. Telefone: (64) 3615-9100, em horário de expediente.

Quirinópolis - Goiás, em 10 de maio de 2022.
FILLIPE EMANUEL SICUPIRA MARTO
Pregoeiro

15487

Prefeitura Municipal de Morrinhos - Estado de Goiás
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2022

Empresas vencedoras: Welton Goncalves Da Silva; Marinho Juvenil Ribeiro; Keila Menezes Dos Santos Candido; Valdyleu Candido Da Silva; Leonardo Candido Da Silva; Irene Martins Vieira; Marivaldo Olimpio Barbosa; Maria Jaciele Oliveira Rodrigues. Morrinhos, 16 de maio de 2022.
Iluska Luiza de Oliveira - Pregoeira

A empresa **Dourados Cascalho e Máquinas LTDA**, CNPJ: 42.258.670/0001-52, torna público que requereu à Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Meio Ambiente de Abadia de Goiás, a licença de renovação de operação para atividade de extração de cascalho, na Fazenda Dourados, zona rural, Abadia de Goiás - GO

15497

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE ANÁPOLIS – UASG 989221
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2022

A Secretária Municipal de Integração Social, Esporte, Cultura e Lazer, em face da realização do Pregão Eletrônico Pregão Eletrônico nº 029/2022, que objetivou a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE EQUIPE DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, ESPORTE E CULTURA,** conforme as solicitações n°. 000123/2022 e 000124/2022 da Secretaria Municipal de Integração Social, Esporte, Cultura e Lazer, constantes no processo administrativo nº 000013455/2022, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XXII da Lei Federal nº. 10.520/2002, decide **HOMOLOGAR** a adjudicação realizada pela Pregoeira, do objeto da presente licitação, à empresa abaixo relacionada pelo valor unitário do item: **1) TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA** – Inscrita no CNPJ sob o nº 14.234.954/0001-73: **ITEM 002** R$ 133.500,00; **DESERTOS**: 001; 004; **FRACASSADOS**: 003. GABINETE DA SECRETÁRIA, em 11 de maio de 2022.

ANDREA FERREIRA LINS
Secretária Municipal de Integração Social, Esporte, Cultura e Lazer

15485

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DL Participações Ltda., CNPJ: 05.230.403/0001-40, com sede na Av. Comercial, Qd. 01, Lt. 10, Sala 03, Setor Central, Cep: 75.345-000, Abadia de Goiás/GO e **Viver Bem Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. CNPJ: 09.167.467/0001-03**, com sede na Av. T-1, N. 1536, sala 107, Gal. Donato Ferreira, St. Bueno, Goiânia/GO, pelo presente edital vem, em última notificação, intimar os Promitentes Compradores abaixo citados, todos do **Residencial Maria Oliveira**, estando em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da terceira e última publicação deste edital, efetue a purgação da mora, mediante o pagamento das importâncias relativas às parcelas vencidas e não pagas, devendo ser acrescido das parcelas que vencerem até o efetivo pagamento, devidamente atualizadas, além dos encargos legais, inclusive tributos, as despesas de intimação e publicação de edital e os emolumentos, sob pena de rescisão dos contratos de Compromisso de Compra e Venda firmado entre as partes, conforme art. 32 da Lei 6.766/79: **Quadra 03, Lote 17**: Lindomar Queiroz da Silva Barbosa, CPF: 029.857.841-74 e Gleise Carla Barbosa Bonfim Queiroz, CPF: 015.991.621-64; **Quadra 03, Lote 20**: Juliana Paula Bezerra de Matos, CPF: 142.889.527-27 e Jose Nildo Erickson Vasconcelos de Matos, CPF: 728.398.721-53; **Quadra 04, Lote 15**: Renato Lopes dos Santos, CPF: 967.317.291-91 e Andrielly Moura de Jesus Lopes, CPF: 016.138.021-29; **Quadra 07, Lote 18**: Milton Luiz Pereira, CPF: 530.615.601-06; **Quadra 10, Lote 06**: Maria das Graças de Souza Oliveira, CPF: 988.151.641-20 e Divino Aprigio Saturnino, CPF: 814.915.301-20; **Quadra 11, Lote 17**: Lidiane Galvão de Sousa, CPF: 775.912.672-72; **Quadra 12, Lote 02**: Junior de Sousa Costa, CPF: 041.058.823-76 e Francilene Passos Mascarenhas, CPF: 038.645.053-64; **Quadra 12, Lote 06**: Rosineide Pereira dos Santos, CPF: 842.185.411-91; **Quadra 13, Lote 01**: Douglas Marinho Costa, CPF: 036.989.321-21; **Quadra 14, Lote 14**: Nycolle Nascimento Mendonça, CPF: 053.089.371-17 e Thiago de Andrade Silva, CPF: 014.825.601-51; **Quadra 15, Lote 33**: Cristiane Fernandes da Silva, CPF: 755.756.711-00 e Jova Mauricio da Silva, CPF: 017.809.971-67; **Quadra 17, Lote 22**: Josias Bispo dos Santos, CPF: 800.975.451-04; **Quadra 18, Lote 01**: Ilson Pereira dos Santos, CPF: 012.711.831-45, Cleidiane Batista da Silva Leite, CPF: 012.465.491-66 e Vilma Pereira dos Santos, CPF: 010.007.101-57; **Quadra 18, Lote 08**: Jose Eduardo de Freitas Lacerda, CPF: 350.510.511-20 e Izabel Cristina da Silva Lacerda, CPF: 508.718.971-72; **Quadra 21, Lote 10**: Maria Alves da Silva, CPF: 196.560.681-49 e Walteir Alves Pires, CPF: 826.180.111-04; **Quadra 22, Lote 05**: Manoel Isidorio de Sousa, CPF: 333.779.103-44 e Iracema Oliveira Costa, CPF: 515.990.313-53; **Quadra 22, Lote 18**: Luylkson Furtado Souza, CPF: 037.255.971-97; **Quadra 23, Lote 14**: Wesley Fernandes Gonzaga, CPF: 034.248.501-60 e Patrícia Morgana dos Santos Souza Gonzaga, CPF: 701.087.461-19; **Quadra 26, Lote 12**: Valter de Oliveira Filho, CPF: 041.709.001-38 e Antônia Joice Cosme Lira, CPF: 004.814.602-17; **Quadra 27, Lote 30**: Dinilson Bibikow, CPF: 370.995.401-06 e Aparecida Gonçalves Pereira Bibikow, CPF: 883.099.671-87; **Quadra 29, Lote 13**: Jacira Farias da Silva, CPF: 825.547.571-00;

15446

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIRINÓPOLIS
AVISO DE REABERTURA DO CERTAME, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

O **Fundo Municipal de Saúde de Quirinópolis**, Estado de Goiás, por meio da Presidente da CPL e Membros, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que a **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**, o qual tem por objeto a **Empreitada Global para Reforma no prédio do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, sob a supervisão do Fundo Municipal de Saúde de Quirinópolis, com área de Reforma: 102,47 m², conforme especificações do Termo de Referência, Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma e demais documentos anexos ao processo,** conforme descrito no Edital e Anexos da Tomada de Preços nº 006/2022, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que a sessão pública de abertura marcada para o dia 13/05/2022, às 09h00min, está **ADIADA**, em razão do não comparecimento de nenhuma empresa licitante interessada na presente sessão pública. Neste sentido, fica a data de **REABERTURA** do certame postergada para o dia **02/06/2022** às 09h00min no mesmo endereço indicado no edital da Tomada de Preços nº 006/2022. Sem nenhuma mudança a mais. Os interessados poderão obter o Edital no site: https://quirinopolis.go.gov.br/.

Quirinópolis - GO, aos 16 dias do mês de maio de 2022.
DIENE ANDRESSA SILVA MARCELINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

15498

Jorge Siqueira de Rezende, CPF: 101.507.491-04, toma público que REQUEREU junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mineiros (SEMMA), a obtenção do Registro de Agricultura de Sequeiro, Registro de Corte de Árvores Isoladas e Autorização de Uso Alternativo do Solo, na Fazenda Matrinchã, Lugar Denominado Barra da Demanda, sentido Portelândia, percorrer por 43,00 Km, virar a direita em uma estrada de chão batido, percorrendo por mais 2,10 Km e já estará dentro da propriedade rural, Mineiros, Goiás, com área de 431,3893 hectares. 15499

AVISO DE EDITAL EDITAL SIMPLIFICADO Nº 001/2022-IGPR-CRE O INSTITUTO DE GESTAO POR RESULTADOS-IGPR, gestor do COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE, situado na cidade de Goiânia/GO torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o Edital Simplificado nº 001/2022-IGPR/CRE, **processo de seleção para aquisição de moveis para a sede do Complexo Regulador Estadual (CRE)**. Os interessados deverão acessar o edital e seus anexos disponíveis no site: www.crego.org.br/transparência 15478

VAGAS DE EMPREGO E ESTÁGIO

EMPREGOS

CONSULTOR DE MERCADO
SUPERVISOR DE VENDAS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ANALISTA DE PCP
WEB MARKETING
RECEPCIONISTA
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
CONSULTOR(A) DE ATENDIMENTO ADVISER

Para concorrer às oportunidades de emprego anunciadas pelas empresas parceiras cadastre seu currículo GRATUITAMENTE, acesse: www.ielgo.com.br/emprego. Clique na opção "Cadastrar Currículo."

ESTÁGIOS

Vagas por Área:

ADMINISTRAÇÃO
ENSINO MÉDIO
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
TÉCNICO EM QUÍMICA
TÉCNICO EM ALIMENTOS

Para contato, disponibilizamos o número de whatsapp (62) 9.9852-4246 ou (62) 9.9624-3600 de 2 a 6 feira das 08:00 as 18:00 hrs.

Para concorrer à vaga é necessário ter o currículo cadastrado gratuitamente no site (www.ielgo.com.br/estagio), clique em: "Quero me cadastrar."

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL — FIEG IEL

SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A - SANEAGO

Companhia Aberta - CVM 01918-6 - CNPJ: 01.616.929/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentários da administração para o período findo em 31 de dezembro 2021 comparado com o mesmo período de 2020.

Valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Destaques de 2021 Perdas e Receita

- Índice de Perdas de Água de 27,13% no fechamento de 2021.
- Elevação de economias de Água em 59 mil, representando 2,39% e, e esgoto 73 mil, representando 5,11% entre 2020/2021.
- Índice de atendimento de esgoto saindo de 64,71% em 2020 para 67,09% nos 12M2021. No 4T2021 o incremento foi de 0,58%.
- Negociação de débitos com Estado de Goiás com recebimento líquido de R$ 109 milhões.
- Aprovação da revisão tarifária em 8,85% a partir de 03/02/2022.
- Emissão do Relatório do Auditor Independente, Demonstrações Contábeis do 4T2021, sem opinião modificada.
- Elevação da Receita líquida em 2,33% nos 12M2021 comparado com 12M2020.

1 – Desempenho Operacional

Tabela 1 – Dados Gerais de Atendimento

INDICADORES OPERACIONAIS	Unid.	12M2021	12M2020	Var. (%)
População Atendida	Mil.	5.921	5.829	1,58%
Índice de Atendimento	%	97,71%	97,45%	0,27%
Ligações	Mil.	2.334	2.270	2,82%
Economias	Mil.	2.531	2.472	2,39%
Extensão de Rede	Km	32.240	31.277	3,08%
População Atendida	Mil.	4.065	3.871	5,01%
Índice de Atendimento Esgoto	%	67,09%	64,71%	3,68%
Índice de Atend. Esgoto Tratado	%	93,57%	93,13%	0,47%
Ligações	Mil.	1.336	1.261	5,95%
Economias	Mil.	1.502	1.429	5,54%
Extensão de Rede	Km	14.790	13.287	11,31%

Tabela 2 – Volumes produzidos/faturados/tratados

INDICADORES OPERACIONAIS	Unid.	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Volume Faturado	mil m³	72.504	75.004	-3,3%	289.078	281.551	2,7%
Volume Produzido	mil m³	97.866	100.385	-2,5%	394.981	392.809	0,6%
Volume Faturado de Esgoto	mil m³	45.464	45.768	-0,8%	179.132	172.183	4,0%
Volume Esgoto Tratado	mil m³	42.566	42.551	0,0%	167.588	159.757	4,9%

No ano de 2021, a Companhia expandiu os sistemas de água e esgoto pelo estado atingindo 97,71% da população atendida com água, contando com um incremento de 2,39% nas economias. Já com o sistema de esgoto a população atendida passou de 64,71% para 67,09% neste fechamento de 2021 com um incremento de economias de 5,11%.

1.1 Desempenho de pessoal

A Companhia possui hoje 5.751 empregados em todo o estado de Goiás que são responsáveis por 4.041 mil economias de Água e Esgoto. A produtividade do quadro de pessoal, medido pela razão entre a quantidade de economias (água + esgoto) e o número de empregados, passou de 670 Economias/Empregados para 703 Economias/Empregados no 4T2021, o que evidencia melhoria na eficiência de 4,86%, ocasionado prioritariamente pela expansão da carteira de clientes no período decorrente do aumento do n° de economias, além da redução de empregados.

Gráfico 1 – Desempenho por empregado

2. Área de atuação e Concessões

A Companhia opera em Sistemas de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgotos no Estado de Goiás atuando em 226 dos 246 municípios do estado dos quais 62 possuem Contrato de Programa e 164 Contratos de Concessão. A operação da Companhia garante nesses municípios atendidos maior qualidade de vida zelando pela saúde dos goianos.

Tabela 3 – Área de atuação

Contratos de Programa e Concessão	Unid.	12M2021	12M2020	Participação na Receita %
Total de Municípios Atendidos pela Saneago	**Nº**	**226**	**226**	**100%**
Total de Municípios Contrato de Programa	Nº	62	62	71,18%
Total de Municípios Contrato de Concessão Ativos	Nº	86	84	13,82%
Total de Municípios Contrato de Concessão Vencidos	Nº	78	80	15,01%

Verifica-se da tabela acima que houve um incremento dos contratos de concessão ativos, passando de 84 para 86. Essa situação ocorreu devido a prorrogação automática expressamente prevista em 12 contratos de concessão desta Companhia. No entanto, outros 10 (dez) contratos tiveram seu prazo expirado sem prorrogação.
Ressalta-se que, mais de 71% do faturamento da companhia é proveniente de 62 contratos de programa que possuem vencimento entre 2037 e 2050. O prazo médio de vencimento global dos contratos é de 20 anos (ponderado pelo % sobre o faturamento de 2021).

Tabela 4 – Ranking de faturamento por cidade

Ranking	Cidades	Vencimento	(%) Receita	Tipo de Contrato
1º	Goiânia	12/2049	36,57%	Programa
2º	Anápolis	02/2050	7,19%	Programa
3º	Aparecida De Goiânia	11/2041	4,12%	Programa
4º	Valparaíso De Goiás	11/2048	2,60%	Programa
5º	Rio Verde	11/2041	2,41%	Programa
6º	Luziânia	12/2045	2,11%	Concessão
7º	Formosa	03/2025	2,04%	Concessão
8º	Itumbiara	02/2025	1,75%	Concessão
9º	Planaltina	04/2030	1,52%	Programa
10º	Trindade	11/2041	1,38%	Programa
Total			61,70%	-

Verifica-se da tabela acima que os 10 municípios com maior faturamento representam 61,70% da receita da Companhia, destaque para Goiânia e Anápolis que representam 43,76% do faturamento total e possuem vencimentos em Dezembro/2049 e Fevereiro/2050, respectivamente.

Tabela 8 - Reconciliação do EBITDA ajustado:

Reconciliação do EBTIDA Ajustado	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
EBTIDA (+)	148.007	160.265	-7,65%	599.756	650.571	-7,81%
Provisões/Reversões (+)	(71.049)	29.064	-344,46%	20.403	96.298	-78,81%
Ebtida Ajustado	76.958	189.328	-59,35%	620.158	746.869	-16,97%

6.2 EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado, calculado desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Recuperação de Créditos contábeis, que comprovadamente não tenham efeito caixa, conforme descrito na tabela 6, foi mensurado para o 4T2021 no valor de R$ 76.958 representando uma redução de 59,35% frente ao mesmo período do exercício anterior. Em 2020 havia sido registrado saldo devedor de Provisões o que apresentou impacto positivo no Ebtida Ajustado fato que não ocorreu em 2021 visto que o saldo de Provisões foi um montante credor de R$ 71.049.
Ressalta-se que, apesar da ausência de recomposição do Provisionamento da Part. De empregados nos lucros, essa ocorreu em montante de R$ 35.246. No entanto, foi registrada no grupo de Provisões, diferentemente do exercício 2020 em que fora registrada em Outras Receitas/Outras Despesas.

6.3 Margem EBITDA Ajustado

A relação entre o EBITDA Ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) no 4T2021 foi de 12,64% frente os 30,59% apurados no mesmo período do ano anterior. Na análise acumulada (12M2021) esse percentual chegou a 25,56%.

6.4 Custos e Despesas

6.4.1 Pessoal – O gasto apurado com pessoal no 4T2021 totalizou R$ 333.719, representando uma elevação de 19,88% em relação ao mesmo período em 2020. Essa elevação ocorreu em razão da concessão da data base da categoria com reposição da inflação em 8,9% a partir de junho/2021. No entanto, os valores devidos de junho a setembro foram pagos apenas em outubro ocasionando esse montante elevado no 4T2021.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 8,29%, também impactada pela data-base.

6.4.2 Material – Os gastos com materiais apresentaram elevação de 8,66% no 4T2021. O grupo de materiais de Manutenção do Sistema apresentou redução de 35%, um montante de R$ 2.244 mil relativo a Imobilização de valores referentes a recuperação de bombas resultando em aumento da vida útil das mesmas e também a utilização do Almoxarifado Virtual que será detalhado no item 6.4.4. No entanto, apesar dessa redução, houve elevação do custo com combustíveis que saiu de R$ 3.724 mil no 4T2020 para R$ 5.816 mil neste 4T2021, um reflexo do aumento em mais de 40% do custo dos combustíveis no país.

Além dos combustíveis, houve também elevação da utilização de materiais de tratamento em razão de um período chuvoso mais elevado implicando em uso de químicos para limpeza da água captada. Esses gastos saíram de R$ 8.069 no 4T2020 para R$ 10.161 neste 4T2021.

Na análise acumulada, 12M2021, houve redução de 6,72% pois, apesar da elevação dos custos de combustíveis, conforme relatado anteriormente desde maio há redução dos custos com Materiais de Manut. Do Sistema.

6.4.3 Energia Elétrica – O custo com energia elétrica totalizou no 4T2021 R$ 75.997, uma elevação de 29,76% ante 2020. Essa alteração é reflexo do reajuste tarifário da energia elétrica em outubro de 2021 em percentual médio de 14,21%. Não obstante, há também reflexo da desoneração relativa ao decreto n° 9.642/2018 que revogou o desconto de 15% sobre o valor da fatura que a companhia possuía. Esse desconto vem sendo suprimido gradualmente nos meses de outubro de cada ano e, em outubro de 2021 houve a supressão de mais 3% desse desconto. Não obstante, a partir de 29/06/2021, conforme Resolução da ANEEL, a tarifa da bandeira vermelha foi majorada em 50%.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 14,15% em razão do reajuste citado anteriormente.

6.4.4 Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação em 26,72% no 4T2021. A principal variação está na implantação do Sistema de Almoxarifado Virtual e no Grupo de Profissionais Pessoa Jurídica.
Em relação ao Almoxarifado Virtual, a Companhia contratou serviço de gerenciamento logístico responsável pela aquisição de materiais e entrega dos suprimentos nos diversos escritórios da Companhia. No 4T2021 foi gasto com esse serviço um total de R$ 6.661 mil.

3. Crise hídrica e melhorias operacionais

3.1 Índice de Perdas

Em 2021 vivenciamos ainda reflexos da Pandemia do Novo Coronavírus que ocasionou mudanças nos comportamentos da população e até mesmo alterações nas formas de consumo de nossos serviços. Apesar disso, a Companhia manteve seu compromisso e sua atuação ininterrupta em toda essa fase, inclusive com melhorias operacionais e redução de perdas.

Além da Pandemia, em 2021 tivemos o desafio de, apesar da atual situação de crise hídrica nacional, manter o fornecimento de água com qualidade e regularidade para os mais de 5,8 milhões de goianos. Por meio de medidas preventivas tomadas desde 2020 conseguimos garantir esse abastecimento sem maiores prejuízos à população, podendo citar:

- Interligação de 28 poços em 22 municípios;
- Projeto de Recomposição Florística da bacia do Meia Ponte realizado com recursos do FSA - Fundo Sócio Ambiental da Caixa;
- Instalação da ETA Compacta no município de Anápolis com capacidade para produção de 150 litros de água por segundo;
- Instalação de controladores Day-Night;
- Integração dos Sistemas João Leite e Meia Ponte com incremento de 800 Litros por segundo de água disponibilizada na região da Grande Goiânia;
- Ações de Marketing com a Campanha Estiagem 2021 - Água: use bem, que todo mundo tem, Projeto Consumo Consciente – Grupo Jaime Câmara de Comunicação (TV Anhanguera, O Popular e G1, e Projeto Cidadão Consciente. #EuCuidoDeGoias – Record Goiás e TV Sucesso Jataí, todas veiculadas em rádio, TV, jornais.

Além disso, foi publicado pelo Governo do Estado de Goiás o Decreto Estadual n° 9872/2021 que instituiu cenário de emergência hídrica nas bacias do Rio Meia Ponte, em Goiânia e do Ribeirão Piancó, em Anápolis. Essa situação visa priorizar a utilização da água para consumo humano e dessedentação animal.

A companhia encerrou o exercício de 2021 com um índice de perdas de 27,13%. Segundo levantamento do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) 2020, a Saneago é a única Companhia regional do país com índice inferior a 30%.

Esse percentual é fundamental para aumentar o volume disponível para consumo e ainda reduz os custos com produção/distribuição de água, principalmente durante o período de escassez hídrica.

Gráfico 2 –Índice de Perdas.

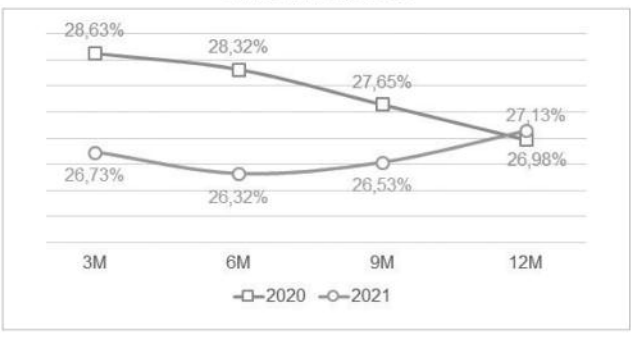
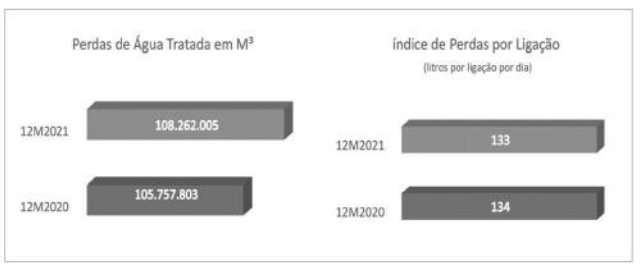


Gráfico 3 e 4 – Perdas de Água em m³ e por Ligação



Para atingir esse percentual, dentre outras ações, destaca-se a recuperação de 209.696 vazamentos além da substituição de 99 mil hidrômetros.

Desta forma, além de garantir a otimização da água produzida, o combate a perdas foi fundamental para o período crítico de escassez hídrica em 2021.

3.2 Projeto de Aquisição de energia do mercado livre

O cenário da crise hídrica no país também impacta o setor elétrico em 2021, que responde por aproximadamente 12,8% de nossa despesa total. Com intuito de reduzir esse gasto e contribuir para utilização sustentável da energia, a Companhia realizou a contratação de aquisição de energia pelo Mercado Livre que tem como objetivo fornecer energia para parte dos sistemas de Goiânia (Booster Cascalho), Rio Verde (Booster Abóbora e Jataí (Captação, ETA e EAT). A utilização dessa modalidade de aquisição começou no mês de março de 2022.

3.3 Projeto de Substituição do parque de hidrômetros

Com relação a melhoria tecnológica de medição de água também destacamos a implementação de hidrômetros volumétricos: equipamentos que possuem uma tecnologia, ou modo de funcionamento mais eficientes. O resultado é a diminuição da imprecisão da medição, redução do índice de perdas de água na distribuição (Perda Aparente), além de auxiliar no fomento do uso consciente da água pelo controle mais preciso do consumo, entre diversos outros benefícios.

O 1º ciclo do projeto dos medidores volumétricos teve início em março/2020 e conclusão em fevereiro/2021, com o recebimento e distribuição de mais de 220.000 hidrômetros para a operação.

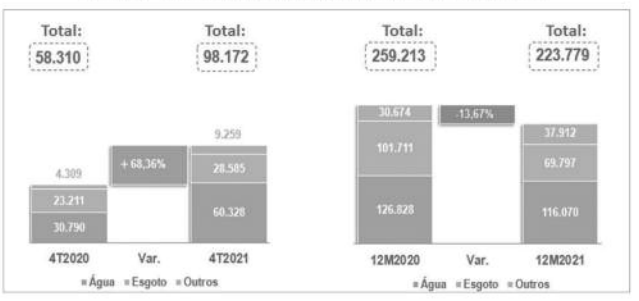
O 2º ciclo, o qual teria início em maio/2021, sofreu com o impacto da segunda onda da pandemia do Covid-19, somados a falta de fornecimento do equipamento, sendo recebido e trocado apenas 10.000 hidrômetros desta tecnologia.

Têm-se o planejamento do recebimento de 341.000 hidrômetros volumétricos em 2022 a partir do mês de março, e, 249.000 medidores volumétricos em 2023, completando-se o 2º ciclo do projeto com um total de 600.000 hidrômetros.

4. Investimento

Os investimentos realizados no 4T2021 somaram R$ 98.172, conforme Gráfico 5. Deste montante, 61,45% foram investidos em sistemas de abastecimento de água, enquanto 29,12%, foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, o restante 9,43% foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros. Destaca-se neste 4T2021 o aporte de R$ 47.602 mil realizado pela Saneago junto ao Consórcio Corumbá, mantido entre Saneago e CAESB para a construção e operação do Sistema Produtor Corumbá na região do entorno do DF.
Os Investimentos totais nos 12M2021 foram de R$ 223.779 ante R$ 259.213 de 2020. A redução do volume de investimentos foi provocada pelo insucesso de licitações no 2° semestre de 2020, motivadas principalmente pela alta dos preços de materiais da construção civil, um dos efeitos da Pandemia do COVID19. Dentro do Grupo ''Outros' está aquisição de bens não destinados a Sistemas de Água e Esgoto como aquisição de veículos, computadores, construções de áreas administrativas, softwares e estoque de obras.

Gráfico 5 – Volume de Investimentos por Sistema no 12M2021 e 4T2021



4.1 Investimentos entregues neste ano de 2021:

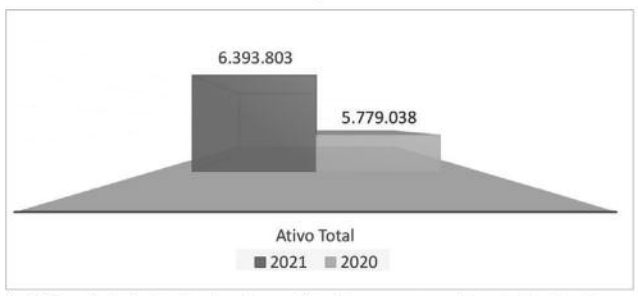
Neste ano de 2021 a Companhia entregou 8 (oito) obras de ampliação de sistemas SAA e SES, sendo elas:

- Construção e montagem da ETA Compacta na cidade de Anápolis. Ampliação da produção de água em 150 litros por segundo a partir de agosto de 2021. Valor investido: R$ 3,5 milhões;

7. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao ano de 2021 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

Gráfico 6 – Evolução do Ativo Total



Em 2021 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas do ativo circulante que foi acrescido em 50%, variação que decorreu principalmente da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 250.000 mil. Dessa forma, houve uma elevação na liquidez corrente, que passou de 1,101 no encerramento do exercício de 2020 para 1,8464 no fechamento de 2021. Além disso, houve elevação de capital de terceiros em 87,77% no encerramento do exercício de 2020 em comparação a 90,47% no fechamento de 2021.

7.1 Ativo

Gráfico 7 – Estrutura do Ativo –2021

7.1.1 Ativo Circulante

7.1.1.1 Disponibilidades – As disponibilidades de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras apresentaram uma elevação de R$ 401.084, saindo de um caixa e equivalente de caixa na ordem de R$ 168.144 no encerramento do exercício de 2020 para R$ 569.228 no fechamento de 2021. A maior parte da elevação do saldo se deve a 9ª Emissão de Debêntures em valor de R$ 250.000 mil. Além disso, houve também, como já mencionado no item 6.4.8, o recebimento de R$ 18.587 mil a título de indenização por danos morais e materiais relativo ao represamento do rio Corumbá que ocasionou a inundação de uma obra na antiga captação Corumbá. Ressalta-se, ainda, a elevação em 13,71% da arrecadação no ano de 2021 em relação ao ano anterior, chegando a R$ 2.834.732 mil em 2021 ante R$ 2.504.842 em 2020.

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia (Região Noroeste - Setores Jardim Petrópolis, Nova Esperança e adjacências) com 129,3 km de redes coletoras de esgoto. A população atendida com esgotamento sanitário em apenas 77% passou para 79%, disponibilizando 7.946 ligações. Valor Investido: R$ 16 milhões;

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia (Linhão Central - Etapa 01 - Booster Cascalho) com incremento de vazão de 800 L/s para 1.000 L/s. Valor Investido: R$ 7,1 milhões;

- Ampliaç ão do Sistema de Abastecimento de Água de Aparecida Goiânia (Linhão Central - Etapa 02 - AAT Parque Amazônia - Vila Oliveira, AAT Veiga Jardim - Morada dos Pássaros, CR Vila Oliveira, Redes de distribuição de água) com 12,9 km de adutoras e 24,3 km de redes. A população atendida em 82% passou para 85%, disponibilizando 4.638 ligações. Valor Investido: R$ 27,7 milhões;

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Iporá com 149,7 km de redes coletoras de esgoto. A população atendida com esgotamento sanitário em 52% passou para 80%, disponibilizando 7.878 ligações. Valor Investido: R$ 36,5 milhões;

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porangatu com 178 km de redes e 95% de remoção as impurezas no tratamento de resíduos. A população atendida com esgotamento sanitário em apenas 10% passou para 75%, disponibilizando 8.192 ligações. Valor Investido: R$ 29,5 milhões.

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pirenópolis com 18,7 km de redes e 95% de remoção as impurezas no tratamento de resíduos. A população atendida com esgotamento sanitário em 0% passou para 20%, disponibilizando 1.178 ligações. Valor Investido: R$ 8,9 milhões;

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vianópolis com 62,9 km de redes e 95% de remoção as impurezas no tratamento de resíduos. A população atendida com esgotamento sanitário em 0% passou para 66%, disponibilizando 3.214 ligações. Valor Investido: R$ 14,1 milhões.

5. Desempenho Financeiro - Receitas

Atualmente cerca de 66% das Receitas da Companhia são provenientes da exploração dos Sistemas de Água e 34% de Sistemas de Esgoto, conforme gráfico a seguir:

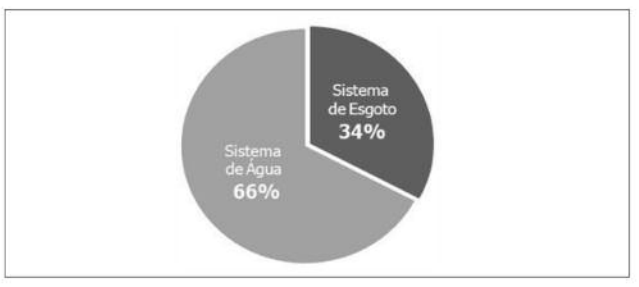


Tabela 06 Receita de Serviços de Água e Esgoto

RECEITA BRUTA DE SERV DE ÁGUA E ESGOTO						
Receita por Tipo de serviço	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Água Residencial	299.983	318.224	-5,73%	1.212.667	1.203.447	0,77%
Tarifa Social	1.014	1.084	-6,46%	4.135	4.331	-4,53%
Comercial	41.066	40.168	2,24%	154.372	142.113	8,63%
Industrial	10.126	10.596	-4,44%	39.587	37.718	4,96%
Pública	21.443	19.865	7,94%	79.238	78.724	0,65%
Receitas Indiretas de Serv.	3.679	2.992	22,96%	12.929	11.214	15,29%
Tarifa Mínima Fixa	68.480	67.571	1,35%	272.196	269.490	1,00%
Receita a faturar	(4.260)	(3.946)	7,96%	1.957	5.227	-62,56%
Subvenção social	35	-	-	35	-	-
Total Água	441.566	456.554	-3,28%	1.777.116	1.752.264	1,42%
Esgoto Residencial	144.220	151.544	-4,19%	581.671	567.889	2,43%
Tarifa Social	474	493	-3,85%	1.920	1.935	-0,78%
Comercial	31.630	30.452	3,87%	119.408	111.328	7,26%
Industrial	4.547	4.543	0,09%	17.739	17.326	2,38%
Pública	13.202	12.397	6,49%	49.813	49.638	0,35%
Receitas Indiretas de Serv.	9.722	924	952,16%	23.769	12.780	85,99%
Tarifa Mínima Fixa	23.576	22.878	3,05%	93.186	90.199	3,31%
Receita a faturar	-	-	0,00%	675	1.915	-64,75%
Total Esgoto	227.371	223.231	1,85%	888.181	853.010	4,12%
Receita Bruta Total (Água + Esgoto)	668.937	679.785	-1,60%	2.665.297	2.605.274	2,30%
Deduções	(62.687)	(63.607)	-1,45%	(249.503)	(244.374)	2,10%
Receita de serviços de água e esgoto	606.250	616.178	-1,61%	2.415.794	2.360.900	2,33%

No 4T2021 a Companhia registrou redução de 1,60% na Receita Bruta de Serviços de Água e Esgoto, na análise acumulada (12M2021) essa variação foi positiva de 2,30%, mesmo sem a aplicação de reajuste tarifário no período. Nesse período a Companhia expandiu suas ligações de água em 2,83% e de esgoto em 5,95%.
Em relação à variação do 4T2021, destaca-se que em 2020, em razão da Pandemia, houve elevação do consumo residencial em montante muito superior ao que era consumido pela população nas categorias comercial e pública, ou seja, com a retomada das atividades comerciais em grande escala, principalmente após maio de 2021, não se verificou a transferência do consumo de forma integral da categoria residencial para comercial e pública.
Portanto, conclui-se que no ambiente residencial, o consumo é superior ao que a população consumiria no ambiente laboral, sendo essa razão para, apesar da expansão dos clientes em 2021, o percentual total da Receita Bruta no 4T2021 ser inferior ao percentual de incremento de ligações.
Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi superior, 2,30%, no entanto ressalta-se que até o mês de maio as restrições de circulação da população eram similares às de 2020. Ressalta-se ainda a expansão da carteira de clientes evidenciada pelo aumento de ligações que, mesmo sem reajuste tarifário, contribuiu para uma receita líquida superior à de 2020 na análise acumulada.

6. Desempenho Financeiro - EBTIDA

Tabela 7 Desempenho do Resultado Financeiro

Desempenho do Resultado Financeiro	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Receita Total Líquida (+)	608.983	618.863	-1,60%	2.426.008	2.371.763	2,29%
Pessoal (-)	(333.719)	(278.366)	19,88%	(1.109.707)	(1.025.045)	8,26%
Material (-)	(21.810)	(20.071)	8,66%	(80.776)	(86.596)	-6,72%
Terceiros (-)	(58.499)	(46.164)	26,72%	(214.519)	(181.962)	17,89%
Energia Elétrica (-)	(75.637)	(58.290)	29,76%	(245.716)	(215.252)	14,15%
Gerais (-)	(24.879)	(7.830)	217,74%	(48.917)	(22.033)	122,02%
Remuneração de Concessão (-)	(19.460)	(19.567)	-0,55%	(75.156)	(73.757)	1,90%
Despesas Tributárias (-)	(1.987)	(1.744)	13,93%	(23.393)	(15.695)	49,05%
Provisões/Reversões (-)	71.049	(29.064)	-344,46%	(20.403)	(96.298)	-78,81%
Outras Receitas/Despesas (-)	3.966	2.498	58,77%	(7.666)	(4.554)	68,34%
Amortização/Depreciação (-)	(26.073)	(29.671)	-12,13%	(115.531)	(118.162)	-2,23%
Total de custos e despesas (=)	(487.050)	(488.269)	-0,25%	(1.941.784)	(1.839.354)	5,57%
Resultado Financeiro (-)	15.752	(2.606)	-704,45%	3.750	(63.980)	-105,86%
IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (-)	(33.727)	(52.798)	-36,12%	(135.519)	(132.083)	2,60%
Lucro Líquido (=)	103.958	75.190	38,26%	352.456	336.346	4,79%
EBTIDA	148.007	160.265	-7,65%	599.756	650.571	-7,81%
Margem EBTIDA	24,30%	25,90%	-6,16%	24,72%	27,43%	-9,87%
EBTIDA Ajustado	76.958	189.328	-59,35%	620.158	746.869	-16,97%
Margem EBTIDA Ajustado	12,64%	30,59%	-58,69%	25,56%	31,49%	-18,82%

Tabela 7.1 Reconciliação do EBTIDA

Reconciliação do EBTIDA	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Lucro Líquido	103.958	75.190	38,26%	352.456	336.346	4,79%
(-) Amortização/Depreciação	(26.073)	(29.671)	-12,13%	(115.531)	(118.162)	-2,23%
(-) Resultado Financeiro (-)	15.752	(2.606)	-704,45%	3.750	(63.980)	-105,86%
(-) IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (-)	(33.727)	(52.798)	-36,12%	(135.519)	(132.083)	2,60%
(=) EBTIDA	148.007	160.265	-7,65%	599.756	650.571	-7,81%

6.1 EBITDA

O EBITDA da companhia alcançou R$ 148.007 no 4T2021 frente aos R$ 160.265 registrado no mesmo período do ano anterior, perfazendo uma redução de 7,65% em relação ao 4T2020. Neste 4T2021 verificou-se elevação dos custos com energia elétrica em 29,76%, principalmente em razão do reajuste tarifário médio de 14,21%. Ressalta-se ainda a elevação dos custos com Pessoal em 19,88%. Essa elevação ocorreu em razão da concessão da data base da categoria com reposição da inflação em 8,9% a partir de junho/2021. No entanto, os valores devidos de junho a setembro foram pagos apenas em outubro ocasionando esse montante elevado no 4T2021. Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 8,26%. Apesar disso, foi registrado saldo credor de Reversão de Perdas estimadas de Liquidação duvidosa com saldo líquido de R$ 96.872 mil no 4T2021 impactado principalmente pelo acerto realizado com Estado de Goiás com quitação de débitos que, após desconto de 90% dos juros e multas, chegou a R$ 109.206 mil.

A relação entre o EBITDA sobre o faturamento líquido no 4T2021 foi de 25,56% frente 25,90% apurados no mesmo período do ano anterior. Na análise acumulada (12M2021) o percentual chegou a 25,56%.
Já em relação à 2ª fase, a mesma consiste na elaboração de estudos de viabilidade e um plano de captação para demonstrar a capacidade de cumprir os investimentos necessários para universalização dos serviços. Visando ao atendimento desta, a Companhia realizou a contratação da Consultoria EY (Ernst &Young) com vistas a auxiliar a Companhia nas comprovações exigidas pelo Decreto Federal n° 10.710 de 31 de maio de 2021. Os trabalhos foram finalizados no dia 16 de dezembro de 2021 e a Consultoria EY atestou que a Companhia cumpre com os requisitos de adequabilidade na data-base de 31/12/2020, demonstrando que atende aos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, assim como demonstrou que o valor presente líquido do fluxo de caixa global dos contratos regulares é superior a zero e que o plano de captação da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade, conforme disposto no Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, como determina o Novo Marco Legal do Saneamento Básico ("Lei nº 14.026/2021").
Em relação a regionalização trazida pela nova legislação, o Estado tinha a obrigação de promover a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo os 246 municípios, até a data limite de 15 de julho de 2021, sob pena de a União o fazer.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o Estado realizou nos dias 12 e 13 de julho, nas cidades de Anápolis e Goiânia, audiências públicas para apresentação da proposta de regionalização dos serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás. O Projeto de Lei Complementar (PLC) em discussão institui as microrregiões de saneamento básico do Centro-Oeste e Centro-Leste no Estado e suas respectivas estruturas de governança. O processo de regionalização foi protocolado pelo Estado de Goiás junto à Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021 ao qual será objeto de debates pelos Deputados Estaduais.
Dessa forma, a Companhia tem se adaptado institucionalmente para este novo cenário. Dentre as ações empreendidas para essa adaptação, destacam-se: (i) criação de unidade especializada para coordenar processos para a participação em procedimentos licitatórios e para o cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; (ii) aditamento dos contratos para adaptá-los às metas estabelecidas na nova lei; e (iii) reforma de sua lei de criação (Lei Estadual nº 6.680/1967), a fim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias e constituição de sociedade de propósito específico, subsidiárias de âmbito local e fundos.

9. Eventos com efeitos no período subsequente

9.1 Plano de Demissão Voluntária 2022
Em dezembro de 2021, a companhia aprovou o Plano de Demissão Voluntária 2022 para empregados aposentados ou não que tenham mais de 10 anos de empresa e que atendam aos requisitos de adesão nos termos da RCA 457 de 2022. As inscrições ocorreram entre os dias 03 e 31 de janeiro de 2022 e 411 empregados aderiram ao Programa. Os desligamentos ocorrerão nos meses de fevereiro e março.

9.2 Aprovação da Revisão Tarifária
No dia 14/12/2021 os colegiados da Agência Goiana de Regulação (AGR) e da Agência de Regulação de Goiânia (AR) aprovaram a Nota Técnica Conjunta nº: 12/2021 - AGR/AR, estabelecendo que o índice de recomposição tarifária será de 8,854%, decorrente da revisão tarifária de - 0,3748% acrescido do IPCA / IBGE de janeiro a novembro/21 que foi de 9,26%. Além disso, o Fator X estimado para o ciclo de 2021- 2024 será de 0,9112%.
Posteriormente foram editadas as Resoluções n° 185/2021 (AGR) e n° 005/2021 (AR) informando que os novos preços serão implementados a partir de 03/02/2022.

10. Participação Acionária

A Companhia apresenta na posição do 4T2021 o Estado de Goiás como seu acionista majoritário, sendo possuidor de 67,22% das ações totais da companhia.

Tabela 12 – Participação acionária

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695	354.992.364	54,7287	1.691.128.165	67,2271
GoiásPrev	488.016.887	26,1404	122.637.514	18,9069	610.654.401	24,2752
Goiás Parcerias	42.749.681	2,2899	170.998.719	26,3627	213.748.400	8,4971
Outros	4.005	0,0002	11.396	0,0018	15.401	0,0006
Total	1.866.906.374	100%	648.639.993	100%	2.515.546.367	100%

No mês de julho de 2021 a empresa realizou o pagamento dos dividendos aos acionistas no montante de R$ 79.884 mil, referente ao resultado do exercício 2020, representando a distribuição mínima de 25%, conforme art. 74 do Estatuto Social.

...continuação

...continuação

Ressalta-se que, conforme Comunicado ao Mercado publicado dia 10/01/2022, disponível no portal ri.saneago.com.br, esse contrato se encontra suspenso desde agosto de 2021 e encontra em inspeção visando garantir a maior transparência no processo de governança da Companhia. Já em relação ao Grupo de Profissionais Pessoa Jurídica, registrou-se um valor de R$ 3.509, ante R$ 195 o 4T2020. O principal fator foi o montante de R$ 1.475 mil referente a consultoria especializada da EY para atendimento da 2ª Fase de comprovação da capacidade Econômico Financeira em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 17,89%, impactado principalmente pela utilização do almoxarifado virtual desde o 2T2021.

6.4.5 Gerais – Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de 217% no 4T2021. Essa variação é relativa uma ação judicial de execução do Município de Santo Antônio do Descoberto contra a Saneago em razão de multa ambiental. O valor é de R$ 8.858 mil, sendo R$ 7.911 de indenização e R$ 947 mil de honorários.

Na análise acumulada 12M2021 a variação foi de 122% que, além da ação ocorrida no 4T2021 sofreu impacto do pagamento de R$ 6.825 mil referente a uma multa junto ao Min. Público de Goiás mediante acordo em ação que questionava a cobrança de Hidrômetros pela Saneago ocorrida no 2T2021.

6.4.6 Remuneração de Concessão/Contratual – Os valores pagos às prefeituras em razão de contratos de concessão e programa passam a ter nova metodologia de cálculo prevista nos contratos assinados em Goiânia e Anápolis que representam 82% do total. No 4T2021 registrou-se redução de 0,55% e na análise acumulada, 12M2021, elevação de 1,90% em razão da elevação do faturamento – base para cálculo dessa remuneração.

6.4.7 Tributárias – No 4T2021 esse grupo apresentou elevação de 13,93%. O gasto com maior variação foi o IOF, chegando a R$ 206 mil.

Na análise acumulada, 12M2021, houve variação de 49% relativo a contabilização de R$ 6.047 mil de PIS/COFINS ref. a um parcelamento de R$ 33.963 celebrado em agosto com a Receita Federal em relação ao indeferimento de um processo administrativo no qual a empresa buscava validar créditos utilizados em pagamentos de tributos nos anos de 1999 a 2002, conforme informado no relatório do 3T2021.

6.4.8 Outras Receitas/ Outras Despesas – Esse grupo apresentou elevação de mais de 112,74% positiva no período. A principal variação desse grupo foi o recebimento de R$ 18.587 mil a título de indenização por danos materiais relativos ao represamento do rio Corumbá que ocasionou a inundação de uma obra na antiga captação Corumbá. No entanto, desses R$ 18.587 mil apenas R$ 13.659 foram registrados em Outras Receitas. O restante foi registrado em Correção Monetária no Resultado Financeiro. Além disso, destaca-se ainda que houve a alienação de um imóvel que a Companhia possuía no Mun. De Senador Canedo/GO. O imóvel havia sido adquirido por R$ 2.578 e foi vendido a R$ 6.960.

6.5 Provisão/Reversão/Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos:

Tabela 09 – Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

Reversões (-) Provisões Líquidas	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Perdas Créditos Prescritos	884	(25.874)	-103,42%	(35.541)	(95.020)	-62,60%
Provisão para Contingências	12.479	(3.962)	-414,97%	(87.561)	(3.387)	2485,21%
Perdas Estimadas Liquidação Duvidosa	96.872	35.149	175,60%	93.265	21.791	328,00%
Provisão para Perdas/Estoque	(3.940)	(743)	430,28%	11.046	10.203	8,26%
Perdas estimadas em obras	-	-	-	-	3.750	-100,00%
Provisão Prog. De Part. Resultados (PPR)	(35.246)	(33.635)	-	(1.611)	(33.635)	-
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	**71.049**	**(29.065)**	**-344,45%**	**(20.403)**	**(96.298)**	**-78,81%**

De acordo com a tabela supracitada, identifica-se uma elevação do saldo credor de provisões de mais de 344% entre reversões e provisões do 4T2021, enquanto nos 12M2021 essa variação foi 78,81%. As principais variações foram: a) aumento da provisão com contingências cíveis com o município de Minaçu referente a uma ação ambiental reclassificada de perda possível para provável no trimestre, e novas contingências trabalhistas que somaram cerca de R$ 100 milhões, ambas detalhada no item 28 das notas explicativas; b) Reversão de Perdas estimadas de Liquidação duvidosa com saldo líquido de R$ 96.872 mil no 4T2021 impactado principalmente pelo acerto realizado com Estado de Goiás com quitação de débitos que, após desconto de 90% dos juros e multas, chegou a R$ 109.206 mil, c) Em 2021 ocorreu a reversão da provisão do PLR no valor de R$33.635, sendo realizado o valor de R$33.057 como despesa efetiva (grupo de outras receitas/despesas operacionais). Além disso, foram provisionados R$35.246 referente ao PLR exercício 2021.

6.6 Resultado Financeiro Líquido :

Tabela 10 - Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

Receitas e despesas Financeiras Líquidas						
Descrição	**4T2021**	**4T2020**	**Var. %**	**12M2021**	**12M2020**	**Var. %**
Juros/Multas	40.465	12.770	216,9%	104.795	47.366	121,2%
Correção Monetária	10.894	6.196	75,8%	42.978	22.518	90,9%
Ajuste a Valor Presente	468	(590)	-179,3%	(752)	484	-
Total de Receitas financeiras	**51.827**	**18.376**	182,0%	**147.021**	**70.368**	108,9%
Juros/ Encargos e Outras Despesas	(32.439)	(22.010)	47,4%	(133.246)	(100.596)	32,5%
Correção Monetária	(1.393)	(7.042)	-80,2%	(3.245)	(9.009)	-64,0%
Variação Cambial	(2.283)	8.070	-128,3%	(6.820)	(24.743)	-72,4%
Total de Despesas financeiras	**(36.115)**	**(20.982)**	72,1%	**(143.311)**	**(134.348)**	6,7%
Resultado Financeiro	**15.712**	**(2.606)**	**-702,9%**	**3.710**	**(63.980)**	**-105,8%**

Refletem os resultados relativos aos rendimentos de aplicações financeiras, receitas com variações monetárias e outros valores a receber, despesas com juros sobre operações de empréstimos e financiamentos, variações cambiais bem como despesas com multas e juros moratórios e descontos concedidos.

O resultado apresentado no 4T2021 apresentou saldo credor em R$ 15.712. Esse resultado ocorreu prioritariamente pelo registro de R$ 40.465 mil a título de atualização monetária de recebimento de débitos com poder público no mês de dezembro.

Na análise acumulada o saldo credor foi de R$ 3.710, uma variação de 105% ante 2020. Além do acerto com poder público ressalta-se as negociações com clientes particulares após o retorno do corte de inadimplentes que elevou além dos juros a correção monetária nas negociações.

6.7 Lucro Líquido/Prejuízo

A Companhia registrou lucro de R$ 103.958 neste 4T2021 e, na análise acumulada (12M2021), chegou a R$ 352.456, 4,79% superior aos 12M2020. Para essa variação destaca-se a elevação da receita líquida em 2,29%, redução dos gastos com materiais em 6,72% e, pelo acordo de quitação o de débitos realizado junto ao Estado de Goiás que reduziu o saldo de Provisões/Reversões no período.

7.1.2 Ativo não Circulante

7.1.2.1 Despesas Antecipadas – Essa rubrica apresentou recuo de R$ 6.898 em 2021 saindo de R$ 192.803 no fechamento do exercício de 2020 para R$ 185.905. Essa rubrica refere-se à antecipação Remuneração de Concessão do Município de Anápolis e Goiânia em razão do encerramento antecipado do Contrato de Concessão e assinatura de um novo Contrato de Programa pelo prazo de 30 anos.

7.1.2.2. Intangível – Em acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, a rubrica Intangível contempla a rubrica Ativo de Contrato. O intangível, composto basicamente pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais, teve um aumento de R$ 83.956 o que representa uma variação positiva de 3,08%.

7.2 Passivo

Gráfico 8 – Composição do Passivo + PL – 2021

7.2.1 Passivo Circulante

7.2.1.1 Debêntures – As Debêntures classificadas no Circulante apresentaram redução de R$ 11.598 relativo a amortizações do período.

7.2.1.2 Dividendos e JCP a pagar – Essa rubrica apresentou elevação de 4,79% chegando a R$ 83.709 ante R$ 79.884 em 2020. Em julho desse ano foi realizado o pagamento integral dos dividendos de 2020 no valor de R$ 79.884. O saldo de R$ 83.709 representa o valor a ser pago em 2022 referente ao lucro líquido de R$ 352.456 mil registrado no período e, 4,79% maior que 2020.

7.2.1.3 Arrendamento Mercantil – Essa rubrica refere-se à compatibilização dos registros da Com - panhia ao CPC 06 que trata da contabilização dos Arrendamentos Mercantis os quais, em caso de contratos de locação com prazo superior a 12 meses, devem ser reconhecidos como um Ativo de Direito de Uso tendo em contrapartida de Passivo de Arrendamento. Em 2021 existe no curto prazo, um total de R$ 18.768 e não houveram novos contratos.

7.2.2 Passivo não Circulante

7.2.2.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo – Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou recuo de 17% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020. A redução da conta é decorrente das amortizações das dívidas durante o ano.

7.2.2.2 Debêntures – As Debêntures classificadas no Não-Circulante apresentaram elevação de R$ 129.112 - 27,12% de aumento. Essa elevação é principalmente reflexo da 9ª Emissão de Debêntures realizada no período conforme mencionado no item 7.1.1.1.

7.2.2.3 Provisões para demandas Judiciais – Essa conta sofreu elevação de 60,14% chegando a R$ 233.157. Esse crescimento ocorreu principalmente devido a contingências cíveis, destaca-se a ação relativa ao município de Minaçu sobre tema ambiental e contingências trabalhistas, conforme discutidos no item 6.5. acima, que somaram cerca de R$ 106.000, e conforme divulgado na explicativa 28 das demonstrações contábeis.

7.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, em razão do lucro apurado neste período, apresentou elevação na ordem de R$ 279.186, ou seja, uma variação positiva de 9,07%.

8. Marco Legal do Saneamento - Lei n° 14.026/2020 e Decreto n° 10.710/2021

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020, que alterou a Lei n° 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, Marco Nacional do Saneamento Básico. Dentre as alterações promovidas, foram criadas atribuições para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, que passa a traçar as diretrizes regulatórias em saneamento em âmbito nacional. Foram implementadas, também, regras para a regionalização dos serviços, bem como a definição de metas de universalização dos serviços em 99% para atendimento de água e 90% para esgotamento sanitário até o ano de 2033. Os contratos que não contemplem estas metas devem ser aditados até 31 de março de 2022. Além disso, as prestadoras estatais deverão comprovar capacidade econômico-financeira para cumprirem com os contratos, segundo a metodologia definida por meio do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445/2007.
Para a validação e certificação da 1ª fase de comprovação de capacidade econômico-financeiro exigida no decreto, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores que emitiu relatório sobre os cálculos realizados pela Companhia relativos ao cumprimento mínimo dos índices estabelecidos, conforme tabela que segue:

Descrição	Meta	2016	2017	2018	2019	2020	Mediana
Índice de Margem Líquida[1]	> 0	0,15	0,21	0,15	0,16	0,17	0,16
Índice de Grau de Endividamento[2]	< 1	0,51	0,44	0,45	0,49	0,47	0,47
Índice de Retorno Sobre Patrimônio Líquido[3]	> 0	0,04	0,10	0,04	0,10	0,11	0,10
Índice de Suficiência de Caixa[4]	> 1	1,04	1,09	1,06	1,06	1,07	1,06

1: Margem Líquida sem depreciação e amortização: indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre o lucro líquido sem depreciação e amortização e a receita operacional; da dívida e das despesas fiscais;
2: indicador econômico-financeiro calculado a partir da soma entre o passivo circulante e o passivo não circulante, dividido pelo ativo total;
3: indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido; e
4: indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre a arrecadação total e o somatório da despesa de exploração, da despesa com juros, encargos e amortização da dívida e das despesas fiscais.

Para 2022 foi registrado um saldo de R$ 83.709 para distribuição.

11. Classificação De Risco (*Rating*)

A Fitch *Rating* confirmou, em 22 de março de 2021, o *Rating* Nacional de Longo Prazo da Saneamento de Goiás S.A ("Corporativo") e de suas emissões de debêntures para 'A+(bra)', com perspectiva estável.

Em relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago Infraestrutura IV ("FIDC IV") a Fitch elevou, em 24 de março de 2021, o rating em 'AAAsf(bra)', com perspectiva estável. O *Rating* do FIDC reflete a perspectiva do *Rating* corporativo e leva em consideração a performance da operação.

De acordo com a Fitch, a elevação do rating "refletiu o desempenho operacional e financeiro da Saneago, que ficou acima das estimativas iniciais da Fitch".

A Companhia concluiu a contratação de uma segunda agência de classificação de Risco em 25 de agosto de 2021.E, em 28 de outubro de 2021, a Moody's atribuiu o Rating Corporativo (CFR) AA+.br à Saneago, com perspectiva estável. O Rating Corporativo AA+.br da Saneago, de acordo com a Moody's, reflete sua demanda resiliente, com geração de fluxo de caixa estável e previsível, sua área de concessão com oportunidade de crescimento e o longo período remanescente da maioria dos seus contratos. O rating também leva em consideração as métricas de crédito fortes da companhia e o adequado nível dos seus reservatórios, apesar da crise hídrica no país.

A relação completa das classificações encontra-se descrita na tabela abaixo.

Tabela 13. *Rating* s Fitch - Saneago S.A.

Agência	*Rating*	Escala	Perspectiva	Data
Fitch	Corporativo e Emissões de Debêntures (4º, 5º, 6º, 8º e 9ª)	A+(bra)	Estável	04/03/2022
	FIDC IV	AAAsf(bra)	Estável	16/02/2022
Moody's	Corporativo	AA+.br	Estável	28/10/2021

12. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ESG)

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhoras práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança (também conhecido como *Environmental, Social and Governance* - ESG), foi constituído em 27 de novembro de 2020 um comitê executivo responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia.

A adoção de práticas ESG tem como norte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, e demonstra a preocupação da Companhia em promover a geração de valor aliada ao desenvolvimento sustentável. Assim, a Companhia tem atuado na redução dos impactos ambientais gerados por sua atividade-fim, no desenvolvimento de projetos socioambientais e de governança, na promoção da saúde pública e do bem-estar social, dentre outras ações visando manter seus processos, aspectos e impactos sobre controle, caracterizando-a como uma empresa sustentável.

Buscando reforçar o seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, a Companhia segue implementando e aprimorando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos ESG dentro e fora da Saneago. Entre as ações e iniciativas adotadas, destacam-se:

- Criação do Comitê de Sustentabilidade;
- Criação do Comitê para Questões da Mulher e Diversidade;
- Inclusão de cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores;
- Aprovação da Política de Sustentabilidade;
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia;
- Revisão dos gargalos na Companhia que levam a reincidência de ações judiciais em decorrência da ausência de atenção aos fatores ESG;
- Atualização dos documentos normativos da Companhia em atendimento às boas práticas de ESG;
- Publicação do Relatório de Sustentabilidade conforme metodologia da *Global Reporting Initiative* - GRI;
- Levantamento e Identificação dos Riscos ESG na Companhia, alinhando com o Planejamento Estratégico;
- Incorporação de indicadores para medir os impactos da Companhia e analisar seu desempenho com relação aos ODS;
- Contratação de empresa especializada na elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa;
- Acesso à plataforma *Academy* para treinamentos;
- Inclusão de uma sessão de Sustentabilidade no website de Relação com Investidores;
- Adesão ao Pacto pela Resiliência Hídrica e Energética do Pacto Global da ONU.

Visando confirmar a sua atuação em prol de um mundo sustentável e a condução de suas atividades cotidianas em atendimento à Agenda 2030 (ODS), a Companhia tornou-se participante do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. À Saneago encontra-se cada vez mais preparada para atender às demandas do mercado, confirmando o seu propósito de contribuir para a construção de uma economia sustentável, priorizando a prosperidade do meio ambiente e a criação de valor compartilhado para investidores, colaboradores, parceiros de negócio e sociedade.

13. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, além de focar a gestão de seus negócios na preservação da liquidez financeira e continuidade das operações necessários ao enfrentamento da crise.

Nesse sentido, com o objetivo de garantir a melhor prestação do serviço e minimizar os impactos à população ocasionados pela pandemia do coronavírus (COVID 19), a Companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes em 19/03/2020 retomando em 04 de janeiro de 2021, exceto para clientes da categoria Residencial Social. Em 09 de abril de 2021 a suspensão do corte foi ampliada para as demais categorias consideradas vulneráveis que representam aproximadamente 5.2% do faturamento. São as categorias: i) Residencial Social; ii) Residencial - subgrupos 1 e 65 (casas rústicas de até 60m² e casas residenciais com pequenos comércios) e; iii) Comercial 2 - pequenos comércios de baixo consumo.

Dessa forma, até o presente momento, a Companhia não teve impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que, como todas as empresas, está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado no futuro não será afetado por reflexos que a pandemia poderá provocar.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

	nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	138.808	168.144
Aplicações Financeiras	5	430.420	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	3.360	-
Créditos a Receber de Usuários	7	470.243	490.455
Estoques	8	54.624	50.496
Tributos a Recuperar	9	8.030	18.550
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	10	30.025	30.309
Subdelegação	11	10.715	10.450
Outras Contas a Receber	12	9.699	414
Ativo Não Circulante Mantido p/ Venda	13	3	-
		1.155.927	**768.818**
Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	6	11.567	13.146
Créditos a Receber de Usuários	7	29.177	18.674
Despesas Antecipadas	10	185.905	192.803
Subdelegação	11	1.111.322	839.500
Depósitos Judiciais	14	18.491	16.069
Outras Contas a Receber	12	42	-
Tributos Diferidos Ativos	15	42.464	115.401
		1.398.968	**1.195.593**
Investimentos	16	9	9
Imobilizado	17	350.160	360.583
Ativo de Contrato	18	680.900	730.152
Intangível	19	2.807.839	2.723.883
		3.838.908	**3.814.627**
Total do Ativo		**6.393.803**	**5.779.038**

	nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	-	129.261	118.057
Empréstimos e Financiamentos	21.a	44.252	134.637
Debêntures	21.b	121.811	133.409
Arrendamento Mercantil	21.d	18.768	14.837
Obrigações Trabalhistas	22	118.353	110.166
Provisão PLR Empregados	34	35.246	33.635
Obrigações Tributárias	23	42.496	33.813
Parcelamentos	24	909	5.252
Obrigações Contratuais	25	10.146	15.220
Adiantamento contratual	27	831	1.994
Outras Contas	28	13.392	15.729
Subdelegação	11	6.386	1.616
Subvenções	20.2	467	-
Dividendos e JCP a Pagar	31.f	83.709	79.884
		626.027	**698.249**
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	21.a	183.626	221.249
Debêntures	21.b	605.320	476.198
Arrendamento Mercantil	21.d	967	17.254
Obrigações Tributárias	23	31.666	7.314
Parcelamentos	24	14.028	14.931
Consórcios	26	2.144	48.480
Adiantamento Contratual	27	-	831
Provisão para Demandas Judiciais	29	233.157	145.596
Subdelegação	11	1.111.322	839.500
Subvenções	20.1	207.339	194.602
Obrigações Atuariais	30	21.389	37.202
		2.410.958	**2.003.157**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	31.a	2.515.546	2.515.546
Reserva Legal	31.c	58.460	40.837
Reservas para Investimentos	31.d	763.613	512.487
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.e	33.315	33.315
Outros Resultados Abrangentes		(14.116)	(24.553)
		3.356.818	**3.077.632**
Total do Passivo		**6.393.803**	**5.779.038**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Líquidas			
Receitas de Serviços de Água e Esgoto		2.414.483	2.360.900
Receitas de Construção		99.395	169.996
Receitas de Serviços Técnicos		2.425	1.763
Outorga Subdelegação		9.100	9.100
	32	**2.525.403**	**2.541.759**
Custos			
Custos dos Serviços		(1.140.717)	(1.058.642)
Custos de Construção		(99.395)	(169.996)
	33	**(1.240.112)**	**(1.228.638)**
Lucro Bruto		**1.285.291**	**1.313.121**
Despesas Administrativas	33	(455.512)	(395.102)
Despesas Comerciais	33	(294.092)	(269.063)
Despesas Tributárias		(23.393)	(15.695)
Provisões/Reversões - Perdas/Recup de Créditos	34	(20.403)	(96.298)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	35	(7.666)	(4.554)
		(801.066)	**(780.712)**
Resultado antes do Resultado Financeiro		**484.225**	**532.409**
Resultado Financeiro Líquido	36	3.750	(63.980)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		**487.975**	**468.429**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(67.958)	(63.114)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	(67.561)	(68.969)
Lucro Líquido do Exercício		**352.456**	**336.346**
Lucro por Ação	31.g	0,14011	0,13371

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício		
Lucro Líquido do Exercício	352.456	336.346
Outros Resultados Abrangentes		
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Tributos Diferidos	2	6
Ganho/(Perda) Atuarial	15.813	60.508
Resultado Abrangente do Exercício	**368.271**	**396.860**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**2.515.546**	**24.020**	**272.836**	**33.319**	**-**	**(85.061)**	**2.760.660**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	336.346	-	336.346
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(79.884)	-	(79.884)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(5)	6	-	1
Tributos Diferidos Sobre Custo Atribuído	-	-	-	1	-	-	1
Ganho/(Perda) Atuarial	-	-	-	-	-	91.679	91.679
Tributos Diferidos Sobre Resultado Atuarial	-	-	-	-	-	(31.171)	(31.171)
Constituição Reserva Legal	-	16.817	-	-	(16.817)	-	-
Constituição de Reservas Para Investimentos	-	-	239.651	-	(239.651)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.515.546**	**40.837**	**512.487**	**33.315**	**-**	**(24.553)**	**3.077.632**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	352.456	-	352.456
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(83.709)	-	(83.709)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	2	-	2
Ganho/(Perda) Atuarial	-	-	-	-	-	15.813	15.813
Tributos Diferidos Sobre Resultado Atuarial	-	-	-	-	-	(5.376)	(5.376)
Constituição Reserva Legal	-	17.623	-	-	(17.623)	-	-
Constituição de Reservas Para Investimentos	-	-	251.126	-	(251.126)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.515.546**	**58.460**	**763.613**	**33.315**	**-**	**(14.116)**	**3.356.818**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.663.567	2.602.912
Receita de Construção	99.395	169.996
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa / Reversão	93.264	21.791
Prescrição/Recuperação de Créditos	(35.541)	(95.020)
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receitas de Serviços Técnicos	2.425	1.763
Outras Receitas	31.992	13.543
	2.864.202	**2.724.085**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(424.141)	(370.146)
Matérias Primas Consumidas	(4.212)	(4.693)
Energia, Serviços de Terceiros	(227.785)	(196.980)
Custo de Construção	(99.395)	(169.996)
Provisão/Reversão Perdas Estoque	11.046	10.203
Outras Despesas	(39.658)	(18.097)
	(784.145)	**(749.709)**
Valor Adicionado Bruto	**2.080.057**	**1.974.376**
Retenções		
Depreciação/Amortização	(129.708)	(131.982)
Provisões/Reversões	(89.172)	(33.272)
	(218.880)	**(165.254)**
Valor Adicionado Líquido	**1.861.177**	**1.809.122**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	147.061	70.368
	147.061	**70.368**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**2.008.238**	**1.879.490**
Distribuição do Valor Adicionado	**2.008.238**	**1.879.490**
Pessoal e Encargos		
Remuneração Direta	688.320	635.641
Benefícios	174.894	163.238
FGTS	53.606	49.711
	916.820	**848.590**
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federal	502.511	468.100
Federal – IRPJ /CSLL Diferidos	67.562	68.969
Estadual	11.998	11.160
Municipal	4.634	4.195
	586.705	**552.424**
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	143.311	134.348
Aluguéis	8.946	7.782
	152.257	**142.130**
Remuneração de Capitais Próprios	352.456	336.346
Lucro do exercício	**352.456**	**336.346**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		**806.482**	**384.848**
Caixa Gerado nas Operações		**627.610**	**658.442**
Lucro Líquido do Exercício		352.456	336.346
Ajustes para conciliação do lucro Líquido			
Depreciações e Amortizações		129.707	131.982
Baixas Investimento Imobilizado e Intangível/ajuste Inventário		3.286	9.745
Ajustes Subvenções PAC		54	(79)
Subvenções Estaduais	20.2	(35)	-
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber	36	752	(484)
Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL	15.2	67.561	68.969
Encargos Sobre Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	21.c	96.565	112.158
Juros Capitalizados	21.c	(451)	(1.311)
Rendimentos de Aplicações Finaneiras	6	(505)	(162)
Correção Monetária - Venda de Ativo não circulante	12	(280)	-
Provisões/Reversões	34	(15.139)	1.278
Ganho na Venda de Ativo não circ mantidos para venda	13	(6.361)	
Variações nos Ativos e Passivos		**185.059**	**(277.136)**
Créditos a Receber de Usuários	41	102.223	(76.660)
Tributos a Recuperar		10.520	(12.060)
Estoques	41	23.195	7.650
Despesas Antecipadas e Adiantamento a Empregados		7.182	(58.979)
Depósitos Judiciais		(2.422)	(6.685)
Fornecedores		11.204	(11.621)
Consórcios	41	(256)	(3.787)
Obrigações Trabalhistas		8.187	(41.053)
Obrigações Tributárias		33.035	13.408
Parcelamentos		(5.246)	207
Obrigações Contratuais		(5.074)	(85.016)
Subdelegação		4.505	(546)
Adiantamento Contratual		(1.994)	(1.994)
Outros		**(6.187)**	**3.542**
Outras Contas a Receber	41	(3.850)	(23)
Outras Contas a Pagar		(2.337)	3.565
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		**(664.578)**	**(247.843)**
Aquisição no Imobilizado	17.1	(59.249)	(16.645)
Ativo de Contrato	41	(41.430)	(106.942)
Aquisição no Intangível	19	(120.536)	(119.226)
Aquisição estoque para obras	18	(13.667)	(15.089)
Adiantamento a fornecedores	18	(2.700)	-
Recebimento na Alienação de Imobilizado		4.700	-
Títulos e Valores Mobiliários		(1.276)	10.059
Aplicações Financeiras	5	(430.420)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		**(171.240)**	**(138.468)**
Financiamentos/Empréstimos Captados	21.c	250.134	370.168
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	21.c	(273.639)	(382.501)
Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	21.c	(81.517)	(77.212)
Arrendamento Mercantil	21.c	(16.498)	(16.031)
Juros Sobre Capital Próprio	31.f	(79.884)	(74.992)
Subvenções Federal e Municipal		30.164	42.100
Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(29.336)**	**(1.463)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	168.144	169.607
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	138.808	168.144

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Saneamento de Goiás S.A. – Saneago ("Companhia ou Saneago") é uma sociedade por ações de economia mista estadual, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, conforme alterações ("Lei 6.680"), com sede na Av. Fued José Sebba nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ 01.616.929/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, preferencialmente, por meio de concessão e/ou gestão associada, em sistemas públicos ou privados, cumprindo-lhe elaborar estudos, projetos, pesquisas e consultoria e realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de: abastecimento de água; esgotamento sanitário; destinação final dos efluentes e dos resíduos sólidos domésticos, industriais e seus subprodutos; limpeza urbana; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como os de drenagem urbana, dependerão da implantação técnica na Companhia e poderão ser realizados somente mediante contratos de prestação de serviços específicos para esta finalidade. Atualmente, a Companhia não possui nenhum contrato de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia implementou as seguintes ações: (i) adequação do Estatuto Social para atendimento da lei; (ii) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (iii) criação do Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) criação do Comitê de Elegibilidade Estatutário; (v) criação e publicação do Código de Conduta e Integridade; (vi) criação de programa de treinamento dos administradores, gestores e dos conselheiros fiscais e de administração; (vii) elaboração das políticas de porta-vozes, de comunicação e de divulgação de informações; (viii) criação de programa de prevenção de atos de corrupção, de distribuição de dividendos e a de prevenção de conflitos de interesses. Todas essas atividades foram implementadas desde 2016, estando sujeitas a aprimoramento desde então.

O prazo médio dos contratos de concessão e programa vigentes, ponderado pelo percentual do faturamento de 2021 dos contratos ativos, é de 20 anos. Os contratos possuem o seguinte cronograma de vencimentos: 78 vencidos, 72 a vencer nos próximos 15 anos, 20 a vencer entre 15 e 20 anos e 56 a vencer após 20 anos.

Abaixo estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de Vencimento	% Receita Bruta 2021	Tipo de Contrato	Prazo (anos)
Goiânia	EM VIGOR	17/12/2049	36,57%	Programa	30
Anápolis	EM VIGOR	27/02/2050	7,19%	Programa	30
Aparecida De Goiânia	EM VIGOR	01/11/2041	4,12%	Programa	30
Valparaíso De Goiás	EM VIGOR	16/11/2048	2,60%	Programa	30
Rio Verde	EM VIGOR	01/11/2041	2,41%	Programa	30
Luziânia	EM VIGOR	01/12/2045	2,11%	Programa	30
Formosa	EM VIGOR	14/03/2025	2,04%	Concessão	25
Itumbiara	EM VIGOR	23/02/2025	1,75%	Concessão	20
Planaltina	EM VIGOR	01/04/2030	1,52%	Concessão	25
Trindade	EM VIGOR	01/11/2041	1,38%	Programa	30
Jataí	EM VIGOR	01/11/2041	1,32%	Programa	30
Águas Lindas De Goiás	EM VIGOR	28/12/2048	1,26%	Programa	30
Novo Gama	EM VIGOR	16/11/2048	1,19%	Programa	30
Goianésia	VENCIDO	15/06/2020	1,18%	Concessão	25
Cidade Ocidental	EM VIGOR	01/11/2041	1,15%	Programa	30
Inhumas	EM VIGOR	17/06/2050	1,01%	Programa	30
Quirinópolis	VENCIDO	24/06/2016	0,97%	Concessão	20
A vencer 01 - 15 anos			7,55%		
A vencer 16 - 30 anos			9,82%		
Vencidos			12,86%		
			100,00%		

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia que representa 36,57% da receita bruta em 31 de dezembro de 2021 e 32,51% do ativo intangível (36% da receita bruta e 31,91% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2020).

<u>Novo Marco Legal do Saneamento Básico</u>

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico no Brasil. Os principais pontos alterados foram: I) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; II) Metas Legais de Universalização; III) Regulação: atribuição à Agência Nacional de Água – ANA para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; IV) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

Quanto a regionalização, o Estado tinha a obrigação de promover a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo os 246 municípios, até a data limite de 15 de julho de 2021, sob pena de a União a fazer.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) realizou-se nos dias 12 e 13 de julho de 2021, nas cidades de Anápolis e Goiânia, audiências públicas para apresentação da proposta de regionalização dos serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás. O Projeto de Lei Complementar (PLC) em discussão institui as microrregiões de saneamento básico do Centro-Oeste e Centro-Leste no Estado e suas respectivas estruturas de governança. O processo de regionalização foi protocolado pelo estado de Goiás junto à Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021 o qual será objeto de debates pelos Deputados Estaduais.

Com a atualização do Marco Legal do Saneamento Básico, em 2020, foram estabelecidas novas metas de universalização para atendimento dos serviços de saneamento, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto e a gestão dos resíduos sólidos que devem ser atingidas até 2033. Os contratos que não contemplem metas de universalização devem ser aditados até 31 de março de 2022.

Além disso, as prestadoras de serviços devem comprovar capacidade econômico-financeira para cumprirem os contratos, segundo a metodologia definida por meio do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021 que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. A Ernest Young, certificador independente, atestou que a companhia cumpre os requisitos de adequabilidade na data base de 31/12/2020, demonstrando que atende aos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, assim como demonstrou que o valor presente líquido do fluxo de caixa global dos contratos regulares é superior a zero e que o plano de captação da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade, conforme disposto no decreto.

A Companhia tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal do Saneamento bem como seus desdobramentos regulamentares complementares. A Companhia ainda aguarda algumas diretrizes gerais regulamentares no âmbito ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) para definir estratégias de atuação, tais como o caso da metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados, que incluem os 78 contratos vencidos citados.

Ainda no que se refere ao âmbito corporativo, além da reforma realizada em sua lei de criação (Lei nº 6.680/1967) a Companhia: (i) criou unidade especializada para coordenar processos dirigidos à qualificá-la para sua participação nos procedimentos licitatórios e para cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; e (ii) está realizando aditamento dos contratos para adaptá-los às metas legais.

Os contratos de concessão existentes na data de publicação da Lei Federal nº 14.026/2020, licitados ou não, "permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual", conforme previsto pelo artigo 17 do referido Texto Legal. Assim, por força direta do "princípio da continuidade" e por se tratar de serviços essenciais à população, a Saneago continua sendo a responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, até a concretização de novas concessões pelos municípios, bem como tendo direito à indenização por bens não amortizados, conforme dispõe o artigo 36 da Lei de Concessões.

<u>Reajuste de preços</u>

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR aprovou por meio da Resolução Normativa nº 185/21 o processo de Revisão Tarifária Ordinária da Saneago, sendo concedido o percentual 8,85% para tarifas de água/esgoto a partir de 1º de fevereiro de 2022. A revisão foi analisada pela Agência de Regulação de Goiânia – AR e homologada através do Resolução Normativo nº005/2021 deste órgão.

Importante salientar que o processo de Revisão Tarifária foi homologado após um amplo trabalho para definição de metodologias de cálculo da revisão da tarifa e WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) Regulatório da companhia, aprovados respectivamente por meio das Notas Técnicas Conjuntas AGR/AR nº 006/2021 e 007/2021, além de metodologia para homologação da Base de Ativos Regulatória – BAR conforme Nota Técnica nº 004/2021.

<u>Programa de Demissão Voluntária – PDV</u>

Em dezembro de 2021 foi aprovado e lançado o Programa de Demissão Voluntária – PDV da Companhia com prazo inicial para adesão de 30 dias, compreendendo o mês de janeiro de 2022. Com desligamentos de fevereiro a março de 2022, o programa abrangeu empregados aposentados e não aposentados com 10 anos ou mais efetivo na empresa, excluindo-se os aposentados pelo INSS após 13/11/2019.
As condições oferecidas para adesão foram as seguintes:
• Pagamento integral de todas as verbas rescisórias e indenizatórias;
• 40% sobre o saldo do FGTS;
• Bônus de 15% (sobre salário referência*) por ano de serviço prestado na companhia;
• Indenização de 4 salários referência*;
• Vale Alimentação SODEXO equivalente a 12 Meses (pagos integral e juntamente com as verbas rescisórias);
• Benefício de plano de saúde por 24 meses

** Salário de Referência inclui Salário Base do(a) empregado(a), acrescido, quando havendo, de valores recebidos a título de função gratificada incorporada, dupla função incorporada, abono salarial incorporado, complementação de carga horária, anuênio e/ou quinquênio.*

<u>Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)</u>

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. A partir de 14 de dezembro de 2020, em consonância com o Decreto Estadual 9.751/2020, a Companhia promoveu o retorno ao ambiente laboral dos empregados colocados em regime de teletrabalho, mantendo apenas grupos específicos. No encerramento do exercício de 2021 o total de empregados somam 5.750 ativos em regime de CLT. Destes, 1.334 são empregados que exercem funções administrativas sendo que 11 estavam em regime de teletrabalho.

No combate ao COVID-19 o setor de saneamento básico é considerado como "serviço essencial" para manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, pois o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção desta doença. Nesse sentido, a Companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes em 19/03/2020 retomando em 04 de janeiro de 2021, exceto para clientes da categoria Residencial Social. Em 09 de abril de 2021 a suspensão do corte foi ampliada para as demais categorias consideradas vulneráveis que vigorou até o final do exercício de 2021.

Visto que a atividade de corte é uma importante ferramenta de cobrança, em 2020 em virtude de sua retomada, foi observado uma inadimplência de -1,95% em 2021, frente a um índice 5,80% em 2020 quando vigorou a suspensão.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis:

• <u>Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19</u>
Um risco potencialmente relevante à Companhia na emergência do Covid-19 está relacionado à adimplência de clientes, porém, considerando a retomada da atividade de corte em janeiro de 2021 e o Termo de Acordo de quitação de dívidas celebrado com o estado de Goiás em dezembro de 2021, nota 39.1, a Companhia registrou reversão de perdas na ordem de R$ 93.265. A posição de contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2021 bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão.

• <u>Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis</u>
A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativo de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

• <u>Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores</u>
A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela Pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19, além daqueles mencionados anteriormente. Entretanto, considerando que, como todas as empresas, está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado no futuro não será afetado por reflexos que a pandemia poderá provocar.

<u>Autorização para emissão das demonstrações contábeis</u>

A autorização para emissão dessas demonstrações contábeis foi feita pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2022.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76 e 11.638/07, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

2.2 Moeda Funcional
A Moeda funcional praticada pela Saneago é o Real (R$). Todos os valores de apresentação das demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.3 Principais julgamentos e estimativas contábeis
Para preparação das demonstrações contábeis, são utilizadas determinadas estimativas e premissas, que exigem julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, sendo estas, avaliadas continuamente com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Devido a isso, por definição, tais estimativas podem diferir dos resultados reais.

a) Contratos de Concessão e Programa
A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão e de programa está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) há direitos da Saneago sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) a Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato, e a contraparte tem pouco ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros.

O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007 alterada pela lei nº 14.026/2020 resultando no "Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico") indica em seu art. 29, inciso 3º que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas.

Apesar da previsão de remuneração preferencial na forma de tarifas, sabe-se que, nem sempre o resultado operacional da atuação da Companhia nos Municípios é suficiente para, durante o período de prestação de serviços, amortizar os investimentos realizados. A amortização dos investimentos nas concessões não se limita, a prazos contratuais porque o que rege essa sistemática é a modicidade tarifária durante a prestação do serviços, e nem sempre, então, o prazo do contrato é suficiente para as amortizações. Neste sentido, resta como forma de remuneração a indenização dos investimentos ainda não amortizados. Essa inteligência é prevista no artigo 36 da Lei Federal n. 8.987/1995 que prevê inclusive que "*a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham* sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido". Isso é previsto pela própria legislação de saneamento onde em seu art. 42, § 5º prevê que a transferência de serviços de um prestador para outro será condicionada à indenização prévia dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados (Lei 11.445/2007 com redação dada pela Lei n. 14.026/2020). Ademais, não mais subsiste discussão do direito indenizatório previamente a reintegração do sistema ao município, principalmente após decisão do Ministro Sérgio Kukina, no Recurso Especial n. 1.564.416 – PR (STJ), que dispõe que "*a rigor, não pode o Município reassumir os serviços concedidos antes de pagar a indenização devida*" e que "*enquanto isto não ocorrer, o contrato não se extingue, porque suas cláusulas não estão devidamente cumpridas*".

Desta forma, a saída da Saneago da operação dos serviços de saneamento por ocasião do vencimento do Contrato de Concessão, deve ser precedida

Foi publicado o Decreto Estadual n° 9.406/2019 que institui o programa de compliance público, definido como um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando os eixos da ética, da transparência, da responsabilização e da gestão de riscos. O decreto citado revogou o Decreto Estadual nº 7.905 de 11 de junho de 2013. A Saneago vem empenhando esforços, em consonância com as recomendações da Controladoria Geral do Estado – CGE-GO na implementação do referido Decreto. O Conselho de Administração instituiu o Comitê Setorial de Compliance o qual possui caráter consultivo e permanente para questões relativas ao Programa de Compliance Público com o objetivo de zelar pela implementação dos eixos.

Por meio da Lei Estadual nº 21.028 de 22 de junho de 2021 houve reforma na lei de criação da Saneago (Lei n º 6.680/1967) a fim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias, constituição de sociedade de propósito específico e subsidiárias de âmbito local. Essas alterações foram incorporadas ao Estatuto Social da Companhia por meio de reforma e consolidação aprovada em 10 de agosto de 2021.

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhoras práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança foi constituído, em 27 de novembro de 2020, um comitê com representantes de diferentes áreas da Companhia responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia, que inclui as diretrizes e atos corporativos na gestão de questões ambientais, sociais e de governança (ESG – Environmental, Social and Governance). Entre as ações executadas pelo comitê, destacam-se: elaboração da Política de Sustentabilidade, elaboração do Relatório de Sustentabilidade por empresa de consultoria especializada, definição de indicadores e cláusulas contratuais ESG e criação do Programa de Ideias e Inovação. Além disso, em fevereiro de 2021 a Saneago se tornou participante do Pacto Global, que é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotarem políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

<u>Contratos de programa e de concessão</u>

A Saneago, em 31 de dezembro de 2021, possui 226 contratos em operação que estão assim distribuídos: 148 contratos em vigor, sendo 86 contratos de concessão e 62 na modalidade de contratos de programa, representando um percentual médio de 84,99% da receita bruta. Existem 78 contratos vencidos que representam 15,01% da receita bruta, para os quais a Companhia tem correspondentes ativos intangíveis e de contrato no valor total de R$601.469, de um total de R$3.488.739 conforme notas 18 e 19 e cuja realização depende de regulamentação da Agência Nacional de Água – ANA para definição da metodologia de cálculo de indenizações.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo período contábil estão divulgadas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
As Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de usuários.

Fazem parte da estimativa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes particulares e dos clientes públicos federal e municipal e as faturas vencidas há mais de 90 dias dos clientes públicos estaduais, bem como os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos clientes. Não são considerados na estimativa os créditos de clientes que estejam em processo de cobrança judicial ou aqueles que tenham acionado a Companhia judicialmente. No caso da estimativa a faturar, a perda estimada é calculada com base em percentual de inadimplência histórico apurado em relação a exercícios anteriores.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativa de baixas previstas e o vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

b) Perdas em estoque
A provisão para perdas em estoque é constituída com base em política interna da Companhia, sendo realizada avaliação quanto à aplicabilidade de obsolescência para os itens não movimentados nos últimos 12 meses.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Companhia reconhece e liquida os tributos diferidos sobre a renda com base nos resultados de suas operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), o reconhecimento é feito com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade reconhecendo a provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados tendo por base: (i) o lucro tributável histórico; (ii) as projeções de lucros tributáveis futuros; e (iii) o tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas, as quais podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para maiores informações sobre os impostos diferidos, ver nota 15.2.

d) Provisões para demandas judiciais
A Companhia é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, incluindo contestações de clientes e fornecedores, nas instâncias administrativas e judiciais. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável a necessidade de saída de recursos visando liquidar a obrigação e o respectivo valor pode ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Para maiores informações sobre as provisões para demandas judiciais, ver nota 29.

2.4 Ativos e passivos financeiros

a) Ativo financeiro
A Companhia classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

b) Passivo financeiro
A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos, e a sua classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros na categoria de "outros passivos" são subsequentemente mensurados usando o método dos juros efetivos para calcular o custo amortizado e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custos de transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do seu valor contábil líquido.

Os passivos financeiros classificados como "outros passivos" compreendem:
• Saldos a pagar a fornecedores (nota 2.13);
• Empréstimos e financiamentos (nota 2.18).

2.5 Receita operacional

a) Receita de serviços de saneamento
A receita de prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é reconhecida à medida que os serviços são prestados e mensurados. A receita é reconhecida ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação do serviço e é apresentada líquida de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, incluindo abatimentos e descontos. A receita incorrida, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada período, é estimada e reconhecida nas contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado.

Desta forma, a Companhia reconhece sua receita quando: (i) os serviços são prestados;
(ii) o valor pode ser mensurado de forma confiável; (iii) no momento do cumprimento das obrigações de desempenho; e (iv) é provável que os valores serão recebidos.

b) Receita de construção
Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de concessão e CPC 47 / IAS 15 Contratos de construção, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de lucro sobre a construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é reconhecida no resultado, como receita e custo de construção.

Adicionalmente, pelas disposições do CPC 47/IFRS 15, a infraestrutura em construção é um direito em receber contraprestação futura, sendo os mesmos registrados durante a construção como ativos de contrato. Quando da sua entrada em operação, esses ativos são transferidos para o ativo intangível.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias, arrecadação, depósitos vinculados à obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata com expectativa de utilização por parte da Companhia no decurso de seis meses e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

2.7 Créditos a Receber de Usuários
São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados assim como os serviços financiados são corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. A taxa aplicada é de 1% a.m conforme Resolução Normativa nº 0080/2016-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR e Resolução da Diretoria da Saneago Nº 162/2016. Esses valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são descontados a valor presente contra despesas financeiras - AVP sendo utilizada a mesma taxa de 1% a.m.

2.8 Estoques
Os estoques de materiais destinados ao uso, manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, não superam o valor realizável e estão classificados no ativo circulante deduzidos das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída conforme nota explicativa 2.3 b.

2.9 Demais Ativos Circulantes
São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.10 Imobilizado
O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que seus valores foram revisados em 2009 para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática no montante líquido de R$ 47.810. A mais valia registrada no ativo imobilizado foi de R$ 72.440 em contrapartida à conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Os Tributos Diferidos sobre o total no valor de R$ 24.630 foram reconhecidos no passivo não circulante. Estes bens não são reversíveis ao poder concedente e conforme são depreciados ou baixados, os respectivos valores do custo atribuído são transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A depreciação é iniciada quando o ativo imobilizado está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A depreciação em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

2.11 Intangível
O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos da aquisição até a data de entrada do bem em operação. A amortização é iniciada quando o ativo intangível está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A amortização em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. Este grupo de contas é composto pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões em linha com a interpretação do ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O controle das obras em andamento com a respectiva transferência para bens em operação (Ativos Concluídos) se dá mediante documentação emitida pela unidade responsável pela execução de obras, informando que o objeto em questão encontra-se concluído.

A Companhia avalia anualmente a existência de indícios de impairment de seus ativos imobilizado e intangível com vida útil definida conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (nota 2.12).

A vida útil econômica dos ativos imobilizado e intangível está assim representada:

Natureza dos Bens	VUE*	Natureza dos Bens	VUE*
Construções Civis	50	Equipamentos - Bombas dosadoras	13
Barragens	50	Hidrômetros	11
Reservatórios e Tanques - Concreto	50	Veículos	11
Decantadores e Lagoas	50	Máquinas e Tratores	10
Linhas de Transm. e Ligações Elétricas	40	Equipamentos - Bombas de esgoto	10
Tubulações	40	Equipamentos de Tratamento	10
Ligações Prediais	30	Equipamentos Laboratoriais	10
Poços	25	Equipamentos de Informática - Switch	10
Sistemas Renováveis de Energia	25	Outros Equipamentos	9
Reservatórios e Tanques - Metálico	20	Custo Atribuído (Geral)	25
Proteção e preser. Ambiental - Reflorestamento	17	Equipamentos de Informática - Servidores	8
Proteção e preser. Ambiental - Cercamento	15	Equipamentos de Informática - Endpoints	7
Equipamentos - Ar Condicionados	15	Equipamentos de Informática - Leasing	8
Equipamentos - Demais Bombas	15	Veículos - Direito de uso	3
Macromedidores	15	Equipamentos de Informática - Nobreaks	2
Equipamentos - Motores	14	Obras de Arte	-
Móveis e Utensílios	13	Terrenos	-
Programas de Informática	13	Servidões	-

*Vida útil econômica

A partir de estudo realizado no ano de 2021 por empresa qualificada contratada pela Companhia, a vida útil econômica dos bens foi revisada com o objetivo de atender as determinações da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 27 e também para realizar a adequada gestão do ativo imobilizado e Intangível. O laudo de avaliação vigente foi emitido em 20/12/2021, sendo implementado ainda dentro do exercício e alterou a taxa de depreciação de equipamentos (de tratamento, laboratoriais, motores e bombas) e, principalmente, de preservação ambiental que foi desmembrado entre reflorestamento e cercamento, passando de 8 anos para 17 e 15, respectivamente.

2.21 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes
Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

2.22 Benefícios e Contribuição definida concedidos a Empregados
Em conformidade com os planos de benefício definido temos (a) obrigação da entidade patrocinadora de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados; (b) risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e (c) risco de investimento que recaem, substancialmente, sobre a entidade. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser aumentada conforme item 30, CPC 33(R1).

Nos planos de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à sua participação. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora (e, em alguns casos, também pelo empregado) para um plano de benefícios pós-emprego ou para uma entidade à parte, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios definidos e de contribuição de pensão, aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência à saúde são provisionados conforme os procedimentos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1), baseando-se em cálculo atuarial elaborado por empresa especializada. É utilizado o método da unidade de crédito projetada, líquido do valor justo dos ativos do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

2.23 Apresentação de Informações por Segmento
Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado de Goiás com os quais a Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Essa informação por segmento poderá ser alterada em função da regionalização dos contratos conforme discutido na nota 1.

2.24 Demonstração do Valor Adicionado - DVA
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com

continua...

...continuação

dos procedimentos administrativos, com vistas de se promover a efetiva indenização do acervo patrimonial não amortizado. O dever indenizatório obriga o poder concedente antecipar-se ao término do contrato e proceder os levantamentos, avaliações e liquidações necessárias à determinação do valor da indenização a que faz jus a concessionária. Assim, até que seja instaurado o devido processo administrativo para liquidação do contrato, com o pagamento da indenização devida à Companhia, não pode o Município retomar, ou a Saneago simplesmente entregar os serviços, sem o seu devido equacionamento.

Nos locais onde os Municípios se antecipam em lançarem Editais de concorrência pública, voltada à contratação de empresa para a prestação de tais serviços públicos, a Saneago está, tanto via administrativa, quanto pela via judicial, buscando seus legítimos interesses e direitos, estando 6 municípios nesta situação o que representa 2,96% do faturamento total da Companhia. Por oportuno, traga-se à baila a tentativa frustrada, de 2 municípios que representam cerca de 1,04% do faturamento total da Companhia, em retomar o sistema por meio de contratação emergencial, sem respaldo legal e sem ao menos observar a indenização devida. De todo modo, por todas as razões acima expostas, os prognósticos quanto as ações em trâmite são favoráveis à Saneago, uma vez que: só há reversão com indenização, se não há definição do valor dessa indenização, ou conclusão de que ela não é devida, não pode haver reversão, por não preenchido o requisito exigido pela lei.

Com relação aos demais contratos vencidos, diante das incertezas regulatórias – tendo em vista que as regras para a prestação dos serviços ainda estão em definição pela ANA e que pela complexidade do assunto, a Agência levará um tempo considerável para desenvolver todo esse arcabouço jurídico – aguardam a regionalização do saneamento básico no Estado. Assim, seja aguardando as novas diretrizes da ANA para a regulação dos serviços, com a definição específica dos critérios a serem observados em casos de indenização; seja aguardando a regionalização a ser instituída pelo ente federado Estatal; a Saneago busca, através do Termo de Anuência, a sustentabilidade da relação após o final do contrato, suplementando o regramento quanto às condições técnicas e operacionais de prestação.

Considerando que i) em face do princípio da continuidade do serviço público e respeito ao direito do consumidor local, a Saneago continua responsável pela prestação do serviços; ii) que a indenização pelos investimentos realizados e não amortizados é garantida por lei; iii) que tal indenização constitui feito prévio à extinção contratual e que ainda iv) encontra-se pendente regulamentação da Agência Nacional de Água – ANA para definição da metodologia de cálculo de indenizações, o que forneceria orientação técnica à Companhia sobre a mensuração de tal valor, os investimentos nos municípios em que a prestação dos serviços ocorrem sem a cobertura contratual são mantidos como ativos intangíveis sem bifurcação em ativo Financeiro, os quais são amortizados pelas respectivas vidas úteis.

Assim que os assuntos acima forem esclarecidos, os quais independem de ação da Companhia, a mesma pretende rever a política de bifurcação de seus investimentos.

b) Subvenção Governamental
A subvenção governamental relacionada a ativos, quando recebida e cujas obrigações ainda não foram cumpridas, é reconhecida no balanço patrimonial em conta de passivo, conforme saldo demonstrado na nota 20.1. Quando a condição estabelecida de imobilização da obra estiver cumprida, o reconhecimento é feito no ativo deduzindo o valor contábil do item relacionado.

Conforme o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas relacionadas à subvenção que são objeto de compensação, em base sistemática, desde que atendidas as condições de reconhecimento: (I) as condições estabelecidas pela subvenção foram cumpridas; (II) a subvenção foi recebida. Assim, a subvenção relacionada a ativos que depreciam é reconhecida como receita ao longo da vida útil do bem e na mesma proporção da depreciação do bem.

A subvenção governamental relacionada a receitas, quando recebida e cujas obrigações ainda não foram cumpridas, é reconhecida no balanço patrimonial em conta de passivo, conforme saldo demonstrado na nota 20.2. Quando a condição estabelecida estiver cumprida, qual seja o faturamento para clientes elegíveis ao programa Tarifa Social, o reconhecimento é feito na receita.

c) Licenças de Uso de Software
As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.12 Avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("Impairment")
Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas ("impairment") estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem, dentre outros, os intangíveis resultantes de contratos de concessão/programa relacionados aos sistemas de água e esgoto.
Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso.

Adicionalmente, a Companhia adota impairment para obras que se encontram paralisadas há mais de um ano e sem expectativa de geração de caixa, sendo os custos diretos e indiretos provisionados em sua totalidade. Caso ocorra a retomada das obras, é realizado o levantamento das perdas incorridas e são reconhecidas no resultado do exercício. O montante da provisão de impairment relacionado a obras paralisadas é de R$128.347 em 31 de dezembro de 2021 (RS 128.347 em 31 de dezembro de 2020).

2.13 Fornecedores
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

2.14 Salários e Encargos sociais
Os salários, incluindo férias, 13º salário a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.15 Participação nos Resultados
Os empregados da Saneago têm participação no lucro apurado no exercício social, conforme art. 75, §3º do estatuto. A participação nos lucros deverá observar os normativos da Companhia e a legislação em vigor, depois de observado o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações.
A Companhia realiza provisão de 10% sobre o resultado apurado no exercício (valor máximo a ser distribuído) conforme valores divulgados na nota 34 e a realização efetiva depende de aprovação por parte dos Órgãos de Governança e apuração das metas realizadas.

2.16 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a) Tributos correntes
O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, quando devidos, são contabilizados no resultado pelo regime de competência. Os tributos são apurados com base no resultado antes dos tributos apresentado na Demonstração do Resultado e ajustado conforme legislação tributária vigente em relação a despesas não dedutíveis, exclusões de base de cálculo permitidas por lei e eventuais benefícios fiscais. As alíquotas aplicáveis para o Imposto de Renda são de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente ao limite estabelecido, e a Contribuição Social com alíquota de 9%.

b) Tributos diferidos
Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas), utilizando as mesmas alíquotas dos tributos correntes. São reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade fiscal. Estão apresentados no Balanço Patrimonial pelo valor líquido.

2.17 Tributos sobre a receita
As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de Integração Social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

2.18 Empréstimos e Financiamentos
Montante inicial dos recursos captados de terceiros classificáveis no passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados em conta redutora no passivo em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, demonstrando desta forma a captação líquida conforme CPC 08 (R) item 12.

Para os ativos qualificáveis (ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou para venda) os custos são capitalizados de acordo com o disposto no item 8 do CPC 20(R1) – Custos de Empréstimos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, considerando a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação. Portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

As variações cambiais referentes ao financiamento de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são apuradas entre o saldo contábil do empréstimo à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo convertido à taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.

2.19 Arrendamento
O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, estabelecendo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (valores abaixo de US$ 5).

2.20 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes
As provisões relativas às demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado de forma confiável. Se houver obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Consistem em numerários em poder dos bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(a) Refere-se ao float bancário com liberação entre 1 a 3 dias úteis após o ingresso na conta bancária;
(b) As aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
B.Brasil	568	1109
BBM	1.771	9.051
Bradesco	2.112	359
Itaú	103.503	7.058
Safra	10	10
Santander	-	111.324
	107.964	**128.911**

A remuneração média das aplicações financeiras no acumulado até o 4º trimestre de 2021 foi de 91,89% do CDI (Em 31 de dezembro de 2020 foi de 91,66 do CDI%).
Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratar de aplicações em fundos de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

As aplicações financeiras no BBM e Bradesco referem-se a uma exigência contratual, na emissão da 5ª, 6ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e são movimentadas mensalmente com o fim de amortizar tais obrigações.

As demais aplicações são para atendimento dos demais compromissos de curto prazo e são mantidas no grupo de Caixa e Equivalentes de caixa conforme expectativa de utilização por parte da Companhia no decurso de seis meses.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicações com liquidez imediata para atendimento de compromissos de curto prazo. Difere-se das aplicações alocadas em Caixa e Equivalentes de Caixa apenas quanto a perspectiva de sua utilização por parte da Companhia, que é após seis meses e estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Itaú	85.130	-
Santander	345.290	-
	430.420	**-**

A remuneração média das aplicações financeiras no acumulado até o 4º trimestre de 2021 foi de 104,82% do CDI.

Decorre dos recursos da 9ª emissão de debêntures no valor de R$250.000, do Termo de Acordo de quitação dívidas celebrado com o estado de Goiás, conforme nota 39.1 e do retorno das atividades de corte e consequente elevação da arrecadação da Companhia.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	586	-
Caixa Econômica Federal	2.774	-
	3.360	**-**
Não Circulante		
Caixa Econômica Federal	11.567	13.146
	11.567	**13.146**
Total	**14.927**	**13.146**

São exigências contratuais, estando classificadas no ativo não circulante as reservas em garantia de contratos com vencimento após 12 meses. No ativo circulante estão classificadas as aplicações de contratos com vencimento dentro dos próximos 12 meses assim como as demais aplicações com disponibilidade dentro do exercício.

Da variação líquida em títulos e valores mobiliários no valor de R$1.781, R$505 referem-se a rendimentos de aplicações financeiras sem efeito caixa.

A remuneração média das aplicações financeiras em 2021 foi de 74,57% do CDI (Em 31 de dezembro de 2020 foi de 98% do CDI)

7. CRÉDITOS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2021			31/12/2020		
	Particular	Público	Total	Particular	Público	Total
Faturados a vencer	103.162	11.990	115.152	108.915	10.664	119.579
A vencer há mais de 30 dias	39.316	9.267	48.583	29.106	6.040	35.146
Vencidos até 30 dias	91.304	4.087	95.391	91.509	3.873	95.382
Vencidos de 31 a 60 dias	37.712	2.195	39.907	45.241	2.770	48.011
Vencidos de 61 a 90 dias	18.355	1.554	19.909	29.739	2.475	32.214
Vencidos de 91 a 120 dias	13.535	1.144	14.679	21.514	1.546	23.060
Vencidos de 121 a 180 dias	21.641	1.773	23.414	32.940	2.808	35.748
Vencidos de 181 a 360 dias	5.355	5.381	10.736	5.274	5.382	10.656
Vencidos de 361 dias a 5 anos	23.722	6.548	30.270	18.636	85.252	103.888
Vencidos acima de 5 anos	1.741	2.456	4.197	762	8.331	9.093
Arrecadação a discriminar	(100)	-	(100)	(704)	-	(704)
Estimativa a faturar	90.782	6.782	97.564	89.410	5.521	94.931
(-) AVP Créditos a Receber	(1.656)	(266)	(1.922)	(1.011)	(296)	(1.307)
(-) PCLD	(9.030)	(18.507)	(27.537)	(10.480)	(104.762)	(115.242)
Subtotal	**435.839**	**34.404**	**470.243**	**460.851**	**29.604**	**490.455**
Créditos a receber (Não Circulante)	24.378	15.533	39.911	16.916	17.915	34.831
(-) AVP Créditos a Receber	(4.167)	(3.385)	(7.552)	(3.127)	(4.288)	(7.415)
(-) PCLD	(261)	(2.921)	(3.182)	(1.379)	(7.363)	(8.742)
Subtotal	**19.950**	**9.227**	**29.177**	**12.410**	**6.264**	**18.674**
Total	**455.789**	**43.631**	**499.420**	**473.261**	**35.868**	**509.129**

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multas, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos.

A movimentação na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, constituída conforme política mencionada na nota 2.3 a), foi como segue:

base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 Fatores de risco financeiro
Os negócios da Companhia, sua posição financeira e o resultado de suas operações podem ser afetados por oscilações e sazonalidades da conjuntura econômica, expondo-a aos riscos de:
a) Risco de mercado (risco da taxa de juros e risco da flutuação cambial)
b) Risco de crédito
c) Risco de liquidez
d) Risco de contratos de Concessão/Programa

(a) Risco de mercado

Risco da taxa de juros
A Saneago está sujeita às oscilações de cada um dos indexadores das taxas de juros provenientes de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicações financeiras, que impactam seus pagamentos e recebimentos e, consequentemente, seus fluxos de caixa, tais como TR (Taxa Referencial), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) ou índices de inflação como IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Conforme Política de Gestão de Riscos Financeiros, para mitigar os riscos inerentes à taxa de juros a Companhia poderá utilizar os seguintes instrumentos financeiros e estratégias: contratos de swap, repactuação dos contratos ou liquidação antecipada.

Sensibilidade da Dívida
Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se o saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, Cotação do Dólar, TJLP e TR. Assim, com base na expectativa de mercado para o fechamento desses indexadores em dezembro de 2021, procedeu-se a simulação de três cenários. O Cenário provável considera a evolução esperada dos indicadores, enquanto os Cenários II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

		Sensibilidade da Dívida - 31/12/2021					
Indicadores	Exposição	Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
		Taxas	Valor	Taxas	Valor	Taxas	Valor
IPCA (FIDC IV)	108.445	5,44%	114.345	6,80%	115.820	8,16%	117.295
CDI (Bancos + Debêntures)	741.867	11,75%	829.036	14,69%	850.828	17,63%	872.621
Dólar (BID)	86.942	5,60	93.828	7,00	117.285	8,40	140.742
TR (Caixa Econômica Federal)	117.465	0,03%	117.497	0,03%	117.505	0,05%	117.526
Sub Total	**1.054.719**		**1.154.706**		**1.201.438**		**1.248.184**
Cotas Subordinadas	(91.472)						
Custo de Transação	(12.475)						
	950.772						
Não sujeito a riscos							
FCO - Cezarina e Silvânia (a)	4.237						
	955.009						

a) Contrato na modalidade pré-fixado.

Risco da flutuação cambial
A Saneago está sujeita às oscilações de cada moeda que compõe suas relações financeiras, e que, consequentemente impactam seu fluxo de caixa. Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, e, consequentemente, impactando as despesas financeiras.

Conforme Política de Gestão de Risco Financeiros, com objetivo de reduzir a imprevisibilidade da variação cambial e otimizar a gestão de caixa aumentando o seu grau de previsibilidade, a Companhia poderá contratar um instrumento de hedge de proteção. Os instrumentos de hedge elegíveis são: Contratos de Swap ou Contrato a Termo de moedas (NDF). A contratação destes instrumentos deverá observar o cálculo de custo versus benefício esperado em relação ao instrumento utilizado.

Sensibilidade da dívida externa – BID
Em relação ao contrato 1414/OC firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, não houve adoção de mecanismos de trava de proteção contra as oscilações da variação cambial "contrato de Hegde", no entanto, a Companhia avaliou a possibilidade de Hegde em virtude das mudanças presentes e prováveis no cenário econômico mundial.

A Análise de Sensibilidade projetada em 31 de dezembro 2021 para os períodos seguintes apontou ligeira alta no valor esperado da dívida, devido ao aumento da taxa de juros, aceleração da inflação no Brasil e por conta da expectativa de valorização da moeda estrangeira provocada principalmente pela crise no sistema mundial em virtude da pandemia do Covid-19 que tem afetado de maneira substancial as condições financeiras nacionais e internacionais. No âmbito externo, os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem e também as incertezas sobre políticas econômicas, desaceleração da economia e de natureza geopolítica – notadamente as disputas comerciais – que podem contribuir para um crescimento global ainda menor. Os fatores internos estão relacionados à capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver revés no cenário internacional e à perspectiva de reformas estruturais, especialmente as de natureza fiscal e que propiciem a retomada do processo de recuperação econômica. A cotação do dólar no pagamento da parcela que venceu em outubro de 2020 foi de R$ 5,59. Para pagamento da parcela que venceu em outubro de 2021, a cotação foi de R$ 5,52. A projeção da taxa de câmbio para 2022 é de R$ 5,60.

Os valores para o dólar destes cenários foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) em 04 de fevereiro de 2022.

(b) Risco de Crédito
Praticamente toda a população do Estado de Goiás é cliente da Saneago. Considerando o tipo de negócio da Companhia, para os clientes particulares em inadimplência adota-se a prática de corte no abastecimento, não sendo efetuada nenhuma análise de crédito. Em virtude da pandemia de Covid-19 os cortes foram suspensos no período de 19 de março de 2020 a 03 de janeiro de 2021, sendo mantida a suspensão apenas para clientes da categoria social e demais categorias consideradas vulneráveis que vigorou até o final de 2021. A prática de corte não se aplica para os clientes públicos, no entanto a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência por meio de negociações com prefeituras devedoras e com órgãos da administração pública do Estado de Goiás.

(c) Risco de liquidez
O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da Companhia não possuir recursos suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros na data estabelecida para cada dívida e, por consequência, os descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos.

O risco de liquidez da Companhia decorre principalmente da capacidade da geração de caixa gerado por suas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e de instituições privadas e é influenciado pela escassez hídrica que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela redução do faturamento em atendimento ao cumprimento de decisão judicial, pela redução na demanda que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela elevação da inadimplência e dos custos e despesas não gerenciais acima dos limites projetados e pelo reconhecimento e realização de despesa não recorrente e não contingenciada.

A gestão da exposição do risco de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento e do controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para que a Companhia possa cumprir com as suas obrigações.

(d) Risco de contratos de Concessão/Programa
Os resultados da Saneago dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações o município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não amortizados sendo esta uma garantia por lei, conforme discutido na nota 2.11 (a).

3.2 Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida	31/12/2021	31/12/2020
Total dos Empréstimos/Debêntures	955.009	965.493
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(138.808)	(168.144)
(-) Aplicações Financeiras (a)	(430.420)	-
(=) Dívida líquida	385.781	797.349
(+) Total do Patrimônio Líquido	3.356.818	3.077.632
(=) Total do Capital	3.742.599	3.874.981
Índice de Alavancagem Financeira	**10,31%**	**20,58%**

(a) Aplicações Financeiras de liquidez imediata conforme nota 5.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Fixo	60	12
Bancos - Conta Corrente / Arrecadação	12.218	21.907
Bancos - Contas Vinculadas a Obras	5.842	3.089
Bancos - Arrecadação a Liberar (a)	12.724	14.225
Aplicações Financeiras (b)	107.964	128.911
	138.808	**168.144**

(a) Refere-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

(b) Referem-se ao pagamento de indenização pela renovação antecipada junto aos municípios de Goiânia, Anápolis e Águas Lindas, sendo que os valores serão amortizados em 30 anos (prazo contratual). A variação nos saldos devem-se às amortizações conforme competência dos contratos.

11. SUBDELEGAÇÃO

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através de procedimento licitatório, cujo contrato nº 1327/2013 efetivou-se em 19 de julho de 2013.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2013 com vigência prevista até 01 de novembro de 2041, sendo o contrato 1327/2013 atualmente operado pela BRK Ambiental Goiás S.A.

O contrato integra a prestação regionalizada realizada pela Saneago e possui as seguintes características:

• Entidade reguladora a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR e intervenientes anuentes os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade;
• Pagamento de outorga à Saneago de R$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
• Atendimento e ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, em 6 (seis) anos, devendo a universalização atingir no mínimo 90% (noventa por cento) da população atendida com abastecimento público de água;
• Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/faturas únicas para cobrança, corte e religação de água, micromedição entre outras atividades acessórias relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os valores referentes à outorga estão registrados no Ativo Circulante proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. O passivo circulante refere-se a encontro de contas entre as partes e decorre principalmente de receitas atribuíveis à subdelegatária mas recebidas pela Saneago. O ativo e passivo de longo prazo representam os investimentos realizados pela subdelegatária ainda não amortizados.

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Subdelegação	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outorga	10.715	10.450	6.386	1.616

	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos Sistema de Esgoto	1.111.322	839.500	1.111.322	839.500
Total	**1.122.037**	**849.950**	**1.117.708**	**841.116**

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos em garantia	18	18
Consórcio	5.019	375
Adiantamentos Diversos	406	396
Créditos de Leilões (a)	4.631	-
(-) Provisão para Perdas	(375)	(375)
	9.699	**414**
Não circulante		
Contratos em disputa judicial (b)	32.765	32.765
(-)Perdas Estimadas p/ Créditos	(32.765)	(32.765)
Outros Créditos	42	-
	42	**-**

(a) Refere-se a créditos provenientes de leilão de terreno sem uso, conforme operação citada na nota 13. Foram registrados R$280 de correção monetária sobre tais créditos a receber.

(b) Contratos em disputa judicial
A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto dos municípios abaixo:

Caldas Novas
Em face da retomada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, a Saneago ajuizou ação de indenização, Processo nº 0033803.68.1995.8.09.0051. O juiz local julgou procedente o pedido de indenização condenando o município de Catalão no valor de R$ 37.058. Em 05/06/2019, em julgamento, o TJGO cassou a decisão judicial de primeiro grau e determinou o prosseguimento do processo na instância de origem, com a inversão do ônus da prova a cargo da Saneago, a fim de se averiguar a existência dos valores a serem amortizados. Em abril/2020 os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para julgar o agravo em recurso especial interposto pela Saneago, sendo o processo concluso para decisão de seu Presidente em 06 de maio de 2020. Em 02 de outubro de 2020 o STJ conheceu do Agravo em Recurso Especial, mas negou provimento, mantendo, assim o acórdão do TJGO.

O processo retornou a vara de origem, sendo que, inadvertidamente, o feito foi arquivado, sem que fosse dado cumprimento a decisão do TJGO. A empresa já protocolizou pedido de chamamento do feito a ordem, para que se proceda o seu desarquivamento e seja dado cumprimento a decisão do TJGO e, de consequência, seja determinada a apresentação, pela empresa, dos valores a serem amortizados para que se possa apurar o valor efetivamente devido pelo município.

Catalão
O município conseguiu retomar o sistema por medida judicial, sendo que a Saneago obteve resultados desfavoráveis, não havendo a possibilidade de retomada do sistema. Foi proposta ação através do Processo n°37532.36.2016.8.09.0029. Em setembro de 2019 foi solicitado pelo procurador da SAE – Superintendência Municipal de Água e Esgoto de Catalão a habilitação para acesso ao processo eletrônico. Em 02 de junho de 2020 os autos foram conclusos para despacho do Juiz, tendo ocorrido atraso na elaboração da perícia por desistência do perito nomeado. Em 04/10/2021, houve nomeação de um novo perito e aguarda-se realização da perícia técnica para levantamento dos valores da indenização.

13. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Em 2021 a Administração da companhia decidiu por colocar à venda 17 imóveis que se encontravam em situação de ociosidade e não integram nenhum plano ou projeto de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário da Empresa. Para tanto a Companhia publicou três editais de licitações na modalidade similar ao Leilão, sob o critério de maior oferta de preço:

continua...

...continuação

Saldo em 31/12/2020	(123.984)
Reversão (Constituição) de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 34)	93.265
Saldo em 31/12/2021	**(30.719)**

Para clientes particulares a política de cobrança consiste inicialmente em reaviso de débito que compreende uma mensagem emitida na fatura da referência seguinte. Após o reaviso é concedido o prazo de 30 dias para pagamento e caso a fatura não seja quitada, há a interrupção do fornecimento de água (corte), que ocorre em média 48 dias após o vencimento da fatura original em períodos normais. Para clientes públicos não ocorre o corte, aplicando-se apenas a etapa de reaviso de débito. Além disso, por força da Resolução Normativa AGR/CR n°9/2014 para atividades consideradas essenciais não é possível a interrupção do fornecimento de água, sendo aplicável apenas a possibilidade do procedimento de redução da vazão.

A reversão da provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa deve-se ao aumento da arrecadação decorrente da retomada da atividade de corte em janeiro de 2021 e do Acordo de quitação de dívidas celebrado com o estado de Goiás em dezembro de 2021 (nota 39.1), o que reduziu a expectativa de perda no recebimento dos créditos dos clientes.

8. ESTOQUES

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais para estações de tratamento	6.666	6.984
Materiais para juntas e proteção de tubos	8	24
Materiais e equipamentos elétricos	1.934	4.003
Tubos, conexões para redes e adutoras	36.122	34.381
Materiais para ligações prediais	2.483	1.634
Hidrômetros	5.974	11.872
Válvulas e registros	6.433	7.297
Conjunto motor bomba	1.557	2.009
Materiais diversos	4.079	3.970
(-) Provisão para Perda Estoque	(10.632)	(21.678)
	54.624	**50.496**

Em 2021 ocorreram baixas por inventário no valor de R$1.922.
A movimentação na perda em estoques, constituída conforme descrito na nota 2.3, foi como segue:

Saldo em 31/12/2020	(21.678)
Reversão (Constituição) de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 34)	11.046
Saldo em 31/12/2021	**(10.632)**

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda (a)	3.171	9.813
Contribuição social (a)	11	2.574
IRRF	2.115	2.148
Receita Federal (b)	2.733	4.015
	8.030	**18.550**

(a) Refere-se a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (pagamentos a maior por estimativa mensal). Os créditos de 2020 foram utilizados em agosto/2021 para pagamento do INSS da folha de salários, sendo compensados via PERDCOMP e além disso, os valores pagos a título de estimativa no exercício de 2021 foram reduzidos devido a melhorias nos processos de apuração mensal.

(b) Refere-se a pedido de restituição do PAES e pagamento indevido de parcelamento previdenciário, sendo este último restituído em novembro de 2021.

10. Despesas Antecipadas e Adiantamentos

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de Seguros	168	154
Fundo Invest. Direitos Creditórios - FIDC IV (a)	10.881	11.478
Adiantamentos para pós graduação	27	29
Adiantamentos para viagens	673	536
Adiantamentos de férias	7.761	8.521
Adiantamento 13º salário	0	4
Remuneração Contratual (b)	6.898	6.898
Gastos com emissão de ações	3.593	2.689
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	24	-
	30.025	**30.309**
Não Circulante		
Remuneração Contratual (b)	185.905	192.803
	185.905	**192.803**

15.2 Tributos sobre o Lucro - Diferido

	31/12/2021				31/12/2020			
Tributos Diferidos Ativos	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
PCLD-Créditos a Receber	30.719	7.681	2.765	10.446	123.983	30.995	11.158	42.153
Prov. Perda de Estoque	10.633	2.658	957	3.615	21.679	5.420	1.951	7.371
Prov. Perda Investimento	564	141	51	192	564	141	51	192
Prov. Contingências	233.157	58.289	20.984	79.273	145.596	36.399	13.104	49.503
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	94	34	128	375	94	34	128
Prov. Contratos Sem Concessão	32.765	8.191	2.949	11.140	32.765	8.191	2.949	11.140
Prov. Perdas de Obras	128.347	32.087	11.551	43.638	128.347	32.087	11.550	43.637
Obrigações Atuariais	21.388	5.347	1.925	7.272	37.202	9.300	3.348	12.648
Provisão para PLR	35.246	8.811	3.172	11.983	33.635	8.409	3.027	11.436
Prejuízo Fiscal IRPJ(a)	-	-	-	-	41.823	10.432	-	10.432
Prejuízo Fiscal CSLL(a)	208.258	-	18.743	18.743	286.131	-	25.752	25.752
Total	**701.452**	**123.299**	**63.131**	**186.430**	**852.100**	**141.468**	**72.924**	**214.392**
Tributos Diferidos Passivos								
Depreciação contábil x fiscal	372.953	93.238	33.566	126.804	240.675	60.169	21660	81.829
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.476	12.619	4.543	17.162	50.477	12.619	4.543	17.162
	423.429	**105.857**	**38.109**	**143.966**	**291.152**	**72.788**	**26.203**	**98.991**
Total Tributo Diferido Líquido				**42.464**				**115.401**

Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento, a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e o montante de tributos a serem compensados pela realização das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal. A redução no valor de imposto de renda diferido ativo foi decorrente principalmente das reduções da provisão temporária de PECLD e redução do prejuízo fiscal de IRPJ, líquida do aumento da provisão temporária de contingências.

Abaixo, a projeção de realização do ativo fiscal diferido relativo ao prejuízo fiscal:

Expectativa de Realização				
Ano	Lucro Fiscal Estimado	IRPJ	CSLL	Soma
2022	117.007	-	3.159	3.159
2023	247.792	-	6.690	6.690
2024	248.813	-	6.718	6.718
2025	253.948	-	2.175	2.175

Movimentação do Imposto Diferido	
Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/2020	115.401
(+) Constituição/Realização de ativo fiscal diferido - Resultado	(22.586)
(+) Constituição de ativo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	(5.376)
(-) Constituição/Realização de passivo fiscal diferido - Resultado	(44.975)
Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/2021	**42.464**
Reversão no resultado do exercício em 31/12/2021	
Lucro antes dos impostos	487.975
Alíquota combinada 34%	165.912
(+/-) IRPJ/CSLL sobre adições e exclusões permanentes/temporárias e prejuízo fiscal	(233.473)
Reversão no resultado do exercício	**(67.561)**

Reversão no resultado do exercício - tributos diferidos	IRPJ	CSLL	Soma
PECLD-Créditos a Receber	(23.316)	(8.393)	(31.709)
Prov. Perda de Estoque	(2.761)	(994)	(3.755)
Prov. Contingências	21.890	7.880	29.770
Provisão para PLR	403	145	548
Prejuízo Fiscal IRPJ	(10.432)	-	(10.432)
Prejuízo Fiscal CSLL	-	(7.008)	(7.008)
Depreciação contábil x fiscal	(33.070)	(11.905)	(44.975)
Total	**(47.286)**	**(20.275)**	**(67.561)**

16. INVESTIMENTOS

A Companhia possui cotas de investimentos em algumas empresas onde não exerce influência significativa no montante de R$ 573, os quais estão contabilizados pelo método de custo. No entanto, a Companhia reconhece uma provisão para impairment por não ter expectativa de realização dos investimentos.

Em 25 de janeiro de 2022, na Assembleia Geral nº 169 foi aprovado o desfazimento da participação societária da Saneago nas empresas Comurg, Metrobus, Codego e Agehab no valor total de R$573 mil, seguindo-se com a notificação das empresas envolvidas para formalização do processo.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Comurg	515	515
Metrobus	46	46
Outros	12	12
	573	**573**
Provisão p/ Perdas	564)	(564)
	9	**9**

17. IMOBILIZADO

	31/12/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral	177.031	171.898
Bens de Uso Geral em Andamento(a)	212.030	160.765
Bens Custo Atribuído	64.738	64.839
Bens de Uso Geral - Leasing	7.242	7.241
Aportes a Realizar - Consórcio Corumbá	1.222	47.303
Regularização Fundiária	222	222
Direito de Uso – Veículos (nota 17.2)	59.256	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso (nota 17.2)	(41.448)	(26.238)
Deprec. Acumulada - Geral	(110.122)	(103.199)
Deprec. Acumulada - Custo Atribuído	(14.280)	(14.379)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.731)	(5.011)
	350.160	**360.583**

(a) Composição dos bens de uso geral em andamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral (Andamento)	152.147	100.948
Bens de Uso Geral PAC (Andamento)	59.883	59.817
	212.030	**160.765**

17.1 Imobilizado Técnico

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Deprec./ Amort.	Transf. para Circulante	Imobiliza - ções	Aportes	Transf.	Saldo 31/12/2021
Bens de Uso Geral	171.898	7.984	(465)	-	(2.579)	193	-	-	177.031
Bens de Uso Geral em Andamento	160.765	51.265	-	-	-	-	-	-	212.030
Bens Custo Atribuído	64.839	-	(101)	-	-	-	-	-	64.738
Bens de Uso Geral - Leasing	7.242	-	-	-	-	-	-	-	7.242
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá	47.302	-	-	-	-	-	(46.080)	-	1.222
Regularização Fundiária	222	-	-	-	-	-	-	-	222
Deprec. Acumulada Geral	(103.200)	-	433	(7.395)	-	-	-	40	(110.122)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.379)	-	101	(2)	-	-	-	-	(14.280)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.010)	-	-	(721)	-	-	-	-	(5.731)
	329.679	**59.249**	**(32)**	**(8.118)**	**(2.579)**	**193**	**(46.080)**	**40**	**332.352**

17.2 Direito de Uso – Arrendamento

A Saneago aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa 21 d.

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Uso – Veículos	59.256	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso	(41.448)	(26.238)
	17.808	**30.904**

A movimentação do imobilizado Direito de Uso pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado - Direito de Uso	Saldo 31/12/2020	Adição	Deprec. / Amort.	Saldo 31/12/2021
Direito de Uso - Veículos	57.142	2.114	-	59.256
Deprec. Acum - Direito de Uso	(26.238)	-	(15.210)	(41.448)
Total	**30.904**	**2.114**	**(15.210)**	**17.808**

Conforme deliberação CVM N° 859, de 07 de junho de 2020 a Companhia revisou seus arrendamentos firmados de acordo com o CPC 06 (R2) e identificou que não houve modificações de contrato ou de pagamento dos Direitos de Usos nos anos de 2020 e 2021 e que esses ativos permaneceram em normal operação mesmo em meio ao cenário de Pandemia (COVID-19).

18. ATIVO DE CONTRATO

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa efetiva dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativos de Contratos	Saldo em 31/12/20	Adição	Adto. a Fornecedor	Ajuste de Inventário	Compras e Devoluções de Estoque	Transf. p/ Almoxarifado	Aplicação/ Estorno de Estoque	Imobilização de Obras	Saldo em 31/12/2021
Sistema de Água	253.634	16.311	-	-	-	-	-	(51.693)	218.252
Sistema de Esgoto	427.600	25.570	-	-	-	-	-	(38.166)	415.004
Estoque de Obras	48.918	-	-	(1.364)	13.667	(2.452)	(13.825)	-	44.944

Processo Licitatório	Data de Publicação	Modalidade	Quantidade / Ativos no Lote	Valor Mínimo de Arremate	Status do Processo	Lance vencedor
19176/2019	29/09/2021	Alienação, Similar ao Leilão	11 terrenos	1.681	Finalizado	2.090
8179/2015	03/08/2021	Alienação, Similar ao Leilão	5 terrenos	230	Em andamento	-
21107/2015	28/06/2021	Alienação, Similar ao Leilão	1 Terreno	4.709	Finalizado	6.961
				6.620		**9.051**

A partir da decisão supracitada e conforme orientações do CPC 31/IRFS 5 Ativo não Circulante Mantido para venda, para as demonstrações financeiras de 2021 esses ativos foram transferidos do Ativo Não Circulante para o Ativo Circulante, sendo algumas alienações já concluídas, todas acima do custo de aquisição, conforme segue:

Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	31/12/2020	Ingressos	Venda de Ativo	31/12/2021
Terrenos	-	2.693	(2.690)	3
Total	**-**	**2.693**	**(2.690)**	**3**

Ganho na Alienação de Ativos - 31/12/2021	
Receita de Venda na Alienação	9.051
Valor Contábil dos Ativos Alienados	(2.690)
Ganho na Alienação do Ativo Imobilizado	**6.361**
Impostos sobre o Ganho 34%	(2.163)
Ganho Líquido com Venda de Ativos	**4.198**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais	18.491	16.069
	18.491	**16.069**

Do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021, cerca de 86% correspondem a depósitos realizados nos últimos 5 anos com destaque para depósitos dos processos 5532023-46.2019.8.09.0103 ajuizado pelo Município de Minaçu no valor de R$ 6.533 e 241645.61.2008.8.09.0051 ajuizado pelo Município de Goiânia no valor de R$ 4.164.

A variação no saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente, à ação de desapropriação proposta pela Saneago através do processo 0269050-03.2011.8.09.0137 no valor de R$ 2.254.

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

15.1 Tributos sobre o Lucro - Corrente

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	487.975	487.975	468.429	468.429
IR e CSLL - Alíquotas Vigentes	(121.993)	(43.917)	(117.108)	(42.161)
Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	20.927	7.534	19.971	7.190
Perda/Recuperação de créditos não dedutíveis - Lei nº 9.430/96	1.697	611	(756)	(272)
Multas Indedutíveis	(1.134)	(408)	(260)	(93)
Gastos com emissão de ações	226	81	397	143
Patrocínios a atividades culturais e esportes (a)	1.146	(180)	746	(89)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	1.317	-	1.164	-
Incentivo Empresa Cidadã - Lei nº 11.770/08	216	(26)	-	-
Doações	-	-	412	(49)
Outros	(1.292)	(324)	(1.082)	(236)
IRPJ e CSLL - Valores Efetivos	**(98.890)**	**(36.629)**	**(96.516)**	**(35.567)**
Total do IRPJ e CSLL	**(135.519)**		**(132.083)**	
Alíquota Efetiva	**27,77%**		**28,20%**	

(a) O valor referente a patrocínio a atividades culturais e esportes em 2021 corresponde a patrocínio pago aos projetos "Kiss Me Kate" e "O Mistério de Irma Vap", no valor total de R$1.610, pela Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) e ao projeto "Anápolis Vôlei", no valor de R$400, pela Lei nº 11.438/2006.

19. INTANGÍVEL

	31/12/2021	31/12/2020
Sistema de Água	2.656.056	2.572.495
Sistema de Esgoto	2.846.653	2.801.866
Bens de Uso Geral	15.387	7.834
Software (Licenças)	48.844	34.189
Amortização Acumulada	(2.773.011)	(2.675.421)
Aportes a Realizar - Águas Lindas	54.697	55.544
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	(128.347)
Operação Decantação (Nota 41)	(118.494)	(118.494)
Regularização Fundiária	45.369	38.427
Não Oneroso – Água	51.424	46.611
Não Oneroso – Esgoto	109.261	89.179
	2.807.839	**2.723.883**

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Intangível em us o	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Deprec. Amort.	Aporte	Transf. para Circulante	Imobili - zação de Obras	Transf. para o Intangível	Saldo em 31/12/2021
Sistema de Água	2.572.495	35.452	(4.702)	-	-	(3)	52.813	-	2.656.055
Sistema de Esgoto	2.801.865	4.230	-	-	-	(111)	40.669	-	2.846.653
Bens de Uso Geral	7.835	7.618	(66)	-	-	-	-	-	15.387
Amortização Acumulada	(2.675.421)	-	2.878	(100.426)	-	-	-	(42)	(2.773.011)
Software (Licenças)	42.746	20.606	-	-	-	-	-	-	63.352
Amort. Software (Licenças)	(8.557)	-	-	(5.951)	-	-	-	-	(14.508)
Aportes a Realizar - Águas Lindas	55.544	-	-	-	(847)	-	-	-	54.697
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	-	-	-	-	-	-	-	(128.347)
Operação Decantação (Nota 42)	(118.494)	-	-	-	-	-	-	-	(118.494)
Regularização Fundiária	38.427	10.916	-	-	-	-	(3.974)	-	45.369
Intangível não Oneroso - Água	113	604	-	-	-	-	2.701	-	3.418
Intangível não Oneroso - Esgoto	-	557	-	-	-	-	12.957	-	13.514
(-) Subvenções/Assistências Governamentais	(110)	-	-	313	-	-	(16.818)	-	(16.615)
Amortização Bens não onerosos	(3)	-	-	(315)	-	-	-	2	(316)
Total	**2.588.093**	**79.983**	**(1.890)**	**(106.379)**	**(847)**	**(114)**	**88.348**	**(40)**	**2.647.154**
Intangível em andamento - Não Oneroso									
Não Oneroso - Água	46.610	7.515	-	-	-	-	(2.701)	-	51.424
Não Oneroso - Esgoto	89.180	33.038	-	-	-	-	(12.957)	-	109.261
Total	**135.790**	**40.553**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.658)**	**-**	**160.685**
Total do Intangível	**2.723.883**	**120.536**	**(1.890)**	**(106.379)**	**(847)**	**(114)**	**72.690**	**(40)**	**2.807.839**

20. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

20.1 Ativo Imobilizado e Intangível

Os saldos dos ativos imobilizado e intangível incluem bens constituídos com recursos próprios e ou adquiridos com repasses de verbas do OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 19 de dezembro de 2007 foram celebrados contratos de repasse entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como Interveniente Executora a Saneago que celebrou convênio com vários municípios. O objeto de cada convênio é estabelecer ação conjunta entre a Saneago e o Município, visando à execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e/ou sistema de abastecimento de água, bem como transferir o valor da contrapartida, de responsabilidade do Estado de Goiás, para a Companhia.
As devoluções são tratadas nos contratos de repasse, item 8.5.1, Cláusula oitava – Da execução financeira, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:
a) Quando não for executado o objeto pactuado no contrato;
b) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
d) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual, a consecução/ampliação do objeto e como contrapartida.

Nos casos acima, a efetivação da devolução dos recursos obedecerá às regras contratuais de inexecução, execução parcial do objeto ou desconformidades.

Os repasses por municípios estão discriminados abaixo:

Cidade	Contrato	31/12/2020	Ingresso PAC	Obras Concluídas/Outros	31/12/2021
Formosa	0218016-87	7.689	-	3	7.692
Stº Antônio do Descoberto	0218331-07	388	-	1	389
Cristalina	0226017-65	307	-	-	307
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	3.873	994	(301)	4.566
Valparaíso	0218021-51	-	-	-	-
Luziânia	0218328-52	1.465	-	-	1.465
Planaltina	0218330-94	63	-	-	63
Valparaíso	0218343-40	44	-	-	44
Novo Gama	0226015-46	129	-	-	129
Novo Gama	0226018-79	971	-	1	972
Goiânia – Vila Adélia	0226024-57	7.294	-	-	7.294
Luziânia	0226026-76	68.824	784	2	69.610
Luziânia	0231460-45	57	-	-	57
Trindade	0237772-43	1.189	37	(1.227)	-1
Goiânia	0350788-10	40.315	-	-	40.315
Stº Antônio do Descoberto	0350796-17	2.686	-	(1.631)	1.055
Pirenópolis	0350884-88	1.422	2.286	-	3.708
Aparecida de Goiânia	0351738-28	3.094	5.076	-	8.170
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	23.463	18.973	(4.076)	38.360
Anápolis SES	0408691-99	21.134	1.459	(9.137)	13.456
Outros Contratos	Diversos	-	-	44	44
Total PAC		**184.407**	**29.609**	**(16.321)**	**197.695**

Cidade	Contrato	31/12/2020	Ingresso PAC	Obras Concluídas/Outros	31/12/2021
Outros Programas					
Adutora João Leite	1524/01	729	-	-	729
Adutora João Leite	0187/06	1.472	-	-	1.472
Amaralina - FUNASA	25	248	-	-	248
Nerópolis - ANA-PRODES	68/15	4.601	-	-	4.601
Pires do Rio - ANA PRODES	68/15	1.976	-	-	1.976
Campos Verdes FUNASA/SECIMA	TC650/20	383	-	-	383
Goiânia-Recuperação Florestal	0153005/16	604	-	(604)	-
Vianópolis	1288/14	131	-	-	131
Itapirapuã	1283/2014	51	-	-	51
Itapuranga		-	53	-	53
Total Outros Programas		**10.195**	**53**	**(604)**	**9.644**
Total Geral		**194.602**	**29.662**	**(16.925)**	**207.339**

20.2 Programa Água Social

Em 16 de dezembro de 2021 o governo de Goiás criou o Programa Água Social, pela lei 21.203/2021. O programa estabelece o subsídio de até 80% da fatura de água às famílias residentes no estado de Goiás atendidas pela Saneago que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. São considerados prioritariamente elegíveis como beneficiários da tarifa social os usuários que não têm capacidade econômica para pagar integralmente os custos dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, nos termos do art. 55 da lei 14.939/2004.

O programa terá duração de 12 meses e é financiado pelo Estado de Goiás por meio de repasses à Saneago e por subsídios tarifários propostos por ela e aprovados pelo agente regulador, conforme o inciso II do art. 31 da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Em 2021 foram repassados R$502 sendo concedidos subsídios no valor de R$35. O saldo pendente em 31/12/2021 representa os valores já repassados pelo estado ainda não aplicados no programa e será amortizado conforme concessão do subsídio.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

BID
Os juros são pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada trimestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 08 de outubro de 2021 foi de 0,95% ao semestre e 1,89% ao ano. As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027.

Debêntures 4ª Emissão
Em dezembro de 2017 fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 352ª reunião do mesmo conselho em 15 de dezembro de 2017.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R$)
130.000	1.000	130.000.000

Esta emissão foi liquidada e a última parcela foi paga na data de 15 de dezembro de 2021.

Debêntures 5ª Emissão
Em dezembro de 2018 fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada 08 de novembro de 2018.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R$)
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro, a ser verificado anualmente, estabelecido para a 5ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e no encerramento em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

Debêntures 6ª Emissão
Em setembro de 2019 fez-se instrumento particular de escritura da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

continua...

...continuação

Adiant. a Fornecedores	-	-	2.700	-	-	-	-	-	2.700
	730.152	41.881	2.700	(1.364)	13.667	(2.452)	(13.825)	(89.859)	680.900

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R$)
140.000	1.000	140.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 6ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e deve ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2021.

Debêntures 8ª Emissão
Em novembro de 2020 fez-se instrumento particular de escritura da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 429ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago realizada em 26 de novembro 2020.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R$)
220.000	1.000	220.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 8ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado menor ou igual a 3,0, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 8ª emissão de debêntures, a ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário a partir de dezembro de 2020. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2021.

Debêntures 9ª Emissão
Em agosto de 2021, fez-se instrumento particular de escritura da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 443ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 02 de junho 2021.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R$)
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 9ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado menor ou igual a 3,0, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 9ª emissão de debêntures, a ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário a partir de 31 de dezembro de 2021. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2021.

BNDES
Os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES contêm cláusulas restritivas, com acompanhamento anual, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (covenants) que não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Administração obteve em 20 de dezembro de 2019 junto a Instituição Financeira, a extinção da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros a partir de 31 dezembro de 2019. Este financiamento foi liquidado, e o último pagamento ocorreu na data de 15 de dezembro de 2021.

FIDC IV
Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 50, alínea (e) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da Saneago, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que podem implicar em vencimento antecipado da dívida se não forem integralmente atendidas, relacionadas à cobertura da dívida, vigorando a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

Não houve descumprimento dos índices financeiros, a ser verificado semestralmente relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2021.

Banco do Brasil
Em 20 de dezembro de 2017 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB N° 330.701.235 entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, Cláusula Décima contém restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas.

Cabe ressaltar que os indicadores financeiros têm acompanhamento anual. Na posição de 31 de dezembro de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

Rating
Conforme Comunicado ao mercado divulgado em 15 de março de 2021 em cumprimento ao disposto no artigo 157, §4°, da Lei n° 6.404/1976 e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n° 358/2002, a Fitch Rating Brasil Ltda classificou o Rating da 4ª, 5ª, 6ª e 8ª emissões de debêntures da Companhia para 'A+(bra)'.

Em 28 de junho de 2021, também conforme Comunicado ao mercado e tais disposições citadas acima, a Fitch Rating Brasil Ltda classificou o Rating da 9ª emissão de debêntures em 'A+(bra)'.

Em 24 de março de 2021, também conforme Comunicado ao mercado, a Fitch Rating Brasil Ltda elevou o rating da primeira emissão da série única de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Saneago IV para 'AAAsf(bra)', de AA+sf(bra).

21.a Demonstrativo Empréstimos e Financiamentos

Banco	Tipo	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Captação	Garantia	31/12/2021	31/12/2020
BRASIL	Empréstimo	330701235	27/12/2017	06/01/2026	2,9% + CDI	940	42	30.000	a)	10.082	17.559
IBM	Empréstimo	Arrendamento Mercantil	28/07/2016	27/07/2021	3,48% + CDI	-	-	-	c)	-	404
FIDC IV	Empréstimo	FIDC	15/12/2015	15/12/2022	3,13% + CDI ou IPCA + 8,90%	47.828	7.779	600.000	i)	108.445	216.176
Cotas Subordinadas FIDC IV	Empréstimo	Cotas Subordinadas	-	-	-	-	-	-		(91.473)	(86.711)
CEF	Financiamento	Vários		2024	5,73% + TR	-	-	-	k)	4.147	5.753
CEF	Financiamento	410461-57	31/12/2013	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	132.760	d)	4.669	4.849
CEF	Financiamento	0410526-20	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	36.410	d)	25.459	26.356
CEF	Financiamento	0410517-19	14/02/2014	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	18.265	d)	5.226	5.446
CEF	Financiamento	0410538-64	27/03/2015	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	51.544	d)	39.381	41.188
CEF	Financiamento	26340190232-94	29/06/2006	30/04/2028	12% + TR	-	-	3.185	c)	1.936	1.916
CEF	Financiamento	26340190233-07	29/06/2006	30/06/2030	12% + TR	-	-	39.214	c)	22.142	22.820
CEF	Financiamento	2635248557-66	30/06/2008	12/11/2030	8,5% + TR	-	-	6.600	c)	3.510	3.748
CEF	Financiamento	2634248555-47	09/10/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	10.000	c)	5.799	6.222
CEF	Financiamento	2634248548-42	30/12/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	11.882	c)	5.197	5.582
BID	Financiamento	1414/OC	11/12/2002	11/10/2027	1,89% + VC	-	-	47.000	j)	86.942	94.448
BNDES	Financiamento	11208021	14/12/2011	15/12/2021	2,51% + TJLP	-	-	31.154	e)	-	540
BRASIL	Financiamento	40/01033-3	10/09/2012	01/04/2022	10,00%	-	-	2.360	f)	32	414
BRASIL	Financiamento	40/00984-x	20/12/2012	01/01/2028	2,94%	-	-	6.846	f)	4.205	4.896
Custos de Transação	Empréstimo	Custos de Transação				-	-	-		(7.821)	(15.720)
						48.768	7.821	1.027.220		227.878	355.886
									Circulante	44.252	134.637
									Não Circulante	183.626	221.249

21.b Demonstrativo Debêntures

Debêntures	Início	Venc.	taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Valor Captado	Garantias	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 4º Emissão	28/12/2017	15/12/2021	2,95% aa + CDI	1.448	11	130.000	b)	-	50.438
Debêntures 5º Emissão	15/11/2018	16/11/2023	2,5% aa + CDI	4.296	1.024	250.000	g)	134.497	203.910
Debêntures 6º Emissão	23/09/2019	23/09/2024	1,2% aa + CDI	3.226	1.357	140.000	h)	125.211	140.103
Debêntures 8º Emissão	27/11/2020	27/11/2025	2,45% aa + CDI	1.254	695	220.000	h)	220.489	220.150
Debêntures 9º Emissão	25/08/2021	11/08/2026	1,9% aa + CDI	2.314	2.314	250.000	h)	251.588	-
Custos de Transação Debêntures								(4.654)	(4.994)
				12.538	5.401	990.000		727.131	609.607
Circulante	121.811	133.409							
Não Circulante	605.320	476.198							

Descrição	Saldo
Empréstimos e Financiamentos	227.878
Debêntures	727.131
	955.009

a) Vinculação da arrecadação de 20% do saldo devedor no final de cada mês;
b) Vinculação da arrecadação de 150% de cada parcela vincenda;
c) Alienação do bem ao Agente Financeiro;
d) Vinculação de conta reserva equivalente a 3 vezes o Serviço da Dívida mensal do CT.
e) Vinculação da arrecadação de R$ 2 milhões, corrigido;
f) Vinculação da arrecadação de 10% do saldo devedor no final de cada mês;
g) Vinculação da arrecadação de 120% de cada parcela vincenda;
h) Vinculação da arrecadação de 110% de cada parcela vincenda;
i) Vinculação da arrecadação de 45%;
j) Aval do Estado de Goiás;
k) Sem garantia.

Demonstrativo do Não Circulante por faixa de vencimento	31/12/2021
2023	236.532
2024	213.621
2025	173.287
2026 em diante	167.488
Custos de Transação	(1.982)
	788.946

a) Consórcio Águas Lindas
As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentadas em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, no entanto a mesma está desproporcional. Em 31 de dezembro de 2021 a consorciada Caesb detém 47,65% e a Saneago 52,35%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 50,28% e a Saneago 49,72%), sendo que a diferença está reconhecida atualmente no ativo não circulante da Saneago, conforme tabela acima.

Abaixo os valores patrimoniais do consórcio reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis linha a linha:

Balanço Patrimonial - Consórcio Águas Lindas					
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.134	1.495	Aportes a Realizar - Fornecedores	3.568	2.312
Créditos a Receber de Usuários	16.822	14.716	Obrigações Trabalhistas	493	464
Despesas Antecipadas	677	677	Parcelamento	11.477	16.550
Almoxarifado	350	410		15.538	19.326
	19.983	17.298			
Não circulante			**Não circulante**		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Provisão para Demandas Judiciais	41	370
Contas a Receber de Usuários	1.172	861		41	370
Depósitos Judiciais	-	225			
Despesas Antecipadas	17.587	18.264			
	18.759	19.350			
Imobilizado e Intangível			**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	95	115	Fundo de Participação Saneago	96.253	88.791
Intangível	87.735	88.695	Fundo de Participação Caesb	87.616	89.802
Ativo de Contrato	72.876	72.831		183.869	178.593
	160.706	161.641			
Total do ativo	199.448	198.289	**Total do passivo**	199.448	198.289

b) Consórcio Corumbá
As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração é exercida por um conselho diretor que tem dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos. Em 31 de dezembro de 2021 a consorciada Caesb detém 50,34% e a Saneago 49,66%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 61,12% e a Saneago 38,88%), sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago, conforme tabela acima.

Abaixo os valores patrimoniais do consórcio reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis linha a linha:

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 387ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de julho de 2019.

21.c Movimentação efetuada nos Empréstimos e Financiamentos

	01/01/21 a 31/2/21					01/01/20 a 31/12/20				
	Captações	Amortizações Pagas	Juros Pagos	Encargos do Período	Juros Capitalizados	Captações	Amortizações Pagas	Juros Pagos	Encargos do Período	Juros Capitalizados
Financiamentos Internos	134	(13.921)	(8.072)	8.058	-	-	(11.494)	(8.294)	8.191	-
Banco Interam. de Desenvolvimento-BID	-	(14.279)	(1.841)	8.615	-	-	(13.961)	(3.017)	27.688	-
Banco IBM -Leasing	-	(404)	(158)	158	-	-	(666)	(279)	279	-
Fundo Inv. Dir.Cred. Saneago INFR. IV	-	(107.463)	(25.781)	25.512	(114)	-	(107.463)	(31.669)	31.255	(255)
Cotas Subordinadas FIDC IV	-	-	-	(4.761)	-	-	-	-	(2.350)	-
Convênios	-	(2.346)	(3.211)	3.853	-	-	(2.083)	(3.344)	4.117	-
Debêntures	250.000	(135.226)	(40.140)	42.550	(337)	370.168	(246.834)	(26.176)	25.556	(1.056)
Custo de Transação	-	-	(2.314)	10.553	-	-	-	(4.433)	14.449	-
Sub Total	**250.134**	**(273.639)**	**(81.517)**	**94.538**	**(451)**	**370.168**	**(382.501)**	**(77.212)**	**109.185**	**(1.311)**
Arrendamento - Veículos	-	(16.498)		2.027	-	-	(16.031)		2.973	-
Total	**250.134**	**(290.137)**	**(81.517)**	**96.565**	**(451)**	**370.168**	**(398.532)**	**(77.212)**	**112.158**	**(1.311)**

21.d Arrendamento – Veículos

A norma (CPC 06(R2)/IFRS 16), estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

A política contábil adotada pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2), foi a indicada pelo Oficio CVM SNC\SEP 02/19 e oficio OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2020, ou seja, inclusão da inflação na projeção futura dos fluxos de caixa contratuais.
O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2020 podem ser reconciliados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Entrada	Apropriação de juros	Pagamentos	Transferência	31/12/2021	31/12/2020
Veículos	32.091	2115	2.027	(16.498)	-	19.735	32.091
					Circulante	18.768	14.837
					Não Circulante (a)	967	17.254
						19.735	32.091

(a) Refere-se parcela de contrato com vencimento em janeiro de 2023.

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Pensão Alimentícia e Rescisões	124	169
PREVSAN	1710	24
CAESAN	3.173	6
Empréstimos Consignados	-	9
SESI,SENAI	1.487	2.472
Férias a pagar	63.695	59.541
13º Salário a Pagar	-	617
FGTS sobre férias e 13º salário	11.262	10.525
INSS a recolher salários	18.237	17.164
Provisão de INSS Férias e 13º salário	18.345	17.147
Programa de Desligamento Voluntário	-	1.967
Participação nos Resultados	320	525
	118.353	110.166

23. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	12.776	13.119
INSS Prestação de Serviços	2.271	2.414
IRRF Folha de Pagamento e Serviços	15.249	13.037
ISS	1.057	1.036
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	7.925	870
PIS a Recolher	2.710	2.833
Retenções de Contribuições Federais	508	504
	42.496	33.813
Não circulante		
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	31.666	7.314

(a) Receita Federal do Brasil

	Descrição	Início	Final	Qtde Parcelas	31/12/2021	31/12/2020
I	INSS	26/09/2017	26/01/2030	149	7.433	8.184
II	PIS/COFINS	31/08/2021	31/07/2026	60	32.158	-
					39.591	8.184
	Circulante				7.925	870
	Não Circulante				31.666	7.314

I) INSS - Débitos Previdenciários
A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.496/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com isso, após a desistência no processo judicial nº 200935000107769, incidiu-se contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale alimentação nas competências de 01/2004 a 12/2005, decorrente do não cadastramento no Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

II) PIS/COFINS
Em agosto 2021 a Saneago realizou, junto à Secretaria da Receita Federal, parcelamento Pis e Cofins referente aos processos 10120-005929/2003-73 e 10120-005927/2003-84, respectivamente. Tais processos referiam-se a contingências consideradas possíveis, decorrentes de auto de infração por não reconhecimento de compensações de tributos realizadas. O pagamento será em 60 parcelas acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

24. PARCELAMENTOS

	Descrição	Início	Final	Qtde Parcelas	Atualização	31/12/2021	31/12/2020
I	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A.0255/15	10/12/2015	10/12/2030	180	a)	10.792	11.432
II	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A 054/18	10/05/2018	10/04/2033	180	a)	4.139	4.301
III	Prefeitura Municipal de Goiânia	23/06/2018	21/09/2021	20	-	-	1.574
IV	STIUEG – Sindicato dos Trabalhadores	06/08/2020	08/03/2021	8	-	-	1.594
V	Prosul Projetos Supervisão e Planejamento	03/01/2021	03/05/2021	5	-	-	1.127
	Outros					6	155
						14.937	20.183
	Circulante					909	5.252
	Não Circulante					14.028	14.931

a) Atualização e juros mensais de 1,0% a.m.

I) AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
Em 10 de dezembro de 2015, a Companhia firmou o Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 255/15, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 18.957 de 16 de julho de 2015.

O montante engloba saldos remanescentes dos Termos de Adesão nº 024/2011 e 0102/2013 referente à Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF de períodos anteriores e Autos de Infração relacionados a não cumprimento de requisitos regulatórios.

Total Consolidado

Principal	10.808
Multa Formal	2.797
Multa	42
Juros	133
	13.780

II) AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
Em 10 de maio de 2018, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 054/2018, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 19.906 de 14 de julho de 2017, que dispõe sobre redução de juro e multa moratória, bem como correção monetária. O débito parcelado foi de R$ 4.667 e refere-se a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF em períodos entre 2016 e 2017.

III) Prefeitura Municipal de Goiânia
Em 24 de abril de 2017, firmou-se Termo de Acordo entre a Saneago e a Prefeitura Municipal de Goiânia, no valor de R$ 16.089, sendo R$ 12.484 relativos à contraprestação pela concessão dos serviços e R$ 3.605 referente às medições do corte de asfalto do período de 2011 a 2016.

IV) STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás
Em 06 de agosto de 2020, a Companhia assinou termo de acordo judicial junto ao Stiueg decorrente de ação trabalhista movida pelo Sindicato pleiteando a integração das diárias recebidas acima do percentual de 50% do salário base dos substituídos com devidos reflexos em horas extras, 13º salário, férias e FGTS.

V) PROSUL – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda
Em 20 de dezembro de 2020 foi realizado acordo judicial junto à Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda referente ao processo nº 0020716-83.2011.8.09.0051. O acordo refere-se ao pagamento de encargos moratórios das medições dos contratos 64/2006 e 1242/2008.

25. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Descrição	Início	Final	Qtd Parc	31/12/2021	31/12/2020
I	Município de Águas Lindas	28/12/2018	11/10/2019	4	10.146	15.220
					10.146	15.220

I) Município de Águas Lindas
Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Águas Lindas no qual se compromete a repassar ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Infraestrutura – FMSAI de Águas Lindas, a importância de R$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 170/2000 e mediante celebração de Contrato de Programa. Os recursos deverão ser utilizados para obras de esgotamento sanitário no município e estão condicionados ao efetivo cumprimento do cronograma de obras, sendo que, conforme execução das obras, até 31/12/2021 realizou-se o pagamento de duas parcelas.

26. NEGÓCIOS CONTROLADOS EM CONJUNTO – CONSÓRCIOS

Passivo Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Consórcio Águas Lindas (a)	-	619
Consórcio Corumbá (b)	2.144	47.861
	2.144	48.480

Causas Possíveis

Estas não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Estimado	Qtde.	Valor Estimado	Qtde.
Ambiental	44.916	32	-	-
Cível	90.870	764	183.453	1.296
Regulatória	766	41	335	10
Trabalhista	28.376	92	4.467	11
Tributária	675.838	12	552.226	10
	840.766	941	740.481	1.327

As principais causas possíveis estão elencadas no quadro a seguir:

Processo	Autor	Matéria	Valor
0057557-58.2003.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	367.300
0281694-13.2009.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	241.870
0350138-73.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal de Minaçu	Tributária	65.966
5182910-61.2019.8.09.0051	Ministério Público do Estadual	Ambiental	25.050
0350155-12.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal de Minaçu	Civil	22.122
0011388-6.2021.5.18.0011	STIUEG	Trabalhista	15.000
0251149-53.2009.8.09.0117	Eco Engenharia Ltda.	Civil	14.194
0215530-65.2004.8.09.0011	Ministério Público	Ambiental	12.247
0400750-30.2015.8.09.0051	Saalva - Associação Dos Amigos Do Residencial Aldeia Do Vale	Civil	9.000
0250140-93.2009.8.09.0137	Ministério Público do Estado de Goiás	Ambiental	4.000
5379008-22.2018.8.09.0126	Sobrado Construção Ltda	Civil	4.000
0010469-20.2021.5.18.0010	Ministério Publico do Trabalho	Trabalhista	4.000
0010290-17.2020.5.18.0012	STIUEG	Trabalhista	3.957
0279704-45.2015.8.09.0093	Prefeitura Municipal de Jataí	Civil	3.092
0390363-53.2015.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	Civil	3.000
0252088-62.2017.8.09.0146	Município de São Luís dos Montes Belos	Civil	3.000
			797.798

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.a – Plano de benefícios previdenciários – Benefício Definido

O plano de suplementação de aposentadoria 001 (Benefício Definido) é administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da SANEAGO – PREVSAN, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. De acordo com o regulamento do plano, a contribuição mensal da Patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados optantes pelo Plano Previdenciário 001 são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual, Benefício Proporcional Diferido. Estes levam em consideração o Salário Real de Benefício, equivalente à média dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial.

Para elaboração dos estudos, foram efetuadas avaliações atuariais na data base de 31 de outubro de 2021:

	Em R$
Ativo total	1.150.563
(-) Exigível Operacional	(12.927)
(-) Fundos Administrativos	(35.853)
(-) Fundos de Investimentos	(2.942)
(=) Patrimônio de Cobertura do plano	1.098.841
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela BD)	(17.057)
(=) Valor justo dos ativos do plano	**1.081.784**
Proporção das obrigações ref. empresa	100%
Valor justo dos ativos	**1.081.784**

Sendo o Passivo/Ativo Líquido:

continua...

...continuação

Balanço Patrimonial - Consórcio Corumbá

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Almoxarifado	67		Aportes a realizar - Fornecedores	1.910	1.414
	67			**1.910**	**1.414**
Não circulante					
Ativo Realizável a Longo Prazo					
Imobilizado					
Bens de uso geral	13.261	13.207	**Patrimônio líquido**		
Obras em andamento	392.911	383.140	Fundo de Participação - SANEAGO	216.965	166.212
Obras em andamento - PAC	32.592	32.525	Fundo de Participação - CAESB	219.956	261.246
	438.764	**428.872**		**436.921**	**427.458**
Total do ativo	**438.831**	**428.872**	**Total do passivo**	**438.831**	**428.872**

27. ADIANTAMENTO CONTRATUAL

Contratação de instituição bancária, privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços para processar créditos de pagamentos de salários, férias, adiantamentos de viagens, pensões e similares dos empregados da Saneago, nas condições estabelecidos no Edital e seus anexos. A contratada pagou à Saneago pelo serviço licitado a quantia de R$ 9.970 em parcela única, sendo o prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses a partir de 1 de junho de 2017. O saldo pendente de R$ 831 em 31 de dezembro de 2021 refere-se a 5 parcelas no valor de R$166 mil, correspondente ao período de janeiro/2022 a maio/2022 (saldo de R$ 2.825 relativo a 17 parcelas de mesmo valor em 31 de dezembro de 2020).

28. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Cauções	667	810
Outras contas (a)	12.725	14.919
	13.392	**15.729**

(a) Refere-se principalmente a provisão de remuneração de concessão devidas às prefeituras além de outras despesas provisionadas ainda não faturadas.

29. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, tributários e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas e devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25 conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos Cíveis	105.757	49.438
Processos Tributários	24.146	13.084
Processos Trabalhistas	101.756	81.984
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.498	1.090
	233.157	**145.596**

Abaixo a movimentação das provisões:

	Saldo 31/12/2020	Provisões/Reversões Reconhecidas	Saldo 31/12/2021
Processos Cíveis (a)	49.438	56.319	105.757
Processos Tributários	13.084	11.062	24.146
Processos Trabalhistas (b)	81.984	19.772	101.756
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.090	408	1.498
Total	**145.596**	**87.561**	**233.157**

Conforme o melhor prognóstico dos advogados responsáveis pelas causas, de acordo com Instrução Normativa da Companhia, as causas que tiveram maior impacto foram:

a) Minaçu
Trata-se de multa ambiental datada de 2002 com inscrição em dívida ativa do município e para o qual foram, dentro das matérias possíveis de discussão, opostos embargos à execução. Os embargos foram julgados improcedentes, no entanto havia expectativa de reversibilidade desta decisão por meio de interposição de recurso pela Saneago. O prognóstico de perda antes possível, foi alterado para provável fundamentado no não reconhecimento em 15 de janeiro de 2021 do recurso interposto aos embargos e na conjuntura processual atual cujos recursos cabíveis não tem capacidade de afastar questões de mérito. A expectativa de pagamento deste processo é a médio prazo e em dinheiro. Dação em pagamento ou parcelamento do crédito tributário depende de autorização legislativa municipal.

b) STIUEG
Em março de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários do Estado Goiás ajuizou três ações coletivas, que discutem o descanso dos operadores de sistema da Companhia no período de março de 2016 a fevereiro de 2021. O prognóstico de perda foi baseado em ações anteriores em que houve condenação (correspondente ao período de 2011 a fevereiro de 2016), aliada à persistência de cenário fático. A administração aplicou medidas no sentido de evitar litígios futuros em situações semelhantes.

Além das principais ações provisionadas citadas acima, ocorreu em 2021 reversão de provisão no valor de R$10.000 mil referente a causa de cobrança indevida de hidrômetros movida pelo Ministério Público. Houve acordo para pagamento de indenização no valor de R$ 6.825 mil o qual já foi quitado.

As principais causas provisionadas em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Civil	0421373-37.2007.8.09.0103	Execução fiscal certidão da dívida ativa	Pref de Minaçu	75.123
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	31.050
Trabalhista	0011614-8.2016.5.18.0004	Ação Coletiva pleiteando Repouso Semanal Remunerado	STIUEG	23.000
Trabalhista	0010341-76.2021.5.18.0017	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	17.250
Tributária	0026826-44.2018.4.01.3500	Execução Fiscal	Cons Reg. De Química	11.455
Trabalhista	0010242-39.2021.5.18.0007	Execução Fiscal	STIUEG	8.800
Tributária	10120.734564/2018-74	Auto de Infração	Receita Federal	7.427
Trabalhista	0010243-24.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	5.500
Trabalhista	0011237-62.2015.5.18.0007	Ação Coletiva Pleiteando Indenização Higienização de Uniformes	STIUEG	3.450
Tributária	5377963-81.2018.8.09.0158	Pagamento de Certidão de Dívida Ativa Nº 7/7	Pref. Sto Ant. Desc.	3.398
Trabalhista	0010348-13.2021.5.18.0003	Ação - Pagamento de reflexos do Sobreaviso Férias e 13° Sal.	STIUEG	3.300
				189.753

b) Integralização de Capital
Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 não houve integralizações.

c) Reserva Legal
É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Reserva para Investimentos
O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 73, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial
Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	50.477	50.477
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 15.2)	(17.162)	(17.162)
	33.315	**33.315**

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido do exercício de acordo com a legislação societária, sendo devidos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais, que serão pagos em até 60 dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, os quais serão calculados sobre o patrimônio líquido da Companhia em função da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) da forma prevista na IN RFB 1.700/2017 e serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios. Assim, os dividendos são distribuídos na forma de JCP no limite estabelecido conforme cálculo descrito acima, sendo que, caso o dividendo mínimo obrigatório ultrapasse esse valor, a diferença é paga como dividendos.

Como pode-se observar no quadro abaixo o valor total distribuído foi na forma de JCP:

Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	
Resultado do Exercício 2021	352.456
Resultados Reconhecidos Diretamente no PL	2
Constituição Reserva Legal (5%)	(17.623)
Lucro Distribuível Ajustado	334.835
Dividendos Obrigatórios (25%)	**83.709**
Juros Sobre o Capital Imputados aos dividendos	83.709
Total de Proventos aos acionistas em 2021	**83.709**

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	60.563	0,03244
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	23.146	0,03568
	2.515.546.367		**83.709**	

g) Lucro por Ação
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Entretanto os acionistas portadores de ações preferenciais possuem o direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Lucro no Período	Lucro por Ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	261.574	0,1401
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	90.882	0,1401
	2.515.546.367		**352.456**	

32. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receitas Brutas	31/12/2021	31/12/2020
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	2.665.220	2.605.274
Serviços Técnicos	2.425	1.763
Subvenção Tarifa Social	35	-
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receita de Construção	99.395	169.996
Total	**2.776.175**	**2.786.133**
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(44.431)	(43.170)
COFINS	(204.653)	(198.842)
Devoluções e Abatimentos	(1.688)	(2.362)
	(250.772)	**(244.374)**
Receita Operacional Líquida	**2.525.403**	**2.541.759**

33. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2021				31/12/2020			
	Custo	Administrativa	Comercial	Total	Custo	Administrativa	Comercial	Total
Pessoal	(621.802)	(363.214)	(124.691)	(1.109.707)	(591.611)	(315.558)	(117.877)	(1.025.046)
Materiais	(76.564)	(3.708)	(504)	(80.776)	(81.903)	(4.149)	(544)	(86.596)
Energia Elétrica	(242.926)	(2.790)	-	(245.716)	(212.816)	(2.427)	(9)	(215.252)
Serviços de Terceiros	(103.932)	(37.332)	(73.255)	(214.519)	(73.670)	(36.505)	(71.788)	(181.963)
Remuneração de Concessão	-	-	(75.156)	(75.156)	-	-	(73.757)	(73.757)
Gerais	(5.994)	(22.648)	(20.275)	(48.917)	(6.044)	(11.129)	(4.859)	(22.032)
Amortização	(100.379)	(5.972)	(24)	(106.375)	(101.810)	(6.693)	(35)	(108.538)
Depreciação	(3.177)	(19.301)	(131)	(22.609)	(3.944)	(18.648)	(125)	(22.717)
Deprec. do Custo Atribuído	-	(2)	-	(2)	(2)	(4)	-	(6)
Depreciação Leasing	(97)	(545)	(79)	(721)	(96)	(550)	(74)	(720)
Crédito de Pis/Cofins Sobre Depreciação e Amortização	14.154	-	23	14.177	13.254	561	5	13.820
	(1.140.717)	**(455.512)**	**(294.092)**	**(1.890.321)**	**(1.058.642)**	**(395.102)**	**(269.063)**	**(1.722.807)**
Custo de Construção	(99.395)				(169.996)			
	(1.240.112)				**(1.228.638)**			

(a) A partir do exercício de 2021 os créditos, antes deduzidos das despesas sobre depreciação e amortização, passaram a ser contabilizados e demonstrados em rubrica específica.

34. PROVISÕES/REVERSÕES E PERDAS/RECUPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(87.561)	(3.387)
Provisões/reversões Líquidas Esp. Liquidação Duvidosa	93.265	21.791
Provisões/Reversões PLR Empregados (a)	(1.611)	(33.635)
Provisões/Reversões Perdas em Obras	-	3.750
Provisões/Reversões Perdas de Estoques	11.046	10.203
Provisões/Reversões Líquidas	**15.139**	**(1.278)**
Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos Líquidas	(35.542)	(95.020)
Provisões/Reversões Líquidas	**(20.403)**	**(96.298)**

(a) Em 2021 ocorreu a reversão da provisão do PLR no valor de R$33.635, sendo realizado o valor de R$33.057 como despesa efetiva (grupo de outras receitas/despesas operacionais). Além disso, foram provisionados R$35.246 referente ao PLR exercício 2021.

35. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimentos e Indenizações	2.335	600
Alienação e Baixas de Imobilizados	2.664	(9.744)
Venda de Materiais Inservíveis	4.180	1
Ajustes em Estoques	(1.530)	2.574
Indenizações Judiciais Ativas (a)	13.659	-
Plano de Participação de Empregados nos Lucros (b)	(33.057)	-
Outras Receitas/Despesas das Operações	4.083	2.015
	(7.666)	**(4.554)**

Apuração do Passivo (Ativo) líquido	31/12/2021	31/12/2020
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.103.173	1.184.225
2 Valor justo dos ativos do plano	(1.081.784)	(1.147.023)
3 Déficit/(Superávit) apurado	**21.389**	**37.202**
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	-	-
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	**-**	**-**
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	**21.389**	**37.202**

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, percebe-se uma desvalorização dos Ativos junto a uma redução nas obrigações atuariais apuradas no plano previdenciário do ano de 2020 para o ano de 2021, portanto os recursos existentes no plano previdenciário em 31 de outubro de 2021 ainda não são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, apresentando assim um passivo atuarial em 2021 de R$21.389.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções
As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação do CPC 33(R1) com a finalidade de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar os benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais. Em 2020 para o cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais.

Premissas em	31/12/2021	31/12/2020
Taxa real de desconto atuarial	5,48%	3,66%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,48%	3,66%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,20%	3,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento / HCCTR (em Saúde)	0,00% 98,00%	0,00% 98,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	5,03%	3,32%
Inflação esperada	10,79%	7,10%
Taxa de desconto nominal	10,79%	7,10%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	8,39%	6,73%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,03%	3,32%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	BR-EMSsb-2015, segregada por sexo	BR-EMSsb-2015, segregada por sexo
Mortalidade geral	MI-85 segregada por Sexo	MI-85 segregada por Sexo
Mortalidade de inválidos	TASA 27	TASA 27
Entrada em invalidez	1,50% a.a. Linear	1,00% a.a. Linear

30.b.– Plano de benefícios previdenciários – Contribuição Definida

Aprovado em 16 de abril de 2019, conforme Portaria nº 310 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, CNPB nº 2019.0009-38, o plano de Benefícios Previdenciários 002, administrado pela PREVSAN é de Contribuição Definida, ou seja, modalidade cujos benefícios programados têm seu valor ajustado ao saldo de Cotas mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.
Custeado por contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e da patrocinadora Saneago. A contribuição mensal dos participantes será, no mínimo, 3% do SRC e o máximo a critério do participante. A contribuição da Patrocinadora será, no mínimo 3% do SRC e no máximo 6,10%.

30.c.Plano de Assistência à Saúde

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago – CAESAN é uma associação privada sem fins lucrativos, destinada a prestar aos seus beneficiários contribuintes, dependentes e agregados, assistência à saúde médico-hospitalar, sob a modalidade de Autogestão patrocinada singular, mediante o oferecimento de planos coletivos sob o regime de contratação por adesão, na forma e condições previstas em Regulamento de Benefícios específicos.
Desta forma, o Programa de Assistência à Saúde é mantido por contribuições normais e especiais, à base de 40% (quarenta por cento) incidentes sobre o montante das despesas dos empregados durante a atividade, no que refere ao patrocínio da Saneago, conforme consta do artigo 68 do Regulamento. Para os ex-empregados e aposentados que optarem pelo programa assumem o seu custo e aquele que seria devido pela patrocinadora, conforme dispõe o artigo 69 do Regulamento.

O Programa de Assistência à Saúde da CAESAN possui característica de Plano de Contribuição Definida. Para fins de atendimento à Deliberação CVM 695/12, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de Plano é apurada através do montante das contribuições da Saneago vertidas ao Plano que, no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 29.950 (R$21.964 em 31 de dezembro de 2020), não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma no Estatuto Social, até o limite de R$ 3.125.000.000,00 (três bilhões, cento e vinte e cinco milhões de reais), nos termos da legislação vigente e observada a proporção prevista no estatuto. (Art. 5º §1° do Estatuto).

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.515.546.367,76 (dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), representado por 2.515.546.367 (dois bilhões, quinhentas e quinze milhões, quinhentas e quarenta e seis mil, trezentas e sessenta e sete) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O acionista, Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias, solicitou por meio do Ofício nº 091/2019 - GP, de 18 de outubro de 2019, e confirmado através do Ofício nº 004/2020 - GP, de 09 de janeiro de 2020, a conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais. A conversão no valor de 170.998.719, (demonstrada no quadro abaixo), foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração nº 404/2020 de 30 de janeiro de 2020.

31/12/2021

Acionistas	Nº Ações Ordinárias Qtdade	%	Nº Ações Preferenciais Qtdade	%	Nº Total de Ações Qtdade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
Total	**1.866.906.374**	**100,00 %**	**648.639.993**	**100,00%**	**2.515.546.367**	**100,00 %**

31/12/2020

Acionistas	Nº Ações Ordinárias Qtdade	%	Nº Ações Preferenciais Qtdade	%	Nº Total de Ações Qtdade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
Total	**1.866.906.374**	**100,00 %**	**648.639.993**	**100,00%**	**2.515.546.367**	**100,00 %**

O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R$ 1,00 (Um real).

37. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Atualmente 62 dos contratos com municípios do Estado de Goiás são na modalidade de Contratos de Programa, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminado o montante a ser investido e o montante realizado.

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 31/12/21 Saneago	Valor Investido até 31/12/21 BRK Ambiental	Total Investido
Adelândia	16/01/2048	525	90	-	90
Águas Lindas de Goiás	28/12/2048	309.022	2.161	-	2.161
Anápolis	27/02/2050	525.925	30.314	-	30.314
Anicuns	10/04/2048	42.785	6.575	-	6.575
Aparecida de Goiânia	01/11/2041	988.848	192.999	657.643	850.642
Aporé	06/04/2048	7.682	271	-	271
Aragoiânia	26/12/2042	27.926	1.276	-	1.276
Araguapaz	16/03/2048	5.210	925	-	925
Avelinópolis	22/01/2046	1.724	244	-	244
Barro Alto	26/12/2042	32.703	1.861	-	1.861
Brazabrantes	06/02/2044	8.056	1.479	-	1.479
Cachoeira Alta	27/07/2045	26.167	910	-	910
Caldazinha	02/08/2048	1.070	269	-	269
Campestre de Goiás	06/01/2046	645	315	-	315
Campinaçu	12/08/2045	13.146	9.750	-	9.750
Cavalcante	28/12/2048	1.612	2.114	-	2.114
Cezarina	17/12/2042	23.352	15.069	-	15.069
Cidade Ocidental	01/11/2041	243.394	18.024	-	18.024
Cristalina	07/02/2044	58.952	20.251	-	20.251
Davinópolis	04/05/2048	506	108	-	108
Diorama	24/07/2047	1.091	27	-	27
Divinópolis	05/10/2047	675	177	-	177
Flores de Goiás	14/08/2044	4.221	350	-	350
Goiandira	03/10/2048	1.457	139	-	139
Goiânia	17/12/2049	3.419.897	205.792	-	205.792
Guarani de Goiás	15/09/2040	962	598	-	598
Guarinos	16/02/2048	1.383	143	-	143
Hidrolândia	03/08/2046	9.737	2.566	-	2.566
Indiara	30/04/2044	32.180	1.741	-	1.741
Inhumas	17/06/2050	79.176	4.638	-	4.638
Israelândia	24/11/2039	3.300	120	-	120
Itajá	19/12/2042	2.328	342	-	342
Itapaci	28/12/2048	56.172	807	-	807
Itapuranga	28/12/2048	8.063	7.776	-	7.776
Jataí	01/11/2041	114.116	33.571	112.401	145.972
Jussara	26/12/2046	5.759	825	-	825
Luziânia	01/12/2045	366.853	29.824	-	29.824
Mambaí	07/03/2046	1.689	429	-	429
Minaçu	06/02/2044	57.857	9.973	-	9.973
Morrinhos	30/11/2040	46.917	18.183	-	18.183
Morro Agudo de Goiás	02/05/2046	1.198	403	-	403
Mozarlândia	28/12/2046	1.894	1.136	-	1.136
Nazário	04/05/2048	2.280	241	-	241
Novo Gama	16/11/2048	253.055	3.398	-	3.398
Palmelo	29/10/2042	1.039	164	-	164
Perolândia	21/12/2048	499	182	-	182
Petrolina de Goiás	20/10/2041	6.797	7.607	-	7.607
Pires do Rio	03/11/2038	10.529	23.730	-	23.730
Posse	12/06/2047	19.945	9.609	-	9.609
Rio Verde	01/11/2041	249.889	57.247	202.345	259.592
Santa Cruz de Goiás	28/06/2043	1.497	306	-	306
Santo Antônio da Barra	29/12/2045	3.977	408	-	408
Santo Antônio de Goiás	02/12/2045	15.868	791	-	791
Santo Antônio do Descoberto	10/06/2046	55.686	22.807	-	22.807
São Domingos	28/12/2048	1.334	292	-	292
São João D'aliança	31/05/2049	3.033	1.605	-	1.605
São Luís de Montes Belos	19/12/2042	41.928	5.829	-	5.829
São Miguel do Passa Quatro	18/12/2049	8.686	298	-	298
Trindade	01/11/2041	169.222	21.333	138.933	160.266
Uirapuru	28/12/2048	699	63	-	63
Uruaçu	28/12/2048	44.341	2.769	-	2.769
Valparaíso de Goiás	16/11/2048	389.652	3.374	-	3.374
		7.816.131	**786.618**	**1.111.322**	**1.897.940**

38. SEGUROS

Em 05 de julho de 2021 foi renovada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de garantia que é de cinquenta milhões de reais. O total do prêmio pago foi de 336 mil em 4 parcelas.

A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes aos seus negócios bem como dos seus ativos. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

39. OPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo as entidades que se relacionam com a Saneago, conforme item 9, CPC 05(R1) e deliberação CVM 642 de 07 de outubro de 2010.

39.1 Operações com o Estado de Goiás

a) Relação de Dependência
A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital. Exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos
O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financi amento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o BNDES.

c) Prestação de Serviços
A Companhia presta serviços de água e esgoto a órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás, no quarto trimestre de 2021 a receita bruta da Companhia com o Estado de Goiás foi de R$55.054 totalizando R$227.712 no acumulado (no quarto trimestre de 2020 foi de R$54.255 e R$228.493 no acumulado).

O saldo dos débitos vencidos e a vencer desses órgãos são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Faturados a vencer	5.522	4.730
A vencer há mais de 30 dias	4.435	1.030
Vencidos até 30 dias	1.615	1.614
Vencidos de 31 a 60 dias	358	1.135
Vencidos de 61 a 90 dias	376	1.158
Vencidos de 91 a 120 dias	364	364
Vencidos de 121 a 180 dias	481	915
Vencidos de 181 a 360 dias	3.222	2.566
Vencidos de 361 dias a 5 anos	6.375	85.245
Vencidos acima de 5 anos	2.435	8.303
Estimativa a faturar	3.254	2.718
(-) AVP Créditos a Receber	(27)	(51)
(-) PCLD	(14.459)	(106.201)
Subtotal	**13.951**	**3.526**
Créditos a receber (Não Circulante)	2.115	1.697
(-) AVP Créditos a Receber	(279)	(226)
(-) PCLD	(1.251)	-
Subtotal	**585**	**1.471**
Total	**14.536**	**4.997**

Considerando os históricos de recebimentos das faturas de Órgãos Estaduais, a Companhia estabeleceu a política de provisão para perda estimada de liquidação duvidosa os títulos vencidos há mais de 90 dias.

Em 22 de dezembro de 2021 foi celebrado o Termo de Acordo de Quitação de dívida, em que o estado de Goiás negociou o débito no valor de R$ 147.929 mil provenientes de serviços prestados pela Saneago. Após desconto aplicado dos juros e mora, o débito totalizou R$ 109.206 mil, sendo pagos R$ 98.286 mil em dezembro de 2021 (90%) e o restante em fevereiro de 2022. Assim, houve variação significativa dos valores a receber com o estado.

continua...

...continuação

(a) Recebimento a título de indenização por danos materiais relativo ao represamento do rio Corumbá que ocasionou inundação em obra da Companhia. O valor recebido foi de R$18.587, sendo R$4.928 referentes a atualização da indenização fixada registrados no resultado financeiro.
(b) Realização do PLR referente ao exercício 2020 conforme reversão de provisão registrada no grupo Provisões/Reversões Líquidas (nota 33.a)

36. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos (a)	104.835	47.366
Atualização Monetária (a)	42.977	22.518
Ajuste a Valor Presente - AVP	(752)	484
	147.060	**70.368**
Despesas Financeiras		
Juros/Multas/Encargos e outras despesas (b)	(133.245)	(100.596)
Atualização Monetária	(3.245)	(9.009)
Variação Cambial (c)	(6.820)	(24.743)
	(143.310)	**(134.348)**
Resultado Financeiro Líquido	**3.750**	**(63.980)**

(a) A Variação verificada nas receitas com Juros, multas e rendimentos e Atualização Monetária deve-se ao aumento no recebimento de faturas vencidas e de acordos de parcelamentos que foram acrescidos de multas, juros moratórios e atualização monetária. A recuperação na arrecadação é decorrente da retomada das atividades de corte, após suspensão no ano de 2020 devido ao COVID-19 (vide nota 1).

(b) O aumento em Juros e Multas no ano de 2021 em relação ao ano de 2020 é predominantemente em consequência dos encargos relativos ao parcelamento firmado junto à Receita Federal do Brasil (vide nota 23).

(c) A oscilação observada no grupo Variação cambial é referente ao contrato BID 1414/OC de 2002 e reflexo do cenário atual de instabilidade cambial. No ano de 2020 tivemos uma elevação no preço do Dólar em relação ao Real de 28,93% passando de R$ 4,03 para R$ 5,20 e já durante o ano de 2021 tivemos uma elevação percentual menor de 7,39% passando de R$ 5,20 para R$ 5,58 em 31/12/2021.

d) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades. Compõe-se de no mínimo de 3(três) e no máximo de 5(cinco) membros, vedada a eleição de suplentes e observando-se os requisitos mínimos dispostos na Lei 13.303/2016. O Conselho de Administração que eleger o Comitê de Auditoria Estatutário fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, que equivalerão a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

41. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

Em relação ao Balanço Patrimonial são reduzidas as variações sem efeito no caixa conforme demonstrado abaixo:

ATIVO	Nota	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2021
Créditos a Receber de Usuário		9.709	Consórcios	25	(46.336)
Provisão/Reversão PCLD	7	93.265	Transferências dentro do Patrimônio	17.1	46.080
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber		(751)			(256)
		102.223			
Outras contas a Receber	12	(9.327)			
Crédito de Leilões - venda Ativo NC mantido para venda a rec.		4.631			
Transferências do intangível	19	847			
		(3.850)			
Estoques	8	(4.128)			
Transferências do Ativo de Contrato	18	16.277			
Perdas Estimadas em Estoque/Reversões	8	11.046			
		23.195			
Ativo de Contrato	18	(41.881)			
Capitalização de juros	21.c	451			
		(41.430)			

42. OPERAÇÃO DECANTAÇÃO

Situação Atual:

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal foi rejeitada pelo Juiz da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás (autos n. 0020618-15.2016.4.01.3500), diante da ausência de exposição do fato criminoso e dos elementos de convicção para se abrir uma ação penal contra os então investigados.

Da decisão exarada, o Ministério Público Federal apresentou recurso com pedido de reforma, para o recebimento da denúncia e a consequente abertura da ação penal. As partes apresentaram contrarrazões e até a data de 10/03/2022 não há qualquer decisão contrária àquela de rejeição da denúncia.

Descrição cronológica dos eventos e respostas da administração:

No dia 24 de agosto de 2016, foi deflagrada operação denominada Decantação, visando a apurar, no âmbito da Saneago, a existência ou não de irregularidades em determinadas licitações promovidas pela Companhia, sob o argumento de que estaria ocorrendo possíveis alinhamentos e sobrepreços nesses certames, com possível superfaturamento nas execuções dos respectivos contratos.

Os fatos, segundo consta na denúncia, estariam ocasionando desvios de verbas públicas federais, originárias do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento - e de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, verbas essas destinadas à execução de obras, além de outros atos supostamente praticados em desfavor da Administração Pública.

Importante esclarecer que a Operação foi deflagrada e fundada na necessidade de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos, cometida por alguns gestores, empregados e fornecedores, sendo que a Saneago não figura como parte no processo judicial da denúncia.

A investigação foi dividida em duas fases, assim discriminadas:

(I) apuração de atos praticados no âmbito da licitação da obra da qual decorreu a aquisição de conjunto motobombas a ser aplicado na Estação Elevatória de Água Bruta do Sistema Produtor Corumbá IV;
(II) apuração de eventual ocorrência de fraude na licitação acima referida e suposta prática de sobrepreço no orçamento referência da Companhia, sendo que os responsáveis por supostos atos fraudulentos estariam se valendo de suas atribuições para favorecimentos pessoais e que ainda estariam ocupando os respectivos cargos.

Por decisão da Justiça Federal à época do inquérito, houve o afastamento de toda a Diretoria da Empresa. O Conselho de Administração da Saneago agiu prontamente e, no mesmo dia 24 de agosto de 2016 adotou céleres medidas voltadas para a recomposição definitiva da Diretoria da Companhia, proporcionou aos acionistas, ao mercado e à população segurança jurídica e administrativa.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) que foram citados na operação foram destituídos dos cargos de confiança que ocupavam por meio da Resolução da Diretoria nº 123/2016, de 06 de setembro de 2016, sendo designados novos membros para tal comissão.

Foi contratada empresa de auditoria externa voltados a apuração de eventuais irregularidades apontadas na Operação Decantação, concluindo-se pela licitude dos procedimentos licitatórios objeto dos trabalhos, inexistindo qualquer mácula capaz de viciar os respectivos certames.

De outra sorte, foi constatada no relatório a ausência de compliance sobre a execução de obras, o que ensejou a adoção de diversas medidas voltadas ao atendimento de verificação da não conformidade.

Após a conclusão dos relatórios e análise de equipe multidisciplinar, dentre eles técnicos da Companhia e Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, foi encontrado um razoável para complementar a provisão já existente, conforme demonstra no quadro a seguir:

Descrição			Em reais	
Amostra (Período 2007/2017):			1.166.017.570	
Valor pago em Contratos Prioritários (Relatório EY)		A		
Valor das Divergências apontadas no Relatório EY nos Contratos Prioritários		B	74.426.982	
Relação % das Divergências X Pagamentos Prioritários	(B*100/A)	C	**6,383**	%
Extrapolação da amostra ao universo dos contratos de obras (Período 2007/2017)	Valor total pago em		1.709.805.620	
todos os contratos relacionados com a "Operação Decantação"		D		
Valor total pago em contratos de empresas listadas em *BackgroudCheck*		E	75.306.360	
Subtotal	(D+E)	F	**1.785.111.980**	
Estimativa provisão s/contratos relacionados com a "Operação Decantação"	(F*C/100)	G	**113.943.821**	
Valor Provisionado em 31 de dezembro de 2017		H	64.785.432	
Subtotal	(G-D)	I	49.158.389	
Efeitos tributários sobre contratos lançados em resultado		L	4.550.663	
Provisão complementar reapresentada em 01 de janeiro de 2018	(I+L)	K	**53.709.052**	

Adicionalmente, considerando os fatos ocorridos nos dias 28 de março 2019 ("Operação Decantação 2") e 4 de abril de 2019 ("Operação Decantação 3"), em que a Polícia Federal deflagrou os desdobramentos da 1ª operação, a Companhia divulgou comunicados ao mercado em que afirma o seguinte:

• Em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal, relacionada a fatos ocorridos no período de 2012 a 2016, a Saneago destaca que a atual gestão da Empresa tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e compliance, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia;
• Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implantação de uma série de políticas estratégicas, como a Política de Alçadas, documento que normatiza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade da Companhia, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Atos de Corrupção;

É importante destacar, também, que há menção, na Operação Decantação 3, de que algumas empresas citadas na 1ª. Fase da Operação estariam ainda celebrando contratos com a Saneago.

Contudo, a Companhia confia nas medidas de governança adotas após 2016, principalmente através da elaboração de matrizes de riscos nas contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1, 2 e 3, para diagnóstico do risco intrínseco, segundo a percepção do gestor, bem como a conscientização deste sobre os eventos de riscos na execução destes contratos, resultando em risco médio e alto para Saneago, no qual está sendo estabelecida medidas mitigatórias capazes de reduzir o risco. Para mais informações, acesse o Item 4.7 (Outras Contingências Relevantes) do Formulário de Referência da Saneago.

43. ALMOXARIFADO VIRTUAL

Após notícia de jornal veiculada no mês de janeiro de 2022 sobre a existência de denúncia relativa ao contrato do Almoxarifado Virtual, o Conselho de Administração solicitou à Auditoria Interna a conclusão do procedimento de auditoria que já havia sido iniciada por determinação da Diretoria da Presidência, e que o relatório preliminar fosse entregue ao Comitê de Auditoria Estatuária, para deliberação e providências junto ao Conselho de Administração.

Igualmente, a CGE já havia sido provocada pela Diretoria da Presidência para atuar na análise da execução do contrato. Isto ocasionou a suspensão dos pedido pela plataforma do Almoxarifado virtual desde o mês de agosto de 2021, sendo que a finalização do procedimento de suspensão do contrato efetivamente se deu em dezembro de 2021.

Com a entrega do relatório preliminar da Auditoria Interna perante o CAE, e da conclusão do trabalho da CGE, a Diretoria Executiva da Saneago deliberou colegiadamente as ações corretivas necessárias, determinando a retenção do último pagamento contratual e ainda a abertura de procedimento de apuração de responsabilidades, visando à rescisão do contrato, respeitada a ampla defesa e o contraditório da empresa contratada, procedimento que se encontra em curso. Foi deliberado, ainda, pelo oficiamento à CGE para informar a acolhida da solicitação das ações corretivas recomendadas pelo órgão e o encaminhamento da questão para o CAE.

O contrato, no valor de R$86 milhões para o período de 30 meses, teve faturamento total de R$20 milhões. A Companhia adotou todas as práticas de governança quanto ao assunto, o contrato está suspenso e os serviços paralisados até formalização da rescisão.

O procedimento de contratação do Almoxarifado Virtual está sendo revisitado pela Procuradoria Jurídica, a fim de aperfeiçoar ainda mais as práticas de compliance e antecipação de riscos, colaborando com o procedimento de possível alteração e melhoramento das normas de contratação e execução contratual, bem como de gestão e fiscalização dos contratos.

O CAE propôs ao Conselho de Administração, o que foi acatado, a contratação de firma de reputação ilibada para realizar procedimentos sobre os fatos relacionados ao contrato "Almoxarifado Virtual" em conformidade com as orientações da auditoria independente.

Impende, ainda, ponderar que, no procedimento licitatório do Almoxarifado Virtual, todas as observações e recomendações técnicas da CGE e demais órgãos de controle sobre a primeira iniciativa de contratação, que depois se frustrou, foram atendidas e que houve parecer jurídico e acompanhamento do processo licitatório, nada havendo de irregular, e que a fase de execução contratual durou apenas 8 meses e, logo, foi suspensa para não gerar prejuízos à Companhia.

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Demissão Voluntária - PDV
Em dezembro de 2021 ocorreu aprovação e lançamento do Programa de Demissão Voluntária - PDV da Companhia cujas inscrições foram abertas em janeiro de 2022 com prazo de 1 mês. Inicialmente 410 funcionários se inscreveram gerando um impacto estimado de R$131.228, sendo R$112.665 de benefícios de incentivo ao desligamento e o restante referente a remuneração devida durante a vigência da relação de trabalho. O prazo inicial de inscrição foi reaberto em fevereiro de 2022 durante um dia havendo 45 novas adesões, as quais passam por validação aos requisitos do plano, formalização e apuração dos valores. Todos os desligamentos são previsto até março/2022.

Rating
Em 04 de março de 2022 o Rating 'A+(bra)' perspectiva estável da Companhia foi afirmado pela agência de classificação de risco de crédito Fitch.

Ricardo José Soavinski
Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld
Diretor Comercial

Edson Sales de Azeredo Souza
Diretor de Gestão Corporativa

Paulo Rogério Bragatto Battiston
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Regulação

Mauro Aparecido Lessa de Souza
Diretor de Produção

Fernando Cozzetti Bertoldi de Souza
Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Teles
Procuradora Jurídica

Elias Evangelista Silva
Contador CRC/GO 13.330

39.2 Operações com os Municípios
a) O contrato de programa com o município de Goiânia foi assinado em 17 de dezembro de 2019 com vencimento em 17 de dezembro de 2049. O contrato prevê o pagamento mensal de 5% do faturamento bruto para o Fundo Municipal de Saneamento Básico do município. Até 31 dezembro de 2021 o faturamento bruto no município de Goiânia foi de R$ 1.021.609, e foram pagos R$ 51.080.

b) 23 dentre os 226 contratos, em 31 de dezembro de 2021, são contratos remunerados com valores que variam entre 2% e 5% da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encontros de contas para regularização de débitos, por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a receber, vencido e a vencer, referente a débitos dos municípios os quais a Companhia presta serviços é de R$ R$ 83.892, e foram realizados 31 encontros de contas, com acerto de R$ 1.124. (31 de dezembro de 2020 R$ 72.165, e foram realizados 17 encontros de contas, com acerto de R$ 609).

40. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ ESTATUTÁRIO

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram de R$ 6.502 em 31 de dezembro de 2021 (Em 31 dezembro de 2020, R$ 6.162).

a) Conselho de Administração
O Conselho de Administração é o órgão normativo e deliberativo e compõe-se de no mínimo 7(sete) e no máximo 11(onze) membros, os quais perceberão honorários mensais de 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

b) Diretoria Colegiada
A Diretoria é um órgão executivo colegiado com poderes para exercer a administração da Companhia e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria de Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica. A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria que não serão inferiores à maior remuneração paga a empregado da Companhia. Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao maior salário base da Companhia e a 95% (noventa e cinco por cento) da maior gratificação que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

c) Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3(três) e no máximo 5(cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, de 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Saneamento de Goiás S.A.
Goiânia – GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Saneamento de Goiás S.A. ("Companhia" ou "Saneago")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Saneamento de Goiás S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Decantação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº42, que divulga os eventos e as medidas tomadas pela Companhia decorrentes da operação "Decantação" da Polícia Federal e Ministério Público Federal, bem como os ajustes contábeis consignados nas demonstrações contábeis decorrentes da conclusão do relatório do especialista forense, contratado para este fim. O processo judicial ainda se encontra em andamento e em fase de recebimento da denúncia ofertada pelo MPF, sem atualizações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

Conforme Nota Explicativa nº2.5, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas ao serviço são reconhecidas quando há o cumprimento das obrigações de desempenho junto ao consumidor por meio do fornecimento dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data-base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita, a complexidade sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita no contas a receber, o próprio ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras.
Para as transações de fornecimento de água da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os saldos contábeis, análise da correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.
Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pelo Órgão Regulador (Agência Goiana de Regulação – AGR).
Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o "corte" de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhece nos registros contábeis a estimativa de consumo ainda não faturado em função dos ciclos de leitura dos medidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que a política de reconhecimento de receitas, as divulgações em notas explicativas, os processos e controle do ambiente de tecnologia da informação proporcionam uma base razoável para o resultado de nossa auditoria das demonstrações contábeis.

Ativo Intangível, contratos vencidos e marco regulatório

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº19 às demonstrações contábeis, existem diversos tipos de transações que afetam a Rubrica "Intangível", tais como assinatura de novos contratos de concessões, avaliação do enquadramento dos contratos existentes na norma contábil de concessões, adições de novas infraestruturas, amortizações dos ativos que compõe o saldo de infraestrutura construída.
Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, nas seções "Contratos de Programa e de Concessão" e "Novo Marco Legal do Saneamento Básico", foi sancionando o novo Marco Legal do Saneamento Básico, o qual estabelece: (i) regime concorrencial obrigatório; (ii) o fim dos contratos de programa, resguardados os contratos vigentes já celebrados; (iii) prestação regionalizada dos serviços caracterizada pela formação de unidades regionais de saneamento básico, microrregiões e blocos de referência; (iv) a competência da ANA (Agência Nacional de Águas) para definir as normas de regulação; (iv) obtenção de recursos federais condicionados à participação do município na prestação regionalizada; (iv) metas de universalização até 2023; e (v) necessidade de comprovação da capacidade econômico-financeira para a execução dos contratos vigentes. E, adicionalmente, a correlação do acima com os contratos vencidos da Companhia em relação aos investimentos não amortizados dentro do ativo intangível.
Pela relevância dos assuntos acima, entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave existentes relacionados à novas adições de infraestrutura, amortizações dos ativos intangíveis, Administração e gerenciamento dos contratos de concessões, novos e vigentes. Efetuamos procedimentos através de amostras para verificar a documentação suporte das novas adições e sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para operação e fizemos uma avaliação técnica para concluir sobre a aderência dos contratos de concessões a respectiva norma contábil. Efetuamos visita as principais obras em andamento e questionamos os responsáveis pelas obras acerca da existência de indícios de descontinuidade de ativos e de obras em andamento. Com relação ao novo Marco Legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis através de discussões e entrevistas à respeito do tema, em especial com os assessores jurídicos da Companhia acerca da continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia tem contratos vencidos, e as ações adotadas por ela para mitigar os riscos nesses contratos. Averiguamos os passos para cumprimento do Decreto nº 10.710/2021 acerca de procedimentos obrigatórios para comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia através de análises dos trabalhos realizados por consultoria externa. Avaliamos a existência de demandas passivas das prefeituras em relação aos contratos vencidos, bem como os esforços da Companhia para mitigar os riscos existentes na operação dos contratos vencidos.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apresentação do ativo intangível, avaliação de indícios de perda nos contratos e dos impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Almoxarifado Virtual

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº43, determinados fatos e circunstâncias relacionados ao contrato denominado Almoxarifado Virtual chegaram ao conhecimento da Administração da Companhia, conforme notícia de jornal veiculada no mês de janeiro de 2022, tendo sido realizados procedimentos internos em relação ao contrato "Almoxarifado Virtual". Como resultado dessa avaliação, os membros da governança da Companhia aprovaram a contratação de firma independente para realizar procedimentos sobre fatos relacionados a alegações ou suspeitas de não conformidade.

Pela relevância do assunto acima, entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, reunião com auditoria interna da Companhia e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, leitura dos relatórios preliminarmente produzidos e outros relatórios conforme aplicável, reunião com membros da Administração da Companhia para entender o caso, envolvimento de nossos especialistas de forense, discussão com membros da nossa área técnica e risco, e avaliação do assunto em consonância com os requerimentos do CTA 30, de 17 de junho de 2021, do Conselho Federal e Contabilidade.

Com base no resultado dos procedimentos acima e nas ações tomadas pela governança da Companhia, nenhum assunto foi identificado que indique que as demonstrações contábeis acima referidas estejam distorcidas de forma relevante, e consideramos que as divulgações em nota explicativa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo signatários, membros efetivos do Conselho Fiscal da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, declaram que as Demonstrações Financeiras do 4º Trimestre de 2021 encontram- se em perfeita ordem e estão aptas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, para tal fim convocado

Goiânia, 09 de março de 2022.

Bruno Magalhães D'Abadia
Presidente do Conselho Fiscal

Antônio Carlos de Souza Lima Neto
Conselheiro Fiscal

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
Conselheiro Fiscal

Pedro Henrique Ramos Sales
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo signatários, membros efetivos do Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise, entendem que as Demonstrações Financeiras se encontram em ordem, bem como as contas e os atos de sua Diretoria Executiva, e embasados no parecer do Conselho Fiscal e na minuta do Relatório dos Auditores Independentes, deliberaram, por unanimidade, aprovar as Demonstrações Financeiras do 4º Trimestre de 2021.

continua...

...continuação

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública doassunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 10 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 GO 001837/F-4
Dario Vieira de Lima - Contador CRC 1 SP 238754/O-6 – S - GO

Goiânia, 10 de março de 2022.

Francisco Sérvulo Freire Nogueira
Presidente do Conselho

Eurico Velasco de Azevedo Neto
Vice-Presidente do Conselho

Ângelo Márcio Pereira
Conselheiro

Gilvan Cândido da Silva
Conselheiro

Levi de Alvarenga Rocha
Conselheiro

Mônica Cristina Mendes Galvão
Conselheira

Paulo Ernani Miranda Ortegal
Conselheiro

GRUPO O HOJE

O HOJE O HOJE.COM

O HOJE NEWS

PAPO XADREZ PODCAST

FOX MAPPIN
PESQUISAS DE OPINIÃO E MERCADO

PARA SABER MAIS SOBRE A EMPRESA:
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE